

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**NOVAS FRONTEIRAS: UM OLHAR SOBRE A IMIGRAÇÃO HAITIANA
PARA O BRASIL**

AUTOR: PEDRO IVO DE MORAIS ALCANTARA
BRASÍLIA, MAIO DE 2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS DAS AMÉRICAS

**NOVAS FRONTEIRAS: UM OLHAR SOBRE A IMIGRAÇÃO HAITIANA
PARA O BRASIL**

Autor: Pedro Ivo de Moraes Alcantara
Orientadora: Renata de Melo Rosa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS DAS AMÉRICAS

**NOVAS FRONTEIRAS: UM OLHAR SOBRE A IMIGRAÇÃO HAITIANA
PARA O BRASIL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**AUTOR: PEDRO IVO DE MORAIS ALCANTARA
ORIENTADORA: Dra. RENATA DE MELO ROSA**

BANCA EXAMINADORA:

**Simone Rodrigues Pinto
Dra.– CEPPAC/UnB-MEMBRO**

**Marília Lima Pimentel
Dra.– DLV/UniR**

**Leonardo Cavalcanti
Dr.– CEPPAC/UnB-MEMBRO**

“A descolonização nunca passa despercebida, pois diz respeito ao ser, ela modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores esmagados pela inessencialidade em atores privilegiados, tomados de maneira quase grandiosa pelo rumo da História. Ela introduz no ser um ritmo próprio, trazido pelos novos homens, uma nova linguagem, uma nova humanidade. A descolonização é verdadeiramente a criação de homens novos. Mas essa criação não recebe a sua legitimidade de nenhuma potência sobrenatural: a “coisa” colonizada se torna homem no processo mesmo pelo qual se liberta” (FANON, Frantz. 2010, p.52-53)

Agradecimentos

A presente dissertação é fruto de um trabalho feito a muitas mãos, sem as quais seria muito mais difícil chegar aonde chegou. Muitas destas pessoas que contribuíram para esta pesquisa sequer sabem ou saberão que imprimiram suas marcas nas páginas seguintes. Na verdade, o Haiti entrou na minha vida não pela vivência acadêmica, mas sim pela experiência profissional, que acabou me levando a trabalhar no país por um total de quatro meses em 2010. Lá conheci e convivi com muitas pessoas que, às suas maneiras, me ensinaram muito sobre a instigante e complexa cultura e história do Haiti. A essas pessoas, dedico um profundo agradecimento.

Como não poderia ser diferente, agradeço aos meus pais, Martha e Hamilton, pelos anos de intensa dedicação e por terem sempre me apoiado a buscar novos desafios e a ampliar meus horizontes.

Meus sogros, Beth e Roque, contribuíram na formatação das primeiras versões do projeto de pesquisa e sempre me ajudaram a pensar e repensar os objetivos desta investigação acadêmica.

A professora Marília Pimentel, o pesquisador Geraldo Contiguiba e a irmã Maria Ozânia foram fundamentais para a realização da pesquisa de campo. Além da agradável acolhida em Porto Velho, me proporcionaram momentos de descobertas e aprendizados, que definiram os rumos desta pesquisa.

Os colegas Alexandre Amorim, Else Richwin, Letícia Sobreira, Estela Caparelli, Mariana Almeida, Salete Silva e Júlia Ribeiro, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), seguraram o rojão e possibilitaram que eu tivesse o tempo necessário para me dedicar aos estudos e à elaboração desta dissertação.

Agradeço aos amigos Rafael Farret e Santiago Falluh Varella que, talvez sem perceberem, foram grande incentivadores para que eu seguisse em frente com a minha pesquisa.

O professor Cristhian Teófilo e a professora Lilia Tavolaro deram contribuições essenciais durante a banca de qualificação e ajudaram a pensar e repensar os rumos da pesquisa.

Minha orientadora, Renata, foi fundamental para que esta dissertação fosse concluída. Por sempre compartilhar seu amplo

conhecimento sobre o assunto, pela dedicação e, claro, pela paciência e bom-humor, inclusive, em momentos de ajustes de rotas, a ela dedico um agradecimento especial.

À Cecilia, sempre fundamental.

Glossário de Siglas

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados;
CEP – Conselho Eleitoral Provisório;
CNlg – Conselho Nacional de Imigração;
CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados;
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas;
CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social;
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
FLACSO – Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais;
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
IMDH – Instituto Migrações Direitos Humanos;
IOM – Organização Internacional para as Migrações;
MHAVE – Ministério dos Haitianos que Vivem no Exterior;
MICIVIH – International Civilian Mission in Haiti;
MIF – Força Interina Multinacional;
MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti;
MIPONUH – United Nations Civilian Police Mission in Haiti;
MJ – Ministério da Justiça;
MRE – Ministério das Relações Exteriores;
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego;
OCHA – Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários;
OEA – Organização dos Estados Americanos;
ONU – Organização das Nações Unidas;
ONUVEH – United Nations Observer Group for the Verification of the Elections in Haiti;
OPL – Organização Política Lavalas;
PAC – Pacote de Aceleração do Crescimento;
PF – Polícia Federal;
PIB – Produto Interno Bruto;
PMDR – Países de Menor Desenvolvimento Relativo;
PNH – Polícia Nacional Haitiana;
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância;
UNIR – Universidade Federal de Rondônia;
UNMIH – United Nations Mission in Haiti;

UNPOL – Polícia das Nações Unidas;

UNSMIH – United Nations Support Mission in Haiti;

UNTMIH – United Nations Transition Mission in Haiti;

UNV – United Nations Volunteers.

Resumo

Esta dissertação analisa o processo migratório de haitianos para o Brasil, desencadeado após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, tragédia humanitária que matou centenas de milhares de pessoas e deixou milhões de desabrigados no país. Para tanto, realiza-se uma análise da conjuntura global da diáspora haitiana, colocando-a em um contexto histórico e observando a importância de tal fenômeno na sociedade haitiana. Da mesma forma, foi empreendido um esforço analítico para entender e construir um panorama do posicionamento do governo brasileiro e de suas autoridades migratórias em relação às medidas e estratégias relacionadas ao contingente migratório em questão, que culminou na publicação de uma resolução normativa do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que criou a possibilidade de migrantes haitianos adquirirem o visto permanente por razões humanitárias. Soma-se a isso, uma análise histórica do processo de intervenções internacionais em território haitiano. Tal análise inicia-se com invasão estadunidense, em 1915, e se estende ao presente momento, com a presença da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah). Portanto, busca-se entender como a liderança do Exército Brasileiro no componente militar da Minustah tem influenciado no processo migratório de haitianos para o Brasil. Finalmente, para entender as motivações das escolhas migratórias que têm trazido cidadãos haitianos às fronteiras da Região Norte do País, foi realizada, em outubro de 2012, uma pesquisa de campo na capital do estado de Rondônia, Porto Velho, quando foram feitas diversas entrevistas com migrantes estabelecidos na cidade.

Palavras-chave: Diáspora haitiana; migração; refúgio; fluxos migratórios; intervenção internacional; MINUSTAH.

Abstract

This research examines the migratory process of Haitians to Brazil, which took place after the January 12, 2010 earthquake, humanitarian tragedy that killed hundreds of thousands of people and left millions homeless in the country. The study presents an analysis of the overall context of the Haitian diaspora, placing it in a historical framework and researching the importance of this phenomenon, especially in the Haitian economy. Likewise, it was undertaken an analytical effort to understand and build an overview on the positioning of Brazilian government and its migration authorities regarding the measures and strategies put in place to deal with the Haitian migration to the country. The most important action taken was the publication of a normative resolution of the National Council of Immigration, which established the possibility of Haitians migrants to acquire a permanent visa on humanitarian grounds. Added to that, it was made a historical analysis of international interventions in Haiti's territory. This analysis begins with U.S. invasion, held in 1915, and reaches to the present moment, with the presence of the United Nations Mission for Stabilization of Haiti (MINUSTAH). Therefore, this research aims to understand how the Brazilian Army's leadership in MINUSTAH military component has influenced the migratory process of Haitians to Brazil. Finally, targeting to understand the motivations of migratory choices that have brought Haitian citizens to the Northern borders of the country, it was held, in October 2012, a field survey – which took place in the capital of the state of Rondonia, Porto Velho – when several Haitian migrants were interviewed.

Keywords: Haitian diaspora; migration; refuge; migration; international intervention; MINUSTAH.

Resumen

Esta pesquisa analiza el proceso migratorio de haitianos a Brasil, que se produce después de que el terremoto del 12 de enero de 2010, tragedia humanitaria que mató a cientos de miles de personas y dejó a millones desplazados en el país. El estudio presenta un análisis del contexto global de la diáspora haitiana, colocándolo en un hilo histórico y intentando comprender la importancia de este fenómeno, sobre todo en la economía haitiana. Así, se realizó un esfuerzo analítico para entender y construir una visión general de la posición del gobierno brasileño y de sus autoridades de inmigración acerca de las medidas y estrategias relativas a el proceso migratorio en cuestión. La principal acción del gobierno fue la publicación de una resolución normativa del Consejo Nacional de Inmigración (CNIg) que creó la posibilidad de adquisición de una visa permanente por razones humanitarias a los ciudadanos haitianos que migran a Brasil. Sumado a esto, fue echo un análisis histórico de las intervenciones internacionales en el territorio de Haití. Este análisis comienza con la invasión de EE.UU. En 1915, y se extiende hasta el momento presente, con la presencia de la Misión de las Naciones Unidas para la Estabilización de Haití (MINUSTAH). Por lo tanto, tratase de entender cómo el liderazgo del ejército brasileño en el componente militar de la MINUSTAH ha influido en el proceso migratorio de los haitianos a Brasil. Por último, para comprender las motivaciones de opciones migratorias que han llevado a llegada de ciudadanos haitianos en las fronteras de la Región Norte del país, se realizó en octubre de 2012, un estudio de campo en la capital del estado de Rondônia, Porto Velho, cuando se fueran echas varias entrevistas con migrantes haitianos establecidos en la ciudad.

Palabras Clave: diáspora; migración; refugio; migración; intervención internacional de Haití; MINUSTAH.

Sumário

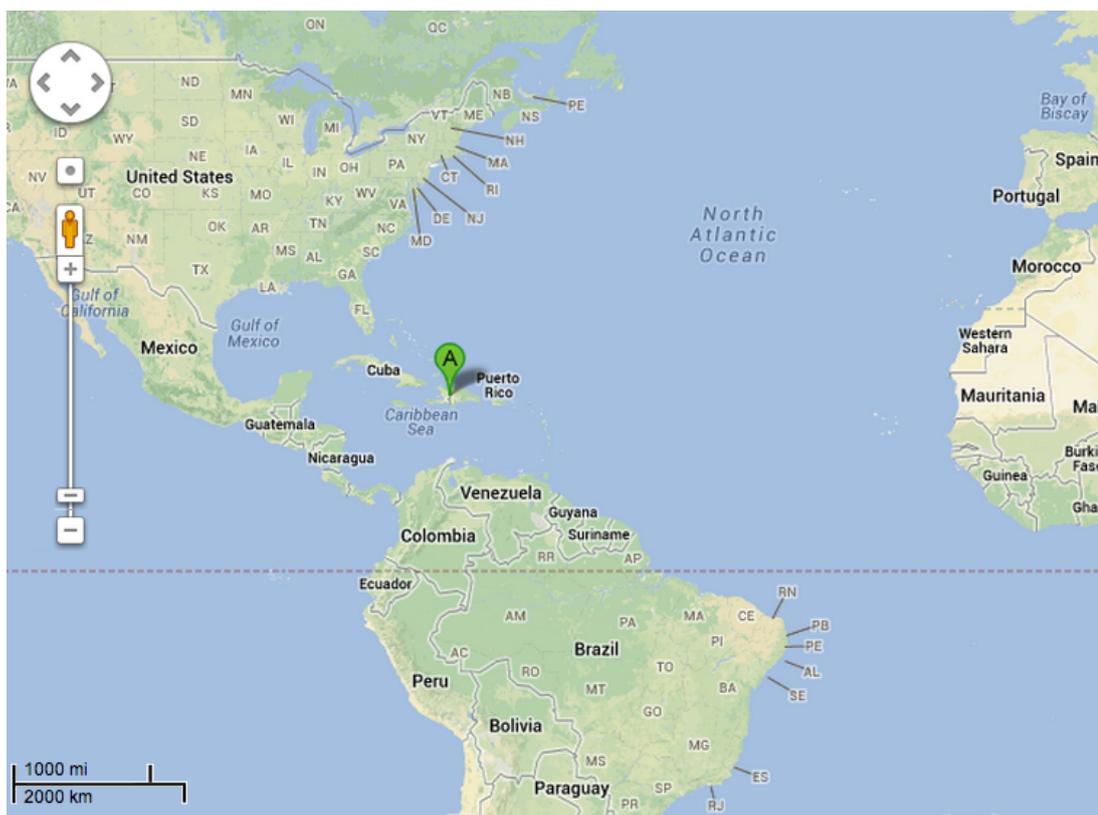
Introdução.....	15
0.1. Trajetória da pesquisa.....	16
0.2. A estrutura da dissertação.....	18
Capítulo 1 – Um olhar sobre diáspora haitiana.....	19
1.1.As migrações internacionais, o Brasil e o Haiti.....	19
1.2. A diáspora e as remessas financeiras.....	25
1.3. Sobre a diáspora.....	28
1.4. Soberania compartilhada.....	32
Capítulo 2 – O Brasil em rota.....	37
2.1. A chegada dos haitianos ao Brasil.....	37
2.2. Contradições da recepção aos haitianos.....	42
2.3. Migração e mão-de-obra.....	50
Capítulo 3 – A Minustah e a liderança militar brasileira.....	53
3.1. O Haiti antes da Minustah: a instabilidade no Século XX.....	53
3.2. Instabilidade e intervenção internacional.....	55
3.3. Ascensão, queda e retorno de Aristide.....	58
3.4. Aumento da instabilidade e a chegada da Minustah.....	61
3.5. A contradição do discurso da solidariedade.....	66
Capítulo 4 – Em busca do visto prometido.....	79
4.1. A pesquisa de campo.....	79
4.2. O perfil dos haitianos no Brasil.....	84
4.2.1. Tipo de ocupação.....	85
4.2.2. Nível de escolaridade.....	87
4.2.3. Faixa etária.....	87
4.2.3.1 Faixa etária com recorte de gênero.....	88
4.3. Entrevistas e Análises.....	89

4.4. Os personagens.....	90
4.4.1. Leila.....	92
4.4.2. Fred.....	93
4.4.3. Stephany.....	95
4.4.4. Lumenes.....	96
4.4.5. Gregory e Jean.....	98
4.5. O visto.....	100
4.6. O caminho.....	102
4.7. A Minustah.....	105
Conclusão – Uma política migratória reativa.....	107
1. Fragilidades da política migratória.....	107
2. A Escolha Migratória.....	109
3. O fluxo migratório continua.....	110
Bibliografia.....	112
Anexos.....	119

Introdução

A presente dissertação tem o objetivo de fazer uma investigação exploratória, com intuito de contribuir para o entendimento do processo migratório que tem trazido haitianos para o Brasil. Da mesma forma, busca compreender a maneira em como um pequeno grupo de haitianos, radicado em Porto Velho, Rondônia, está percebendo sua recepção no País. Além disso, analisa como a presença do Brasil na liderança do componente militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) tem influenciado no processo, tanto na perspectiva das escolhas migratórias dos haitianos que têm chegado às fronteiras do Norte do Brasil, quanto na perspectiva das decisões políticas e técnicas tomadas pelas autoridades migratórias brasileiras, bem como à recepção e cessão de vistos de permanência a tal contingente de migrantes.

O Haiti nas Américas



Fonte: Google Maps

É particularmente interessante investigar a imigração de haitianos para o Brasil por ser um fenômeno que, ao que tudo indica, vem se acentuando recentemente e que se encontra em pleno curso. De acordo com dados oficiais do Conselho Nacional de Imigração, de 2010 até 31 de dezembro de 2013, 7.641 haitianos foram contemplados com o visto permanente de caráter humanitário, assunto que será mais explorado no *Capítulo II – O Brasil em rota*. A recepção a este contingente demonstrou também uma certa fragilidade da política migratória adotada pelo governo brasileiro, tanto do ponto de vista estratégico para a política de desenvolvimento nacional e de relações bilaterais Brasil-Haiti, quanto relacionadas às questões de cunho humanitário.

Tal fragilidade se expressou, sobretudo, na demora de um posicionamento mais preciso quando os primeiros haitianos chegaram às fronteiras brasileiras. A resolução normativa que deu uma solução mais consistente somente viria a ser editada em 12 de janeiro de 2012, exatos dois anos após o terremoto, fenômeno chave para o desencadeamento do processo migratório de haitianos para o Brasil.

Outro ponto importante foi a falta de uma política de inclusão deste contingente de imigrantes. O visto humanitário oferece o direito de se trabalhar de forma legal no Brasil, entretanto, não houve o desenvolvimento de outras políticas integradas que facilitassem a inclusão dos haitianos à sociedade brasileira.

Ambos assuntos serão melhor analisados no decorrer desta dissertação.

1. Trajetória da pesquisa

Em primeiro lugar, faz-se importante contextualizar que a origem de meu interesse em entender melhor a complexidade da sociedade haitiana veio de uma experiência profissional vivida no ano de 2010. Em decorrência do terremoto do dia 12 de janeiro daquele ano, fui enviado ao país, em duas diferentes oportunidades, para trabalhar nos esforços das operações de emergência coordenadas pelo Fundo das

Nações Unidas para a Infância (Unicef), organização na qual trabalho, desde setembro de 2006, na área de comunicação.

Em quatro meses de missão no país, entre os meses de março e maio e, posteriormente, de agosto a setembro de 2010, desempenhando a função de Oficial de Comunicação para Emergência, pude adquirir conhecimento empírico, mesmo que sem qualquer fim e rigor acadêmico, principalmente em relação à vivência cotidiana, fenômenos culturais e sobre a complexa situação sociopolítica haitiana.

Essa experiência profissional uniu-se ao interesse acadêmico e levou-me a querer compreender as motivações que têm impulsionado haitianos a migrarem para o Brasil e, assim, verificar os fatores que têm colocado o Brasil como uma opção migratória do amplo processo diaspórico que, historicamente, vive o Haiti.

A elaboração desta dissertação de mestrado contou com os resultados de uma pesquisa de campo, realizada na cidade de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, em outubro de 2012, quando foram entrevistados, formalmente e informalmente, haitianos que migraram para o Brasil desde 2010. Foram feitas sete entrevistas gravadas e/ou filmadas a fim de recolher as percepções e o sentido que os entrevistados/as imprimem sobre suas escolhas migratórias. Além disso, foram realizadas outras tantas conversas informais que também geraram dados relevantes para as análises das motivações dos haitianos a migrarem para o Brasil.

As entrevistas não foram feitas de forma a seguir um roteiro extremamente rigoroso, mas de modo a propiciar um diálogo intersubjetivo (OLIVEIRA,1998 e GEERTZ, 1998). Optou-se por iniciar o diálogo com algumas perguntas fundamentais, mas a condução da conversa com os/as interlocutores/as ocorreu de forma não estruturada, com o propósito de obter uma variedade e qualidade da subjetividade de cada ator. Assim, buscou-se também traçar um perfil dos indivíduos entrevistados e mapear os porquês da escolha migratória. As perguntas fundamentais foram:

- Por que você escolheu vir para o Brasil?
- Como foi o caminho que você fez do Haiti até chegar ao Brasil?

- De que cidade do Haiti você veio?
- Você estudou até que ano?
- Qual é seu objetivo aqui no Brasil?
- É casado/a? Você tem filhos? Onde está a família?
- Você tem enviado recursos para seus familiares no Haiti? Por quê?
- O que você tem achado do Brasil até o presente momento? E Porto Velho?
- Você pretende voltar a viver algum dia no Haiti ou seu objetivo é se estabelecer aqui no Brasil?
- Você pretende trazer seus familiares para o Brasil? Quando?
- Qual era a sua profissão no Haiti?
- Qual é a sua profissão aqui no Brasil?
- O que você acha da atuação da Minustah no Haiti?
- Como você imaginava o Brasil antes de vir para cá?
- Você está gostando de viver no Brasil? Por quê?

Para selecionar o grupo de interlocutores/as haitianos/as foi contatada a organização não-governamental Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)¹, localizada em Brasília, que apoia os haitianos que chegam ao Brasil. Por indicação do IMDH, contatei a Pastoral do Migrante de Porto Velho, contato este que me levou a conhecer a professora do Departamento de Línguas Vernáculas da Universidade Federal de Rondônia, Marília Pimentel, e o antropólogo Geraldo Cotinguiba. Ambos, conjuntamente, vêm estudando a migração haitiana para Porto Velho desde o início do processo e, juntamente com a Pastoral do Migrante da cidade, têm desenvolvido estratégias para promover e facilitar a integração destas pessoas na cidade. Marília e Geraldo forneceram importante apoio para a pesquisa de campo. Foi por intermédio deles que estabeleci contato com a maioria dos haitianos que conheci e entrevistei durante minha estada na capital de Rondônia.

Por fim, a dissertação é composta de quatro capítulos que buscam traçar uma sequência lógica com o intuito de analisar elementos que,

1 Ver <www.migracoes.org.br>.

de alguma, forma expliquem os fatores que influenciam nas escolhas migratória dos haitianos que estão no Brasil.

2. A estrutura da dissertação

O primeiro capítulo, denominado *Um olhar sobre a diáspora haitiana*, faz uma análise geral do contexto migratório brasileiro e do processo diaspórico no Haiti. O texto discorre também sobre alguns dos impactos da diáspora na sociedade haitiana, sobretudo os econômicos, e contextualiza esses impactos dentro do processo social do país caribenho.

Já o capítulo dois, *O Brasil em rota*, faz uma análise sobre como o governo brasileiro tem reagido à chegada dos haitianos. Desse modo, faz um percurso sobre os instrumentos normativos utilizados e criados para dar uma resposta ao fenômeno migratório haitiano no Brasil. Além disso, busca entender como tais migrantes se inserem na sociedade brasileira.

Com o título de *A Minustah e a liderança militar brasileira*, o terceiro capítulo desta pesquisa faz, primeiramente, uma breve análise do contexto político que justificou a instituição da missão das Nações Unidas no país e tece um contexto histórico das demais intervenções internacionais em território haitiano. Além disso, busca compreender as repercussões políticas e sociais da liderança do exército brasileiro no componente militar da missão.

Já o capítulo 4, *Em busca do visto prometido*, traz os resultados da pesquisa de campo, traçando um perfil de cada um dos interlocutores/as entrevistados/as. Com isso, buscou-se fazer uma primeira aproximação empírica para tentar entender o Brasil como uma escolha migratória da diáspora haitiana.

Capítulo 1 – Um olhar sobre a diáspora haitiana

O presente capítulo traz uma análise, feita a partir de diferentes fontes de dados e informações, sobre o contexto migratório internacional e o haitiano. Da mesma forma, busca contextualizar o processo da diáspora haitiana como um fenômeno que possui grandes impactos tanto econômicos, quanto sociais, no país caribenho.

1. As migrações internacionais, o Brasil e o Haiti

Depois dos grandes fluxos migratórios – forçados ou não – do processo da colonização portuguesa, com ênfase na chegada de europeus e no comércio escravagista, àqueles do final do século XIX e início do XX, que trouxeram japoneses e italianos, por exemplo, e as correntes migratórias de refugiados da Primeira e, principalmente, da Segunda Guerra Mundial, o Brasil se tornou mais conhecido no âmbito internacional como um país que enviava cidadãos para outras nações, do que um polo receptor de expatriados. Segundo dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM), existem cerca de 3 milhões de brasileiros vivendo no exterior. Ao mesmo tempo, são 1,5 milhão de estrangeiros vivendo no País². Na área do *site* que fala sobre o Brasil, a organização deixa transparecer a visão de que o entendimento da comunidade internacional é o de que muitos cidadãos brasileiros imigram, com frequência, de forma ilegal, para os Estados Unidos e países da Europa.

The emigration of Brazilians to foreign countries searching for a job is a phenomenon that became more apparent in the last decade, but the presence of Brazilians in bordering countries could already be detected two

² Fonte: <<http://www.iom.int/cms/en/sites/iom/home/where-we-work/americas/south-america/brazil.html>>.

decades before. According to estimates, there are about three million Brazilians living abroad and 1.5 million foreigners in Brazil.

In the last years, more and more Brazilians have started obtaining tourist visas for Mexico; they then attempt to enter the United States via the Mexican border. The presence of Brazilians in EU countries, particularly in Portugal, Belgium and the United Kingdom, is on the rise.³

As informações do OIM, corroboram com a análise feita por Marinucci (2007), com base em informações do Ministério de Relações Exteriores. Segundo autor, “em 2002 o Itamaraty calculava a presença de 1.964.498 brasileiros e brasileiras no exterior”. Já em 2007 este número saltou para 3.044.762, o que significa que, em 5 anos, mais de um milhão de brasileiros deixaram o País, “podendo chegar, a partir de uma estimativa mais elevada, a cerca de 1,8 milhões” (MARINUCCI, 2007, p. 2). Muitos destes emigrantes brasileiros, são alocados em empregos de baixa capacitação e “se sujeitam a um rebaixamento de *status social*” por conta da recompensa financeira. (PATARRA, 2005, p. 27).

Em relação às escolhas migratórias, levando em conta a estimativa dos postos consulares brasileiros no exterior, percebe-se uma preferência de tal montante migratório pelos países da América do Norte (com 1.278.650 de brasileiros), seguido pela Europa (766.629), a América do Sul (611.708), a Ásia (318.285), o Oriente Médio (30.306), a Oceania (17.250), a África (15.323) e a América Central (6.611) (MARINUCCI, 2007, p. 2).

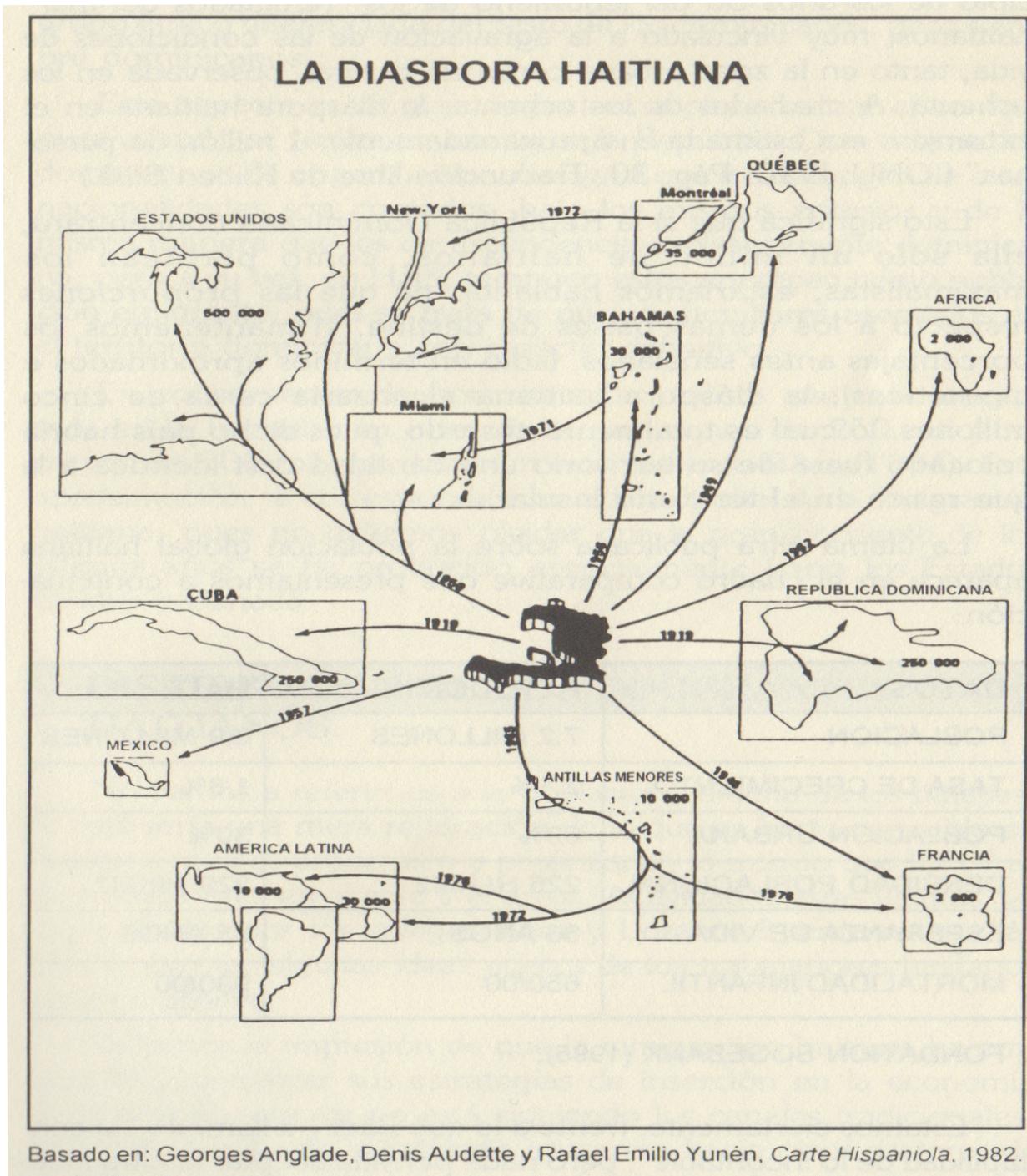
Apesar do posicionamento geral brasileiro no contexto das migrações internacionais, o Brasil também vem atraindo imigrantes de outras nações, como é o caso dos haitianos. Entretanto, de acordo com dados de Anglade, Audette e Yunén (1982, p. 11), em 1982, o Brasil sequer aparecia como possibilidade de abrigar qualquer fluxo migratório haitiano, mesmo que diminuto, conforme se observa na ilustração⁴ abaixo. Entre os principais destinos da diáspora haitiana estavam, à época, os Estados Unidos, República Dominicana, Cuba,

³ *Idem*

⁴ Fonte: SILIÉ, Ruben; INOA, Orlando; ANTONIN, Arnol (Org.). La República Dominicana y Haití frente al futuro, Editora FLACSO-Programa República Dominicana, Santo Domingo, 1998.

Canadá, Bahamas, França e outros países da região caribenha. A América Latina, no geral, se apresentava, há três décadas atrás, como um destino não muito relevante entre as opções migratórias haitianas.

A Diáspora Hatiana, 1982



Como ponto de partida de análise deste fenômeno migratório que traz haitianos ao Brasil, foram considerados dois fatores que, do ponto de vista da construção de hipóteses, poderiam influenciar na escolha destes migrantes, criando uma diferenciação nas opções tradicionais dos haitianos, usualmente os países da região do Caribe, dos Estados

Unidos, Canadá e da França. São eles: a presença militar brasileira no contexto da Minustah (Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti), aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 2004, e com sucessivos mandatos renovados até o presente, cuja liderança militar permanece com o Brasil, e a tragédia humanitária decorrente do terremoto de 12 de janeiro de 2010. Tais hipóteses não se confirmaram em sua integralidade e se mostraram apenas como fatores secundários em tais escolhas. Os desdobramentos das análises das hipóteses serão detalhados no Capítulo III, *Em Busca do Visto Prometido*.

Além disso, é importante considerar a possibilidade de o Brasil viver uma mudança de posição em relação ao sentido de seus fluxos migratórios, a partir da qual, em vez de “exportar” mão de obra de seus nacionais em direção aos países econômica e tecnologicamente desenvolvidos, agora pode estar a tornar-se, cada vez mais atrativo para emigrantes, sobretudo da região da América Latina e Caribe.

Segundo dados do Conselho Nacional de Migração (CNIg) do Ministério do Trabalho, a emissão de carteiras de trabalho para estrangeiros vem crescendo substancialmente nos últimos anos. Em 2003, foram concedidas 3.094. Dez anos depois, em 2013, o número saltou para 41.462. Deste total, 11.882 documentos foram destinados a cidadãos haitianos.

Os fluxos migratórios, fortemente presentes em todas as Américas, são fenômenos sociais de grande importância e impacto econômico, social, cultural e demográfico, que merecem ser melhor compreendidos, sobretudo a partir da mudança de posição que o Brasil tem vivenciado em razão do crescimento econômico ocorrido, sobretudo, na última década. Além disso, conforme assinala Stuart Hall (2011), a diáspora, quando constituída, é uma construção de grande relevância para as Ciências Sociais e para os estudos caribenhos e carrega uma série de questionamentos de interesse deste campo de estudo acadêmico. De acordo com o autor,

Que luz, então, a experiência da diáspora lança sobre as questões da identidade cultural no Caribe? Já que esta é uma questão conceitual e epistemológica, além de empírica, o que a experiência da diáspora causa a nossos modelos de identidade cultural? Como podemos conceber ou imaginar a identidade, a diferença e o pertencimento, após a diáspora? Já que “a identidade cultural” carrega consigo tantos traços de unidade essencial, unicidade primordial, indivisibilidade e mesmice, como devemos

“pensar” as identidades inscritas nas relações de poder, construídas pela diferença, e disjuntura? (...) A pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades – os legados do Império em toda a parte – podem forçar as pessoas a migrar, o que causa espalhamento – a dispersão. Mas cada disseminação carrega consigo a promessa do retorno redentor. (HALL, 2011, p. 28).

Segundo dados do Relatório Mundial Sobre Imigração de 2010, produzido pela Organização Internacional para as Migrações (OIM)⁵, há, no mundo, cerca de 214 milhões de migrantes internacionais, ou seja, pessoas que deixaram seus países para viver em terras estrangeiras. Em termos absolutos, um aumento significativo em relação ao levantamento de 2000, que dava conta de um aproximado de 150 milhões de migrantes internacionais.

Atualmente, cerca de uma em cada 33 pessoas é migrante internacional, ou seja, 3,1 % da população mundial. Estima-se que essas pessoas foram responsáveis, em 2010, pelo envio de 440 bilhões de dólares para seus países, sendo 325 milhões destinados para nações em desenvolvimento⁶.

Na região do Caribe, a realidade da migração é um fenômeno muito presente, que alavanca grande parte da economia local dos países da região. Como sustenta Stuart Hall, “a migração tem sido uma constante na narrativa caribenha” (HALL, 2011, p. 25). Segundo Keith Nurse (2004), professor sênior da Universidade das Índias Ocidentais de Trinidad e Tobago, proporcionalmente aos seus contingentes populacionais, os processos diaspóricos dos países da região do Caribe são alguns dos maiores do mundo:

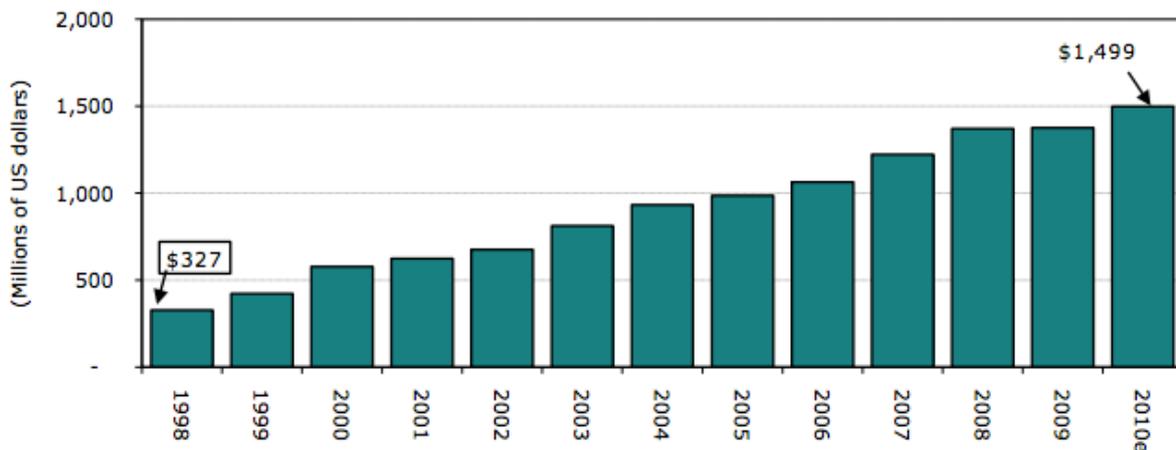
The Caribbean has one of the largest diasporic communities in the world, in proportion to population (STALKER, 2003). For example, it is estimated that the Cubans and Dominicans in the USA are equivalent to 8% of their respective populations of origin (UNECLAC, 2002: 237). And, in some of the ministates in the region like St. Kitts and Nevis, Grenada, and Belize, annual labour migration accounts for as much as 12% of their population, thereby transferring their population growth (MITTELMAN, 2000: 60). (NURSE, 2004, p. 3).

Tal narrativa está presente de maneira intensa também na sociedade haitiana, talvez um dos mais emblemáticos exemplos dos intensos fluxos migratórios presentes na região da América Latina e

5 World Migration Report 2010, International Migration Organization – http://publications.iom.int/bookstore/free/WMR_2010_ENGLISH.pdf. Acesso em 16 de agosto de 2012.
6Idem.

Caribe e que já vem sendo uma questão estudada pelas Ciências Sociais há algumas décadas. Os dados não são precisos, mas estima-se, de acordo com a *Haitian Diaspora Federation*⁷, que quase um terço dos haitianos, cerca de 2,5 milhões de pessoas, viva fora do Haiti.

Remessas Formais de Recursos



2. A diáspora e as remessas financeiras

Em 2009, segundo dados do Banco Mundial⁸, as remessas formais de recursos financeiros enviados ao Haiti pelos membros de sua diáspora representaram 21% do Produto Interno Bruto do país. Tais movimentações financeiras vêm, ao longo dos anos, consistentemente crescendo, passando, em 1998, de 327 milhões de Dólares a 1,499 bilhão de Dólares, em 2010 (veja acima o gráfico, *Remessas Formais de Recursos*).

⁷ A *Haitian Diaspora Federation* é uma organização não-governamental, baseada nos Estados Unidos, que tem como missão mobilizar recursos de haitianos que vivem fora do Haiti para serem investidos no país caribenho. Página web: <<http://www.myhdf.org/>>, acesso em 17 de agosto de 2012.

⁸ Dados disponíveis em:

<<http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTDECPROSPECTS/0,,contentMDK:22803131~pagePK:64165401~piPK:64165026~theSitePK:476883,00.html>>.

Países de origem das remessas e valores (milhões de Dólares (2012))

Remittance-sending country (down)	Haiti
Bahamas, The	29
Belgium	3
Canada	131
Dominican Republic	259
France	71
Germany	1
Mexico	1
Netherlands	2
Netherlands Antilles	2
Spain	1
Suriname	1
Switzerland	3
United States	1,088
Venezuela, RB	2
Other North	28
Other South	0

Em 2012, seguindo a tendência de crescimento, o montante de recursos remetidos formalmente ao Haiti atingiu seu maior patamar. Desse modo, os imigrantes foram responsáveis por envios de remessas de dinheiro na ordem de 1,625 bilhão de dólares, segundo estimativas do Banco Mundial para o ano de 2012. Somente a diáspora haitiana nos Estados Unidos enviou 1,088 bilhão de dólares, sendo seguida pelos imigrantes da República Dominicana, com 259 milhões de dólares, e do Canadá, com 131 milhões de dólares (veja, ao lado, o gráfico *Países de origem das remessas e valores*⁹).

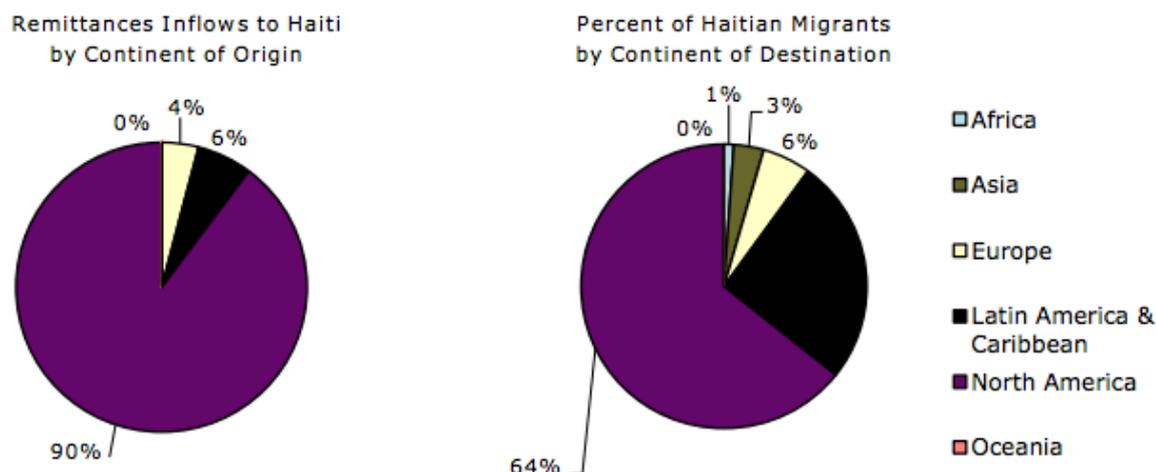
Ainda sobre os envios formais de recursos, há alguns dados relevantes de reflexão que ajudam a compreender melhor o perfil e as preferências migratórias da diáspora haitiana: em 2009, 64% dos migrantes haitianos estavam localizados na América do Norte. Estes foram responsáveis por 90% dos recursos financeiros enviados formalmente ao país, com destaque para aqueles que viviam à época nos Estados Unidos. Por outro lado, 24% dos imigrantes haitianos viviam nos países da América Latina e

do Caribe. Entretanto, estes foram responsáveis somente por 6% do total das remessas financeiras formais daquele ano. Já os que viviam na Europa (6% do total), enviaram 4% do total de remessas (veja gráfico¹⁰ na página 27).

A demonstração da importância das questões relativas à diáspora Haitiana, tanto econômica, quanto socialmente, foi a criação, em 1994, do Ministério dos Haitianos que Vivem no Exterior (MHVE) por parte do então presidente Jean Bertrand Aristide. Esta foi uma clara demonstração de que os haitianos que vivem fora do Haiti são parte de um intenso debate nacional, tanto do ponto de vista social, político, econômico e cultural.

⁹ *Idem*
¹⁰ *Ibidem*

Fluxos de remessas e percentual de haitianos por continente



In 1990, Jean-Bertrand Aristide, as part of his campaign for presidency of Haiti, portrayed Haitians living abroad as the tenth department, adding the Haitian diaspora to the nine geographic divisions of Haitian territory designated “departments”. When he became president, Aristide created the Ministry of Haitians Living Abroad, which continued after his term as a symbol that the Haitian state now includes the Haitian diaspora. (SCHILLER & FOURON, 2001, p. 12).

Segundo Rubén Silié (2003), ex-professor da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (Flacso) da República Dominicana e atual Embaixador da República Dominicana no Haiti, a partir da década de 1980, o perfil do imigrante haitiano para o país vizinho mudou. Passou de um contingente de trabalhadores rurais, que ia trabalhar, basicamente, nas fazendas de produção de cana de açúcar dominicanas, para um perfil mais urbano, vindo das grandes cidades haitianas para o trabalho na construção civil das grandes capitais dominicanas.

En esa distribución, se advierte que la concentración de trabajadores es esencialmente urbana, siendo predominantes en la construcción, las obras públicas y el turismo. Aunque muchos, para ingresar al país, todavía emplean la vía del trabajo agrícola e incluso azucarero, tan pronto pueden se pasan a los trabajos que se realizan en el medio urbano. Junto a esa característica resalta otro aspecto que marca una importante diferencia con la migración tradicional y es el origen de los inmigrantes; ya no son predominantemente campesinos, su gran mayoría procede del medio urbano. Además anteriormente los lugares de expulsión estaban concentrados en algunos campos principalmente del Sur haitiano, ahora, aunque algunas zonas aportan más que otras, proceden de los cuatro puntos cardinales. (SILIÉ, 2003, p. 3).

Dentre as motivações para esta mudança de conteúdo nas ocupações dos haitianos na República Dominicana, para Silié (2003), da mesma forma que Schiller e Fouron (2001), está o fato de que o novo contingente haitiano seria mais jovem, com maior escolaridade formal e oriundo dos principais centros urbanos haitianos, em especial, a capital Porto Príncipe. Esta mudança refletiu também alguns marcos da sociedade haitiana, que se urbanizou de forma rápida e desordenada a partir da década de 1980, com um crescente abandono da atividade de agricultura e alta taxa de desocupação na capital. Assim, aquela massa de camponeses que outrora ocupava quase que a totalidade do contingente haitiano na República Dominicana foi substituída pela geração seguinte que, urbanizada e com maiores condições de aproveitar as ofertas educacionais das cidades (ainda que visivelmente precárias), se habilitou a acompanhar as também mudanças de urbanização pelas quais as principais cidades dominicanas passaram a partir da década de 1990. De acordo com Silié (2003),

Es notorio que el interés en ayudar a la familia es una de las motivaciones para emigrar, por parte de los haitianos, pues todos se refieren a ella, sea para explicar las causas de su salida, o de los viajes frecuentes a su país. Es indudable que el sueño de esos inmigrantes es ayudar a la familia. Esto mismo nos hace ver que ellos mantienen un fuerte apego afectivo a su tierra; aunque también dicho apego es una de las razones para la decisión de traer sus familiares a República Dominicana, vista la situación de pobreza y desesperanza en su país. (SILIÉ, 2003, p. 10).

3. Sobre a diáspora

O levante, iniciado em 1791, que culminaria, em 1804, na única revolução de escravos das Américas, abalou a lógica colonial da época. O provérbio de *toutmoun se moun*, ou seja, toda pessoa é uma pessoa, "que indica um princípio valorativo fundamental em uma cosmovisão radicalmente igualitária da vida social" (CASIMIR, 2012, p.6), subverteu, pelo menos em território haitiano, o princípio de classificação racial das metrópoles coloniais que subjugava (e escravizava) o negro nas Américas.

Em 1789, às vésperas do início da revolta dos escravos, estima-se que na colônia francesa de *Saint Domingue* havia cerca de 55 mil

peças livres e pelo menos 450 mil escravos (DUBOIS, 2012, p. 19), o que significava, quase dez escravos para cada pessoa livre. Nos 10 anos que antecederam a emancipação geral dos escravos, em 1793, chegaram cerca de 40 mil novos escravos à colônia (CASIMIR, 2012, p. 3). Assim, estima-se que, aproximadamente, dois terços dos então cativos eram aqueles denominados *boçais*, que nasceram na África. O enorme aumento no número de escravos estava enchendo a colônia de nativos africanos, mais ressentidos, mais obstinados, mais prontos para uma rebelião do que o africano já assentado na ilha (JAMES, 1938, p. 65).

Com a expulsão do exército de Napoleão da ilha, ao final de 1803, o Haiti se converteu no segundo país americano a se tornar independente e uma nação negra, originada, em grande medida, de escravos. Como consequência, as metrópoles coloniais viram o sucesso da revolução de escravos haitiana como uma ameaça que poderia inspirar trabalhadores escravos e outros levantes nas colônias nas Américas.

While Haiti represented a nightmare to many slave masters, it was a source of inspiration for slaves throughout the Americas. "Within one month after 1791 uprising, slaves in Jamaica were singing songs about it," and within a few years master from "Virginia to Louisiana to Cuba to Brazil were complaining of new 'insolence' on the part of their slaves, which the often attributed to awareness of the successful black revolution. (DUBOIS, 2004, p. 304).

Na segunda metade do século XIX, o Haiti vivenciou pouco mais de três décadas de estabilidade política. Neste período, o país "experimenta um desenvolvimento endógeno e autocentrado", no qual ocorre o apogeu da economia aldeã de *contra-plantation* (CASIMIR, 2012, p. 15), resposta à racionalidade produtiva da América colonial. Portanto, é nesse período que se consolida o modelo de produção agrícola haitiana baseada na pequena propriedade rural.

Depois da derrota do poder colonial francês pelo exército de escravos, os governantes haitianos, desde Toussaint Louverture, passando por Jean Jacques Dessaline e Henry Christophe, chegando a Jean Pierre Boyer, todos líderes revolucionários, tentaram estabelecer medidas e estratégias para a reestruturação do sistema produtivo *Plantation*, como racionalidade produtiva. Tais tentativas foram frustradas pelo ato de resistência da população rural haitiana que, não apenas controlou as terras em pequenas propriedades, mas

desenvolveu um conjunto de práticas culturais e sociais que tinha a intenção de assegurar a propriedade da terra e garantir autonomia aos residentes do campo (DUBOIS, 2012, p. 107).

Tal ato de resistência deu origem ao sistema conhecido como *Lakou* (expressão em *kreyól* com origem na expressão francesa *lacour*, que significa o *pátio*). O *Lakou* traz em sua essência a pequena propriedade baseada em núcleos familiares, o *kreyòl* como idioma, o *vodou* como prática religiosa e que significava a antítese do trabalho assalariado, que, por outro lado, representava a derrota para o sistema *plantation* (DUBOIS, 2012, p. 108-109).

The *Lakou* system developed largely in the absence of – indeed, in opposition to – the Haitian government. Unable to transform the national political system, rural residents found another solution: they created, as one scholar puts it, “an egalitarian system *without a state*.” Profoundly innovative, this system was predicated on the “auto-regulation” of local communities. These communities took on many of the tasks of social organization that might otherwise have been supervise or legislated by authorities, such as the regulation of inheritance, land ownership, and family relationships. (DUBOIS, 2012, p. 108).

O início do processo diaspórico haitiano coincide com a desestruturação do sistema produtivo *Lakou*, que se iniciou há quase cem anos e teve como principal fenômeno motivador a invasão estadunidense ocorrida em 1915. A entrada dos fuzileiros navais dos Estados Unidos no Haiti abriu espaço para que grandes corporações da indústria agrícola, sobretudo produtoras de frutas, daquele país se instalassem, alterando a dinâmica rural do Haiti e retirando camponeses de suas terras. Tal processo foi responsável pelo primeiro grande fluxo migratório de cidadãos haitianos para o exterior, conforme explica DUBOIS, 2012:

But while the United States justified the occupation as a project to improve and democratize Haiti’s political institutions, it ultimately exacerbated the rift within the society. As more and more U.S. agricultural companies entered Haiti, they deprived peasants of their land. The result was that, for the first time in its history, large numbers of Haitians left the country, looking for work nearby Caribbean islands and beyond. (DUBOIS, 2012, p. 9).

Os primeiros destinos da diáspora haitiana, em razão, sobretudo, da proximidade geográfica, foram os países caribenhos vizinhos e os Estados Unidos, principalmente, em sua região sudeste, como o estado da Flórida. Em sintonia com Dubois (2012), Eliesse Teixeira Scaramal (SCAMARAL, 2006, p. 96) informa que a diáspora haitiana pelo Caribe

se iniciou no começo do século XX e teve a República Dominicana, país vizinho, como principal destino. Subsequentemente, se espalhou pelo continente, chegando aos Estados Unidos, cruzando o Oceano Atlântico e aportado na Europa, sobretudo, na ex-metrópole colonial França. De acordo com a autora,

A partir dos primeiros anos do século XX, Cuba também recebeu um importante contingente de migrantes haitianos que se dirigiram, normalmente, à parte oriental do país, onde se concentravam os *Centrales*, de propriedade de empresários dos Estados Unidos. Nessa mesma década, tanto as Bahamas quanto as Ilhas Turks e Caicos também receberam vários contingentes de migrantes haitianos, com reincidência de fluxos nas décadas de 1970 e 1990. (...) Os Estados Unidos passaram a receber um contingente massivo de migrantes haitianos a partir da década de 1980. (SCARAMAL, 2006, p. 96).

Para a professora de antropologia da Universidade de New Hampshire, Nina Schiller (2001) e o haitiano, professor do departamento de educação da State University de Nova Iorque, Georges Fouron (2001), a diáspora é um fenômeno repleto de contradições. Pelos dados acima apresentados é possível aferir o grande impacto que tal processo desempenha na vida social, econômica e cultural do Haiti. Conforme apontam Schiller e Fouron (2001), este impacto produz efeitos, tanto positivos quanto negativos, em toda a dinâmica social e econômica do país, e também proporciona as condições de subsistência das famílias haitianas beneficiadas pelas remessas de recursos de familiares que vivem em outros países:

Current manner in which Haiti is incorporated into the larger world economy contributes to the well-being of particular individuals and families, at the same time that it devastates the country as a whole. Even as the importation of goods destroys various forms of Haitian economic activity, individual families may dramatically improve their life circumstances by the emigration of one or more of their members who then provide money and small business activities for those left behind. The improvements are both material and social. On the basis of remittances, families in Haiti find they have Access to capital in the form of money from abroad and loans. Moreover, they may be able to obtain higher social standing. (SCHILLER & FOURON, 2001, p. 72).

No entanto, a narrativa local de aceitação ou não desta diáspora pelos haitianos que “ficaram” no país apresenta um discurso de exclusão simbólica do sentimento de pertencimento à nação, bem como a supressão de direitos políticos pelo Conselho Eleitoral Provisório (CEP) (ROSA, 2011, p.115). A ideia central é a de que se um haitiano não vive em seu país, não tem direito de opinar em

questões sensíveis à nação, bem como é oficialmente proibido de disputar qualquer pleito eleitoral. Esta é apenas uma das tensões que a diáspora haitiana vem enfrentando ao longo de sua extensa jornada de distanciamento do país.

4. Soberania Compartilhada

Mais recentemente os olhares externos se voltaram de modo mais forte para o país após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, tragédia humanitária que, segundo dados do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (Ocha)¹¹, custou a vida de cerca de 300 mil pessoas e deixou, aproximadamente, 1,5 milhão de haitianos vivendo em acampamentos temporários. A tragédia agravou ainda mais a histórica situação de vulnerabilidade que atinge grande parte da população do país, sobretudo daquela que vive na região metropolitana da capital nacional Porto Príncipe, área mais fortemente atingida pelos tremor de 7,3 graus na escala Richter.

O embaixador Antonio José Ferreira Simões, subsecretário-geral da América do Sul, Central e Caribe do Ministério das Relações Exteriores (MRE) Brasileiro e, à época da resposta humanitária ao terremoto de janeiro de 2012, representante do Brasil na Comissão Interina de Reconstrução do Haiti, mostra abaixo alguns dados pertinentes para ilustrar a vulnerabilidade social vivida pela população haitiana.

Com população de 9,7 milhões e PIB per capita de US\$ 669 (cerca de 6% do PIB per capita brasileiro), o Haiti é o país mais pobre do continente americano. Ocupa a posição 145 do universo de 169 países avaliados com base no Índice de Desenvolvimento Humano, além de ser o único país das Américas que integra a relação de Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs) das Nações Unidas. Apresenta assimetrias sociais, linguísticas e culturais mesmo em face de seu entorno regional caribenho. (SIMÕES, 2011, p. 12).

Entretanto, para se entender o Haiti, é preciso ir além das cifras econômicas, indicadores sociais e, sobretudo, dos frequentes estereótipos acerca da pobreza e do aparente “caos” que dominam a

11 OCHA HAITI – Jan 12th Earthquake Key Facts and Figures. Disponível em: <www.ochaonline.com/haiti>. Acesso em 15 de agosto de 2012.

visão da comunidade internacional sobre a nação. Se hoje o Haiti é o país mais pobre das Américas, é consequência, principalmente, de um passado colonial predatório, calcado na construção de uma estrutura político-social permeada de conflitos internos e da fragmentação do poder político no período pós-colonial.

De acordo com Casimir, o surgimento do Haiti independente (2012, p. 3), deu origem a um Estado frágil cheio de contradições e vulnerabilidades políticas e econômicas que se mostraram insuperáveis ao longo dos séculos. Segundo o autor,

Por essa razão, àqueles que falam do Haiti como um estado falido, não se dão conta que *Saint-Domingue* também é uma colônia falida. A ingovernabilidade que parece caracterizar o estado haitiano é exatamente a mesma que tipifica a colônia francesa e que explica porque a metrópole a perde de forma lamentável.

Comparemos brevemente *Saint-Domingue* com Barbados. A ilha de Barbados tem uma superfície de 430 km², enquanto que La Gonave¹² no golfo em frente a Porto Príncipe, tem 800 km². Barbados não tem montanhas, enquanto que o nome Haiti significa terra montanhosa. Nesse território, desde 1700, o grosso da população cativa se reproduz *in situ*. Isso acontece vinte e cinco anos antes de a França iniciar investimentos de peso no sistema de *plantation* de *Saint-Domingue*. Quando a Inglaterra proíbe o tráfico negreiro, os plantadores de Barbados estimam que essa medida deveria ter sido tomada vinte anos antes, já que eles não necessitavam de mão de obra importada.¹³

No entanto, em *Saint-Domingue*, a metrópole encara uma rebelião endêmica. Em 1790, se produz uma revolução geral que leva a um dos insurgentes a se autoproclamar governador geral da ilha. Esse antigo escravo devolve à França todas as autoridades enviadas para manter a ordem, incluindo o próprio cunhado do ilustre Napoleão. Que fracasso maior pode haver? Convém aos franceses ou a seus discípulos falarem de “pérola das Antilhas”, mas *Saint-Domingue* é um desastre de colônia. Sem dúvida, a resistência dos cativos da Barbados britânica não produz, em dois séculos e meio, tantas insurreições e mortos que a dos cativos de *Saint-Domingue* em um ano. Como pode então uma colônia se tornar independente por meio das armas, se não é uma colônia falida? (CASIMIR, 2012, p. 3-4).

O ato de resistência e de rebelião haitiana do final do século XVIII não indicou, por conseguinte, estabilidade para a recém criada nação. O sistema colonial europeu, em geral, deixou como herança inúmeras dificuldades políticas que repercutiram negativamente no processo de descolonização e no processo de desenvolvimento das antigas colônias no continente americano. Para Franz Fanon (2010), intelectual

12 La Gonave é uma ilha localizada a oeste da capital Porto Príncipe e que pode ser vista desta cidade.

13 “That Barbados by the 1780s no longer required substantial inputs of imported African slaves to maintain its servile labouring population was reflected in the views of some prominent planters who supported the abolition of the slave trade. For example, Robert Haynes in 1806 wrote to an absentee proprietor in England saying: ‘For my part, I sincerely rejoice at the abolition of the Slave Trade...I sincerely wish the trade had been totally abolished 20 years ago’”. (Hilary Beckles, *Black Rebellion in Barbados, The Struggle Against Slavery, 1627-1838*, Barbados, Antilles Publications, 1984, p. 54).

nascido na colônia francesa de Martinica, o processo de colonização deixa traços comuns, como a miséria e a falta de infraestrutura, às nações que surgiram como resultado desse processo:

Hoje, a independência nacional, a formação nacional nas regiões subdesenvolvidas reveste aspectos totalmente novos. Nessas regiões, salvo algumas realizações espetaculares, os diferentes países apresentam a mesma ausência de infraestrutura. As massas lutam contra a miséria, debatem-se com os mesmos gestos e desenham com seus estômagos reduzidos aquilo que se chamou de geografia da fome. Mundo subdesenvolvido, mundo desumano e de miséria. E também um mundo sem médicos, sem engenheiros, sem administradores. Diante desse mundo, as nações europeias mergulham na opulência mais ostensiva. (FANON, 2010, p. 116).

A gestão predatória do colonialismo francês deixou profundas cicatrizes e produziu, no contexto haitiano, elites sem qualquer compromisso com a unidade nacional ou com o desenvolvimento global do país. Esta tese também é defendida pelo antropólogo haitiano Jean Casimir. Segundo o autor, a elite do país, além de se alinhar com o pensamento hegemônico ocidental, não deu conta ou não esteve interessada a dar respostas efetivas para a grave situação social e econômica que, historicamente, vive o país.

Lo más triste de la historia es que una ínfima minoría logra escapar a la pobreza abyecta gracias al trabajo persistente de sus progenitores marginalizados, asociándose con el enemigo para responsabilizar a estos mismos progenitores de las desgracias que llueven sin tregua. Los lugares que ocupa la élite y que le permite vivir, en una modestia espartana, le exigen que denigre los esfuerzos emprendidos por la colectividad con el fin de ayudarla a superar los umbrales de pobreza. Ya que las condiciones de vida de la élite son también de las más precarias, esa minoría debe, como los criollos antes de 1804, apoyarse sobre esta misma cultura de solidaridad entre vecinos que abiertamente desprecia. Así se renueva el carácter dual de los marcos de referencia del pensamiento haitiano, lo cual vuelve inútil los esfuerzos honestos de construcción nacional que uno y otro gobierno pone de vez en cuando en práctica. (CASIMIR, 2007, p 45).

Tal equação que soma pobreza e uma elite que não dialoga com os interesses da nação haitiana teve como resultado a condução do país ao que Susan Woodward¹⁴ classifica de soberania compartilhada (2005, p. 8), fenômeno que se traduz com a presença de diversos contingentes militares, no âmbito da tutela de organismos multilaterais. O caso específico do Haiti, que oscilou entre a tutela dos Estados Unidos, de 1915 a 1934; da OEA (Organização dos Estados

14 Ver: Susan Woodwad. "The paradox of State Failure: States Matter; Take them seriously", disponível em: <<http://statesandsecurity.org/pdfs/enjeuxintle.pdf>>. Acesso em 02.04.2013.

Americanos), de 1991 a 1994; e do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 1994 até os dias atuais; a comunidade internacional ainda não encontrou uma metodologia eficaz para lidar com as dificuldades políticas de uma pequena ilha do Caribe. Assim, segundo a pesquisadora, a classe dirigente do país, diante de uma situação de reconhecimento da “falência do estado” e da incapacidade deste de operar eficientemente na solução de questões sociais como, por exemplo, escalada da violência, criminalidade e desemprego estrutural, abre mão de sua plena soberania para um processo de intervenção de forças internacionais, sejam elas civis ou militares.

Influential scholars at Stanford University now urge “neotrusteeships” or “shared sovereignty” where states accept their failures and agree to hand over, in whole or in part, their management to foreigners. Citizens in poor countries facing long-term structural unemployment, stagnant incomes, and pervasive insecurity from violent crime and unresponsive police say that given a choice, social justice should take priority over democracy. Many experts are reviving the old idea, long discredited, that economic growth requires strong (read: repressive) states first. Even strong, healthy governments are looking to the military to increase the “effectiveness” of diplomacy and emergency response. (WOODWARD, 2005, p. 8).

É justamente esta condição de “soberania compartilhada” que o Haiti vivencia intensamente desde 1990, quando foi instituída, com finalidade de monitorar e apoiar o processo eleitoral daquele ano, a United Nations Observer Group for the Verification of the Elections in Haiti (ONUVEH). Desde então, o país tem passado por uma sequência de intervenções internacionais, conforme poderemos observar no capítulo 3 desta dissertação.

Capítulo 2 - O Brasil em rota

Este capítulo tem como objetivo discutir o posicionamento do governo brasileiro em relação ao processo migratório de haitianos ao País, tendo como base, sobretudo, as decisões tomadas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e pelo Conselho Nacional de Refugiados (Conare), que se encontra dentro da estrutura do Ministério da Justiça (MJ).

1. A chegada dos haitianos ao Brasil

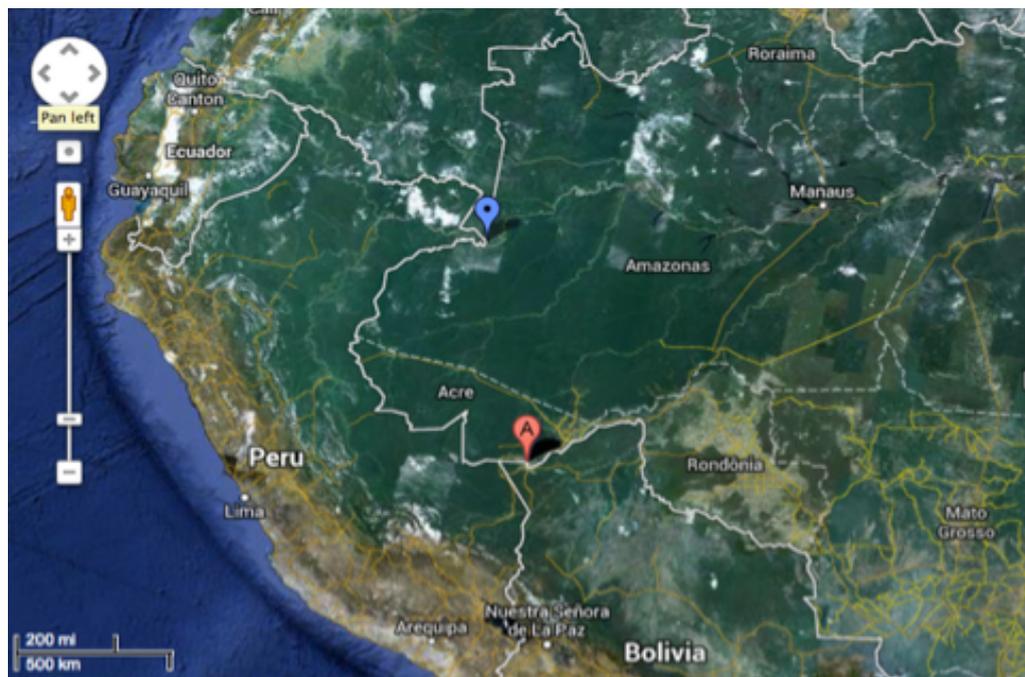
Alguns meses após o terremoto de janeiro de 2010, grupos de haitianos começaram a chegar, sobretudo, na região dos municípios da Brasiléia (em laranja, no mapa na próxima página), no estado do Acre, na fronteira com a Bolívia, e na cidade de Tabatinga (em azul, no mapa na próxima página), no Amazonas, fronteira com a Colômbia e o Peru. O motivo da chegada de haitianos nestas duas cidades amazônicas pode ser explicado pelo fato de ambas possuírem postos de migração da Polícia Federal, nos quais os imigrantes podem dar entrada com a documentação necessária para dar início ao processo de aquisição do visto para permanência no Brasil.

A chegada deste contingente de haitianos ao Brasil passou, pelo menos em um primeiro momento, a ser amplamente veiculada pela imprensa nacional. As reportagens atribuíam como motivo desse fluxo migratório o terremoto de janeiro de 2010. Segundo dados do Ministério da Justiça, instância do Governo Federal responsável por parte da política migratória do Brasil, principalmente no que diz respeito às questões de asilo e refúgio, mais de 7 mil haitianos foram regularizados no Brasil, desde o terremoto de 2010 até 30 de setembro 2013, segundo dados do Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Dados não oficiais veiculados na imprensa estimam que o número de haitianos que têm migrado para o Brasil já passa dos 15 mil.

Para além das cifras, este processo migratório originou diversos questionamentos que a presente pesquisa busca responder: seria o

Brasil um novo destino para a diáspora haitiana? Em caso positivo, quais seriam as motivações para os haitianos migrarem para o País?

Localização de Tabatinga (azul) e Brasileia (laranja)



Google Maps

O percurso para a solicitação do visto de residência no Brasil daqueles que chegam pelas fronteiras terrestres, em sua maioria, consiste, primeiramente, no preenchimento de um Termo de Declaração. Na prática, o documento é um formulário que, dentre outras questões, dá espaço para aqueles que pedem refúgio explicar os motivos de tal solicitação. Em casos ordinários, esse pedido é analisado, unicamente, pelo Comitê Nacional para Refugiados¹⁵, órgão colegiado, ligado ao Ministério da Justiça, que reúne representantes¹⁶

15 Entre as atribuições do CONARE estão: deliberar quanto à cessação “*ex officio*” ou mediante requerimento das autoridades competentes, da condição de refugiado; declarar a perda da condição de refugiado; orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência, integração local e apoio jurídico aos refugiados, com a participação dos Ministérios e instituições que compõem o CONARE e aprovar instruções normativas que possibilitem a execução da Lei nº 9.474/97. Fonte:

<<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={7605B707-F8BE-4027-A288-6CCA2D6CC1EC}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7B5246DEB0-F8CB-4C1A-8B9B-54B473B697A4%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>>, acesso em 17 de julho de 2013.

16 O Comitê é composto por representantes dos seguintes órgãos: Ministério da Justiça, que o preside; Ministério das Relações Exteriores, que exerce a Vice-Presidência; Ministério do Trabalho e do Emprego; Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Departamento da Polícia Federal; Organização não-governamental, que se dedica à atividade de assistência e de proteção aos refugiados no País – Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e Rio de Janeiro; e Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), com direito a voz, sem direito a voto. Fonte: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={7605B707-F8BE-4027-A288-6CCA2D6CC1EC}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7B5246DEB0-F8CB-4C1A-8B9B->

do governo, sociedade civil e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur).

Ao examinar os pedidos, o Conare concluiu, para o caso dos haitianos, que não se tratava de situação de refúgio, já que não estava configurado que estes tivessem algum temor fundado de perseguição em razão de etnia, nacionalidade, religião, opinião política ou pertencimento a grupo étnico ou social, conforme a Convenção Sobre o Estatuto do Refugiado da Organização das Nações Unidas de 1951 e a Lei nº 9.474/97.

Segundo a normativa internacional, em seu Artigo 1º, “Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que”:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.¹⁷

Após a realização da análise de mais de 3.000 pedidos de cidadãos haitianos, o Conare não concedeu um único pedido de refúgio. O motivo alegado pelo Comitê foi que não existiria, nas normativas nacionais e internacionais, nenhuma figura jurídica que se aproximasse do refugiado em decorrência de razões econômicas e, no caso do Haiti, em consequência de desastres ambientais.

Em um comunicado de imprensa, intitulado “Triplica o número de estrangeiros em busca de *refúgio no Brasil*”¹⁸, publicado, em 26 de abril de 2013, na área “Estrangeiros”, do site do Ministério da Justiça, o órgão apresentou os dados que demonstravam um grande crescimento no número de pedidos de refúgio para o Brasil. De 2010 a 2012, este tipo de pedido mais que triplicou, de acordo com as estatísticas apresentadas. Segundo a reportagem, aqueles que solicitaram refúgio

54B473B697A4%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>, acesso em 17 de julho de 2013.

17 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Julho, 1951. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/>>. Acesso em 07.01.2014.

18 Fonte: <[38](http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={BB799FA1-9499-42CF-BA8D-CDCB8FFB5A4F}&BrowserType=NN&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7B60D6A533-9B84-431A-9859-0A7710493F17%7D%3B&UIPartUID=%7B2218FAF9-5230-431C-A9E3-E780D3E67DFE%7D>”, acesso em 21 de julho de 2013.</p></div><div data-bbox=)

no Brasil são “provenientes principalmente de grandes crises humanitárias, novas ou relacionadas a conflitos antigos que continuam provocando deslocamentos (...)”.

Apesar de tal informação não se encontrar explicitamente no texto em questão, é possível aferir que os pedidos por parte dos haitianos têm dado uma importante contribuição no aumento de pedidos de refúgio, já que o número de solicitações de refúgio feitos ao Ministério da Justiça começou a subir no período que coincidiu com o processo de chegada dos haitianos nas fronteiras da Região Norte do País. De acordo com as informações divulgadas, em 2010, foram 566 pedidos desta natureza; em 2011, 1.138; em 2012, 2.008, respectivamente, representando em termos percentuais um aumento em relação ao ano anterior de 76%. Para o ano de 2013, estimava-se um montante de 2.580 solicitações de refúgio:

Em relação a 2011, quando foram registradas 1.138 solicitações de refúgio, o aumento também foi expressivo (76%) em comparação aos dados de 2012. Para 2013, o Conare estima que serão contabilizadas 2.580 novas solicitações, mantendo a tendência de crescimento dos pedidos de refúgio feitos por estrangeiros no Brasil.

Refletindo o aumento no pedido de refúgio, a produtividade do Comitê Nacional para os Refugiados também aumentou. Responsável no governo brasileiro por analisar os pedidos de refúgio feitos às autoridades migratórias, o Conare apreciou 823 pedidos em 2012 – um crescimento de quase 175% se comparado a 2010, quando foram analisados 299 pedidos (em 2011 foram 426 pedidos analisados, confirmando a tendência de aumento na produtividade do Comitê). (fonte¹⁹).

Em março de 2013, o Brasil contabilizava um total de 4.262 refugiados reconhecidos, sendo a maior parte de angolanos (com 1.060 pessoas), colombianos (738) e congolezes (570). Esse total deve ser reduzido para 2.996 de refugiados, após a aplicação da cláusula de cessação de refúgio para cidadãos de Angola e Libéria, que está a ser implementada pelo governo brasileiro desde 1º de junho de 2012, após orientação feita pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Conforme a cláusula, os angolanos e liberianos poderão pedir residência permanente no Brasil e deixarão de ser refugiados.

No ano de 2012, a média mensal de pedidos de refúgio foi de 167. É interessante notar que, conforme explicitado anteriormente, não houve nenhuma concessão de refúgio para cidadãos haitianos dentre

19 *Idem*

os 199 pedidos aprovados. Nessa categoria, os mais contemplados foram cidadãos colombianos (53 vistos), seguidos por nacionais da República Democrática do Congo (39) e da Síria (37)²⁰. Uma declaração do presidente do Conare e Secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, explica o motivo pelo qual o comitê tem negado os pedidos dos imigrantes haitianos:

Embora haja um aumento substancial de pedidos, percebemos que muitos estrangeiros têm buscado o refúgio para migrar por novas oportunidades de vida. No entanto, o refúgio é aplicado apenas para casos de perseguições²¹.

Tendo em vista as negativas destes pedidos, o Conare deliberou por não mais receber as solicitações de haitianos, o que poderia implicar na impossibilidade de acesso dos haitianos ao território brasileiro.

Sendo assim, por conta da grave situação humanitária que o país caribenho historicamente vive - agravada ainda mais pelo terremoto de janeiro de 2010 –, e, sobretudo, à continuidade de haitianos chegando ao Brasil, o Conare passou a enviar os pedidos ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg)²², órgão colegiado ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para que fossem tratados como “casos omissos”²³, considerando o caráter humanitário que a situação apresentava. No âmbito do CNIg, decidiu-se, a partir de 2012, pela concessão de vistos humanitários aos haitianos que haviam ingressado no Brasil.

20 *Idem*

21 *Ibidem*

22 O Conselho Nacional de Imigração – CNIg tem como atribuições: Formular a política de imigração; Coordenar e orientar as atividades de imigração; Efetuar o levantamento periódico das necessidades de mão de obra estrangeira qualificada, para admissão em caráter permanente ou temporário; Definir as regiões de que trata o art. 18 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, e elaborar os respectivos planos de imigração; Promover ou fornecer estudos de problemas relativos à imigração; Estabelecer normas de seleção de imigrantes, visando proporcionar mão de obra especializada aos vários setores da economia nacional e captar recursos para setores específicos; Dirimir as dúvidas e solucionar os casos omissos, no que diz respeito a imigrantes; Opinar sobre alteração da legislação relativa à imigração, quando proposta por qualquer órgão do Poder Executivo; Elaborar seu regimento interno, que deverá ser submetido à aprovação do Ministro de Estado do Trabalho.

23 Já os casos omissos são aqueles em que, apesar de o interessado dispor de requisitos estabelecidos na Lei, não há previsão explícita nesta, de determinada situação aplicável a ele.

Fonte: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BA1BC41DE-C501-4FD4-8651-4891730652C3%7D&Team=¶ms=itemID=%7B9627798B-BFCC-49F2-81BB-57DC2D7AAFC4%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>>, acesso em 17 de julho de 2013.

2. Contradições da recepção aos haitianos

O grande número de novos imigrantes vindos do Haiti que chega ao Brasil levou o governo brasileiro, por meio do CNIg, à publicação de uma medida, que, ao mesmo tempo facilitava a entrada de um determinado número de haitianos, mas a restringia em termos quantitativos.

A Resolução Normativa número 97²⁴, de 12 de janeiro de 2012 (exatos dois anos após o terremoto de 2010), foi editada em meio à pressão migratória dos haitianos que aportavam ao território brasileiro e aguardavam a concessão do visto nas cidades da Região Norte do País. O documento criou uma figura jurídica específica para concessão de vistos aos haitianos, que consistia na oferta de visto de caráter humanitário, ato impulsionado pelo terremoto de 12 de janeiro de 2010, conforme explicam o Artigo 1 e seu respectivo Parágrafo Único:

Art. 1º Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

Entretanto, ao mesmo tempo em que criava um trâmite diferenciado para os nacionais do Haiti, limitou, pela primeira vez, de forma oficial, a quantidade de concessões de vistos de permanência e trabalhos para cidadãos de determinada nacionalidade:

Art. 2º O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

Parágrafo único. Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País.

Estava implícita à implementação da Resolução Normativa 97, que teve dois anos de validade, uma estratégia de tentar barrar, ou

24 Para consultar a resolução na íntegra veja Anexos.

pelo menos, diminuir a entrada de cidadãos haitianos pelas fronteiras terrestres, sobretudo aquelas dos estados do Norte do país. À época da publicação da Resolução, o governo brasileiro, por meio do Ministério da Justiça, anunciou que seria autorizada apenas a migração de haitianos com vistos de trabalhos adquiridos na Embaixada do Brasil, localizada no bairro de Petion-Ville, em Porto Príncipe.

Segundo o anúncio do Ministério da Justiça, aqueles imigrantes que, à época, já estavam no Brasil teriam a situação regularizada. Entretanto, aqueles que chegassem em datas posteriores não seriam aceitos no País. Além disso, foi divulgado pelo governo federal que a fiscalização nas fronteiras brasileiras seria reforçada para conter a imigração ilegal e a ação dos “coiotes” por conta do tráfico de pessoas.

Tal estratégia do Governo Federal brasileiro de coibir a imigração se mostrou sem eficácia, tendo em vista que os haitianos seguiram e seguem chegando às cidades fronteiriças, sobretudo, àquelas da Região Norte do Brasil.

E, contraditoriamente ao que foi anunciado durante a implementação da Resolução 97, em um primeiro momento, o Brasil, apesar das ameaças, optou por não extraditar os haitianos em situação irregular, e continuou aceitando as solicitações de visto de caráter humanitário daqueles que chegavam pelas fronteiras acima citadas.

Para se ter uma noção da dinâmica da cessão de vistos humanitários e o impacto da migração haitiana neste processo, segundo dados do CNIg, em 2010, somente cinco vistos deste tipo foram dados, sendo quatro para nacionais do país caribenho. Já em 2011, este número passou para 711, no total, e 709 para haitianos²⁵ (veja tabela *Nacionalidades contempladas com visto humanitário abaixo*²⁶).

A grande tendência de crescimento continuou em 2012, ano da edição da Resolução Normativa 97, e o número de vistos humanitários saltou para 4.706, destes 4.682 para haitianos. Já em 2013, é percebida uma queda nos números de vistos humanitários concedidos,

25 Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, Base Estatística CNIg. Ministério do Trabalho e Emprego, Setembro de 2013. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A43DF98FC0144D01B0C461AEE/6%20-%20Autoriza%C3%A7%C3%B5es%20concedidas%20pelo%20Conselho%20Nacional%20de%20Imigra%C3%A7%C3%A3o.pdf>>, acesso em 02 de abril de 2014.

26 *Idem*.

com 2.070 vistos emitidos para haitianos, de um total de 2.157.

Nacionalidades contempladas com visto humanitário

País	2010	2011	3° Trl. 2012	2013
HAITI	4	709	4682	2070
BANGLADESH	0	0	0	35
PAQUISTÃO	0	0	0	17
OUTROS	0	1	2	12
IRAQUE	0	0	0	8
SENEGAL	0	0	0	6
GANÁ	0	0	0	3
SÍRIA	0	0	0	2
CONGO	0	1	2	1
SOMÁLIA	0	0	0	1
CORÉIA	0	0	0	0
NOVA GUINÉ	1	0	1	0
NÃO INFORMADO	0	0	19	2
Total	4	711	4706	2157

A título de informação, a decisão do CNlg em contemplar os imigrantes haitianos com vistos humanitários teve um grande impacto no montante total de autorizações de imigração concedidas pelo Conselho. Tal número passou de 535, em 2010, para 5.802, em 2012, com 80,7% dos vistos destinados a cidadãos haitianos. Até o final de dezembro de 2013, foram dados outros 3.306 vistos humanitários (veja tabela *Número de vistos por categoria migratória*²⁷ abaixo).

Número de vistos por categoria migratória

Categoria	2010	2011	2012	2013
Residência em caráter humanitário	5	711	4706	2157
Estrangeiro em união estável com brasileiro.	268	403	441	606
Situações especiais envolvendo investidores estrangeiros	12	18	7	5
Outros	250	315	648	538
Total	535	1447	5802	3306

Outro fato interessante é o volume de vistos humanitários que foram solicitados nos estados do Amazonas e Acre, onde se encontram, respectivamente, as cidades de Tabatinga e Brasileia, principais portas de entrada de imigrantes haitianos. Dos 7.579 vistos humanitários concedidos de 2010 a dezembro de 2013, 7.155, ou seja, 94,4%, foram solicitados nestes dois estados (veja, tabela *Vistos humanitários por Unidade da Federação*²⁸).

²⁷ *Ibidem*

²⁸ *Ibidem*

Vistos humanitários por Unidade da Federação

UF	2010	2011	3º Trl. 2012	2013
AC	0	246	1182	1097
AM	4	434	3384	808
TO	0	3	1	132
SP	0	15	103	85
OUTROS	1	13	36	35
Total	5	711	4706	2157

Os dados acima apresentados mostram que, à margem do que previa a Resolução Normativa 97 – que era a concessão de vistos solicitados à Embaixada do Brasil no Haiti, na capital Porto Príncipe –, muitos haitianos seguiram optando por tentar entrar no Brasil via fronteiras terrestres de cidades do Norte do País. Da mesma forma, as autoridades migratórias seguiram concedendo as autorizações de permanência àqueles que chegavam, mesmo após a edição da normativa.

Segundo os relatos coletados durante a pesquisa de campo com haitianos, – realizada na capital do estado de Rondônia, Porto Velho, entre os dias 23 de agosto de 2012 e o dia 29 do mesmo mês –, que agora vivem no Brasil, todos os indivíduos entrevistados formal ou informalmente chegaram ao Brasil sem o visto de permanência. Com exceção de uma entrevistada, que entrou no País com visto de turista, todos os demais indivíduos entrevistados, não tinham nem mesmo qualquer tipo de visto ao deixar o país caribenho.

Também com exceção da entrevistada acima citada, que acabara de iniciar os trâmites legais para obter o visto de residência, a totalidade dos indivíduos entrevistados obteve a permanência na cidade de Brasileia, no estado do Acre. Na localidade, há um posto de migração da Polícia Federal, onde os imigrantes dão entrada no processo que, ao fim, é analisado pelo Conselho Nacional de Imigração e, caso não haja nada de incomum no processo, é aprovado.

Para isso, o CNIg, contrapondo-se às recomendações do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Justiça, e, da mesma forma, não respeitando a quantidade de concessões de vistos de permanência previstos na Resolução nº 97/2012, decidiu dar aos haitianos que chegam às fronteiras do Norte do País o visto de permanência por razões humanitárias.

Com isso, com a inexistência da figura de refugiado em decorrência de desastres ambientais nos tratados internacionais sobre

migração da Organização das Nações Unidas e, igualmente, na legislação nacional, o Conselho utilizou uma interpretação jurídica de modo a atender a solicitação de migrantes haitianos que têm chegado ao Brasil, o que evidencia uma fragilidade no desenho institucional da política nacional de imigração.

Tendo em vista que a Resolução Normativa 97 teve uma eficácia limitada na contenção da chegada de imigrantes haitianos ao Brasil, o CNlg publicou, em 26 de abril de 2013, a Resolução Normativa 102²⁹. Esta última adequou a normativa anterior à realidade do processo migratório em questão, ressaltando a responsabilidade de concessão do visto na Embaixada Brasileira em Porto Príncipe para o Ministério de Relações Exteriores, dando outra redação para o Artigo 2º da Resolução 97. Dessa maneira, o artigo em questão passou a ter a seguinte redação: "Art. 2º. O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores."

No dia 25 de outubro de 2013, o CNlg publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa 106, que estendeu a possibilidade de concessão de vistos humanitários a haitianos (que expiraria, segundo a Resolução 97, em janeiro de 2014) até janeiro de 2015. No comunicado à imprensa³⁰ que divulgou a decisão, foi publicada uma declaração do presidente do Conselho, Paulo Sérgio Almeida, argumentando que a decisão pelo alargamento do prazo foi tomada em razão do fato de que a crise humanitária ainda persiste no Haiti e também teve o intuito de coibir a migração ilegal:

O CNlg avaliou que as razões humanitárias ainda persistem. Além disso, pesou na decisão dos Conselheiros a possibilidade de se reforçar a via de acesso legal de imigrantes haitianos para o país de forma a desestimular a migração indocumentada que ocorre pelas fronteiras terrestres³¹.

O desafio que se apresenta às autoridades migratórias é o que fazer com os haitianos que chegam às cidades fronteiriças, sobretudo, do Acre e Amazonas, e como fazê-lo sem que estimule novos fluxos migratórios para o Brasil, uma vez tendo conhecimento da tradicional diáspora haitiana. A política migratória brasileira não foi capaz de

29 Para consultar as resoluções normativas 97 e 102 na íntegra veja Anexos.

30 Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/cnlg-prorroga-concessao-de-visto-especial-a-haitianos.htm>>, acesso em 14 de janeiro de 2014.

31 *Idem*

responder em sua plenitude esta demanda e, muitas vezes, age de forma contraditória. No entanto, até o momento, é justamente a fragilidade desta política que mais beneficia os haitianos.

Entretanto, ao mesmo tempo em que as instâncias governamentais trataram a questão migratória haitiana com certa flexibilidade – tendo em vista que, de acordo com os dados do CNIg apresentados anteriormente, oferta-se um número de vistos humanitários a haitianos bem acima dos 1.200 anuais previstos na Resolução Normativa 97 – foi noticiado na imprensa uma tentativa do governo brasileiro de evitar que os migrantes haitianos chegassem às fronteiras nacionais. Segundo uma reportagem publicada no *site* do jornal *O Estado de São Paulo*, no dia 3 de junho de 2013, o Brasil passou a pressionar os países vizinhos, principalmente o Peru, a barrar e deportar os haitianos, antes mesmo de chegarem à fronteira brasileira, revelando um alto grau de contradição na condução da política externa brasileira no tocante à recepção dos haitianos no Brasil.

De acordo com a reportagem, intitulada *Brasil Pede, e Vizinhos Barram Haitianos*³², cerca de 1.000 cidadãos do Haiti foram extraditados nessa situação. De acordo com a reportagem,

Haitianos que tentam chegar ao Brasil estão sendo deportados de volta ao Caribe e detidos em países vizinhos, num esforço regional para frear a entrada dessa população no País. Dados obtidos pelo Estado mostram que, pressionados pelo governo, países que estão sendo usados como corredores até a fronteira brasileira aumentaram a deportação e prisão de haitianos. (O ESTADO DE S.PAULO, 2013)

A reportagem não deixa claro qual entidade ou instância do governo se refere, usando o termo “governo” de forma genérica, e muito menos se tal posicionamento reflete a postura das autoridades migratórias nacionais. Entretanto é válida para se entender a dimensão do debate que gerou a chegada dos haitianos às fronteiras do Norte do País.

Nesse sentido, no dia 9 de abril de 2013, o governador do Estado do Acre, Tião Viana, por meio do decreto 5.586, designou Estado de Emergência Social para os municípios de Brasileia e Epitaciolândia,

32 Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,brasil-pede-e-vizinhos-barram-haitianos-,1038265,0.htm>>, acesso em 12 de janeiro 2014.

ambos na fronteira com a Bolívia³³. Tal ato teve como motivação a chegada de imigrantes haitianos às cidades. O governador alegou que a chegada dos haitianos e sua permanência temporária nestas cidades geravam prejuízos, tanto para o Estado, quanto para os municípios, além de sobrecarregar as áreas de assistência social e saúde, principalmente.

A partir daí, o governador vem decretando sucessivas situações de emergência social. Até a finalização desta dissertação, estava vigente a prorrogação do decreto 6.502, de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial do Estado do Acre de 17 de janeiro de 2014, que estendeu a situação de emergência social nas cidades de Brasileia e Epitaciolândia por mais 90 dias.

Uma reportagem publicada, no dia 9 de março de 2013, no portal de notícias iG, retratando o primeiro decreto do Estado de Emergência Social, traz o discurso enfático do governador em relação aos gastos gerados pela chegada dos haitianos. A ideia era pressionar o Governo Federal no sentido de mitigar os efeitos desse processo na região.

O decreto é de um grito de alerta de que a situação chegou ao limite. Transbordou o suportável e nós precisamos de ajuda, e do papel institucional e constitucional do Governo Federal numa questão dessa gravidade. O governo do Acre já assumiu R\$ 3 milhões em gastos. A União nos ajudou com R\$ 600 mil, mas nós precisamos de uma medida definitiva³⁴.

Tião Viana vai além ao afirmar que o Ministério das Relações Exteriores é “insensível” com o problema e que o Governo Federal deveria tomar medidas para coibir a migração haitiana, de forma articulada com países da região para prevenir a chegada dos haitianos às fronteiras do Estado do Acre: “Eu diria até que ele (Governo Federal) está sendo omissos. A meu ver, ele deveria dialogar com Peru e Equador, onde começa a rota, e exigir o visto dos imigrantes. Se esse visto fosse exigido resolveria 90% do problema³⁵”, declarou o governado à reportagem.

O secretário de Direitos Humanos do Acre, Nilson Mourão, chegou inclusive a sugerir o fechamento temporário da fronteira do Estado com o Peru para evitar a chegada de mais migrantes oriundos

33 O decreto foi publicado no Diário Oficial do Estado do Acre no dia 10 de abril de 2013.

34 Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2013/04/acre-decreta-situacao-de-emergencia-social-por-cao-de-surto-de-imigracao.html>>. Acesso em 17 de janeiro.

35 *Idem*

do país caribenho:

Onde esse povo vai dormir? Como vamos espalhar tantos colchões? O quadro está muito propício a uma tragédia, a partir de briga, incêndio ou morte. Não temos outra saída que não seja fechar temporariamente a fronteira, em Iñapari, no Peru, enquanto esse grupo segue viagem em busca de emprego em outras regiões do País. Depois a gente volta a reabrir a fronteira e a controlar o fluxo de entrada, de acordo com a nossa capacidade de atendimento³⁶.

3. Migração e mão de obra

Outro ponto importante a ser analisado na Resolução 97 é o fato de se condicionar a permanência dos imigrantes haitianos no Brasil à comprovação de que estes possuem emprego, conforme aponta o Artigo 3º da normativa:

Art. 3º Antes do término do prazo previsto no caput do art. 1º desta Resolução Normativa, o nacional do Haiti deverá comprovar sua situação laboral para fins da convalidação da permanência no Brasil e expedição de nova Cédula de Identidade de Estrangeiro, conforme legislação em vigor.

Em outras palavras, está claro o conteúdo político ditado pelo CNlg de que o haitiano no Brasil servirá exclusivamente como mão de obra. Dadas as condições de precariedade do Haiti, esta mensagem revela que esta mão de obra ocupará serviços não qualificados e de baixa remuneração. Esta é a orientação política oficial do destino que o governo brasileiro quer dar aos haitianos que aportam ao Brasil.

Diferentemente daqueles migrantes que possuem o *status* de refugiados, os haitianos, apesar do visto de caráter humanitário, não recebem nenhum tipo de auxílio financeiro sistematizado por parte do poder público, sobretudo, da esfera federal. Conseqüentemente, ao condicionar a permanência dos haitianos a uma situação positiva de emprego, o governo brasileiro passa a tratar este grupo de pessoas de forma homogênea e estereotipada, como mão de obra não qualificada, correndo o sério risco de reproduzir a racialização das relações de trabalho (CASIMIR, 2012).

Assim, ao definir que a instância responsável por regular a

36 Entrevista dada ao Blog da Amazônia. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2014/01/15/acre-quer-fechar-fronteira-com-o-peru-para-conter-haitianos/>>. Acesso em 18 de janeiro de 2014.

migração haitiana para o Brasil seria o Conselho Nacional de Imigração, que por sua vez encontra-se dentro da estrutura organizacional do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o governo situa tal contingente migratório como potencial força de trabalho para a cadeia produtiva nacional. Tal movimento institucional de alocação dos imigrantes haitianos está em perfeita sintonia com a missão expressa ao CNIg de "estabelecer normas de seleção de imigrantes, visando proporcionar mão de obra especializada aos vários setores da economia nacional e captar recursos para setores específicos". Tal missão sintoniza com o definido pelo Estatuto do Estrangeiro³⁷, de 1980:

Art. 16. O visto permanente poderá ser concedido ao estrangeiro que pretenda se fixar definitivamente no Brasil.

Parágrafo único. A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão de obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos

O fato é que, apesar de não se situarem no contexto de mão-de-obra especializada, os haitianos têm ajudado a suprir demanda de trabalhado de baixa qualificação e não têm dificuldades de encontrar oportunidades em tal contexto.

Durante a pesquisa de campo na cidade de Porto Velho, pude constatar que setores da cadeia produtiva nacional, como o da construção civil, tem contratado grandes números de migrantes do Haiti. No geral, estes ocupam posições de baixa qualificação. No caso da capital de Rondônia, foi identificado que boa parte dos haitianos do sexo masculino estavam, à época, trabalhando em empregos relacionados às duas grandes obras: à Usina Hidrelétrica de Jirau e à Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, além do serviço de limpeza urbana de Porto Velho. Já as mulheres trabalham como empregadas domésticas ou na área de serviços gerais de limpeza.

O que se constata, a partir das informações analisadas neste capítulo, é que a política migratória adotada pelo governo brasileiro para lidar com a chegada dos haitianos, desde 2010, foi errática e pouco clara quanto aos objetivos. Ao mesmo tempo em que as

37 Disponível em: <<http://www.dpu.gov.br/encontro/encontroredpo/pdf/Lei%206815%20-%2019081980%20-%20Estatuto%20do%20estrangeiro.pdf>>. Acesso em 9 de março de 2013.

autoridades migratórias divulgavam medidas para diminuir o processo imigratório, como foi o caso da Resolução Normativa 97 que, em um primeiro momento tentou restringir a 1.200 vistos de permanência para haitianos, houve continuidade nos processos de concessão de residência àqueles que chegavam às fronteiras do Brasil. O que se viu foi o governo agindo para responder demandas geradas pela chegada dos haitianos, mostrando dúvidas em relação à condução da política migratória para os haitianos no Brasil.

Outro ponto importante de se ressaltar, uma vez que os imigrantes haitianos não se encaixavam na normativa sobre refugiados, o CNIG, para atendê-los, ofereceu a possibilidade de cessão de vistos de permanência de cunho humanitário. Entretanto, além da autorização de permanência e trabalho, os haitianos não receberam nenhum outro tipo de auxílio para se integrarem socialmente e profissionalmente.

As decisões tomadas pelo governo brasileiro em relação à migração haitiana, possivelmente, foram influenciadas pelo protagonismo do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah). O próximo capítulo explora os antecedentes que levaram à constituição das tropas de paz e a participação do Brasil na Missão.

Capítulo. 3 – A Minustah e a liderança militar brasileira

O presente capítulo tem como objetivo fazer uma análise sobre a presença Brasileira no Haiti no papel de coordenador do componente militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), estabelecida em 2004, após aprovação no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Além disso, busca contextualizar histórica e politicamente tal presença dentro da complexa realidade sociopolítica haitiana.

1. Haiti antes da Minustah: a instabilidade no Século XX

A posição de liderança militar ocupada pelo Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) desde 2004, é um fator que exerce pressão para as decisões do governo brasileiro quanto à situação dos imigrantes haitianos. Tendo isso em mente, é importante elucidar o contexto em que a Minustah foi implantada e como opera, atualmente, no país caribenho.

Antes de tudo, para se ter um entendimento mais amplo da questão haitiana e sua relação com o Brasil, faz-se necessário tecer um breve contexto da história recente do país. A presença de agentes estrangeiros – em boa parte militares – no Haiti é uma constante desde 28 de julho 1915, quando, por ordem do então presidente Woodrow Wilson, um grupo de 330 fuzileiros navais estadunidenses desembarcou no país e estabeleceu uma ocupação que durou quase 20 anos, deixando a ilha somente em 15 de agosto de 1934.

Segundo Dubois (2012, p.9), a ocupação estadunidense teve um papel central no desencadeamento do processo de dependência econômica e política, que acabou decorrendo na série de intervenções internacionais em território haitiano:

The U.S. occupation also deepened Haiti's economic and political dependence on outside powers. During the second half of the twentieth century, the extent of foreign support has often been one of the most important factors determining the political destiny of Haitian rulers – frequently more important than popular support within the country. (DUBOIS, 2012, p. 9)

A ocupação estadunidense em território haitiano faz parte de um contexto de uma série de ocupações e intervenções empreendidas pelo país na América Central e Caribe. O processo, iniciado no final do Século XIX, acabou conhecido como Guerras das Bananas, por proteger os interesses de grandes cooperações estadunidenses produtoras de frutas, tabacos e outras *commodities*.

Spain ceded Puerto Rico to the United States in 1898, Roosevelt took Panama in 1903 and established a customs receivership in the Dominican Republic in 1905, American troops occupied Cuba in 1898, Nicaragua in 1909, Haiti in 1915, the Dominican Republic in 1916, and the United States purchased the Virgin Islands in 1916. Marine interventions in the so-called banana wars were primary instruments of American control in the area, and in several cases were of extended duration, lasting intermittently from 1909 to 1933 in Nicaragua and consecutively from 1915 to 1934 in Haiti. (SCHMIDT, 1995, p. 5)

Na ocasião, o então presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson justificou a manobra militar em razão da necessidade de restabelecer a paz e a ordem desses países em um contexto político e social instável. Entre 1911 e 1915, golpes de estado e assassinatos foram responsáveis por seis mudanças de presidentes no Haiti³⁸.

É importante ressaltar que a noção de restabelecimento da paz e da ordem em território haitiano se tornará algo recorrente das demais intervenções internacionais durante os Séculos XX e XXI. Não é diferente quando falamos sobre a Minustah.

38 Fonte: <<http://www.haiti-reference.com/histoire/notables/presidents.php>>, acesso em 19 de Janeiro de 2014.

2. Instabilidade e intervenção internacional

Avançando no trajeto histórico, chega-se ao personagem que terá papel central para o desenvolvimento do contexto político-social que justificaria a presença estrangeira que hoje está em curso em território haitiano: Jean-Bertrand Aristide (veja foto na página seguinte³⁹). Este foi o 40º governante haitiano desde 1804, quando o país se tornou independente da França colonial. Para se ter uma noção do histórico dos antecessores de Aristide e da instabilidade institucional do Haiti, vale saber que, dentre os chefes de Estado:

(...) um suicidou-se (o segundo monarca do país recém independente, o Rei Henri Christophe); 27 foram destituídos ou levados a renunciar, por força de golpes de Estado ou pressões da oposição; quatro foram assassinados; três outros (o General Alexandre Pétion, em 1818, Jean-Baptiste Riché, em 1847, e François Duvalier, em 1971) tiveram morte natural, durante o exercício de mandatos vitalícios; e três durante o cumprimento de mandatos não-vitalícios (Philippe Guerrier, em 1845, Florvil Hyppolite, 1896, e Trancè de Auguste, em 1913). Em 186 anos de vida como Estado independente, o Haiti teve apenas, portanto, um Chefe de Estado, Ertha Pascal-Trouillot, que chegaria ao termo de mandato constitucional. Nomeada, em 1990, com base na Constituições de 1987, após a renúncia do General Prosper Avril, Pascal-Trouillot, juíza da Suprema Corte, assumiu a chefia de um governo provisório, permanecendo no poder até fevereiro de 1991, quando Aristide prestou juramento como Presidente da República. (CÂMARA, 1998, p. 13).

A proeminência do papel político de Aristide, padre católico de orientação política esquerdista e adepto da teologia da libertação, acontece em um momento chave, que é o fim do Duvalierismo, ditadura hereditária, que governou o Haiti de por quase três décadas. François Duvalier, o Papa Doc, esteve à frente da presidência de outubro de 1957 até sua morte, em abril de 1971, e foi sucedido pelo seu filho, Jean-Claude Duvalier, o Baby Doc, deposto por um levante popular em fevereiro de 1986.

39 Fonte: <<http://wadnerpierre.blogspot.com.br/2011/09/former-haitis-pres-jean-bertrand.html>>.



Jean-Bertrand Aristide

A derrocada do Duvalierismo teve como consequência mais um período de grande instabilidade política no país. Do fim do regime de Baby Doc, em 1986, até o momento que Jean-Bertrand Aristide assumiu o Palácio Nacional, em Porto Príncipe, ocorreram seis mudanças na presidência do Haiti. Em um primeiro momento, o general Henri Namphy governou de 7 de fevereiro de 1986 a 7 de fevereiro de 1988. Um processo eleitoral polêmico elegeu Leslie Manigat, que ocupou a frente do poder executivo por pouco mais de cinco meses, até 20 de junho de 1988, quando o general Henri Namphy

liderou um golpe de estado e, mais uma vez, assumiu a presidência por um curto espaço de tempo. Em 17 de setembro de 1988, o general Prosper Avril (figura tida como de confiança de Jean-Claude Duvalier) depôs Namphy e governou até 10 de março de 1990, quando manifestações populares forçaram-no a deixar o país. Assim, a presidência ficou a cargo do general Hérard Abraham, que, após três dias à frente do país, renunciou e transferiu o poder para Ertha Pascal-Trouillot, então chefe do judiciário, primeira mulher a assumir a presidência do país e, como foi dito anteriormente, que consegue levar o Haiti ao processo eleitoral que elegeria Jean-Bertrand Aristide (CÂMARA, 1998, p. 55-56). Ou seja, o fim da ditadura hereditária dos Duvalier, não se converteu em estabilidade institucional, social e, muito menos, política:

Haiti's democratic transition began in 1986 after Jean-Claude Duvalier went into exile. However, democracy still has not been consolidated in Haiti; instead remaining dysfunctional. The end of the dictatorship was supposed to promise freedom, respect of human rights, economic growth and better living conditions for Haitians. But during the past two decades, struggles for power, turbulent and fraudulent elections, a military coup and the constant violence by armed political groups have prevented any significant progress in the construction of a functioning democracy. Haiti is a classic example of a fragile state and has even been described as 'on the verge of becoming a permanently failed state'. (GAUTHIER, MOITA, 2010, p. 1)

É importante destacar que, desde 1990, o Haiti foi destino de oito intervenções por parte da Organização das Nações Unidas⁴⁰, conforme se pode ver na tabela abaixo. Cada uma delas, apesar de possuir diferentes mandatos e missões, estiveram diretamente relacionadas e tiveram como motivação a instabilidade política e social que historicamente afeta o país.

Intervenções das Nações Unidas no Haiti	Início	Término
United Nations Observer Group for the Verification of the Elections in Haiti (ONUVEH)	Outubro de 1990	Janeiro de 1991
International Civilian Mission in Haiti (MICIVIH)	Fevereiro de 1993	Outubro de 1993
United Nations Mission in Haiti (UNMIH)	Setembro de 1993	Junho de 1996
United Nations Support Mission in Haiti (UNSMIH)	Julho de 1996	Julho de 1997
United Nations Transition Mission in Haiti (UNTMIH)	Agosto de 1997	Novembro de 1997
United Nations Civilian Police Mission in Haiti (MIPONUH)	Dezembro de 1997	Março de 2000
Força Interina Multinacional (MIF)	Fevereiro de 2004	Abril de 2004
United Nations Stabilization Mission in Haiti (Minustah)	Abril de 2004	Em andamento

40 Fonte: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/background.shtml>>, acesso em 3 de junho de 2013.

Somada às intervenções coordenadas pelas Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos (OEA), a partir de 1986, com o fim do duvalierismo passou a adotar um modelo multilateral e intra-americano. Com o golpe contra Aristide, em 1991, a OEA publicou uma série de resoluções com o intuito de promover a redemocratização do país. Dentre elas esteve a Resolução 2/91, de 8 de outubro de 1991, denominada *Apoio à Redemocratização do Haiti*, que

(...) exortou os países americanos a congelarem seus ativos do Estado haitiano e recomendou que os Estados membros da OEA adotassem um embargo comercial contra o Haiti, do qual somente estariam isentos os componentes de caráter humanitário. (CÂMARA, 1998, p. 81).

Além disso, a Organização dos Estados Americanos esteve, conjuntamente com a ONU, à frente da *International Civilian Mission in Haiti* (MICIVIH). A missão contou com 300 observadores internacionais que tinham o principal objetivo de zelar e monitorar a condição dos direitos humanos no país, sobretudo nas áreas do direito à vida e liberdade pessoal, de expressão e associação (CÂMARA, 1998, p. 128).

3. Ascensão, queda e retorno de Aristide

Em 7 de fevereiro de 1991, Aristide assumiu a presidência do país em uma eleição em que obteve 67,48% dos votos (CÂMARA, 1998, p. 60). Eleito pelo recém criado partido *Fanmi Lavalas*, o então candidato chegou ao Palácio Nacional trazendo propostas de reformas sociais com a bandeira do crescimento com equidade e com uma proposta política econômica que fazia face às políticas neoliberais de austeridade impostas pelo Fundo Monetário Internacional e uma postura fortemente anti-duvalierista. É possível ver tal posicionamento no trecho do sermão abaixo, proferido no dia 22 de novembro de 1988, em uma igreja de Cité-Soleil, um dos bairros mais pobres e violentos de Porto Príncipe:

Vejam Lucas 1, 52. Mas para represar a força dessa torrente os imperialistas de sotaina conspiram para nos entregar de pés e mãos atados aos imperialistas americanos. Assim, digamo-nos uns aos outros a palavra de Jesus Cristo em Marcos 2, 11: Levante-se e ande. Sim, levante-se e avante!

Avante, para que enfim os *macoutes* parem de cevar-se no nosso sangue. Avante, para deter dos criminosos a impudente arrogância! De pé para que as rajadas homicidas dos assassinos não venham mais perfurar nossas tranquilas noites de sono. (ARISTIDE, 1995, p. 105).

Contudo, um golpe militar, liderado pelo general Raoul Cedras, foi responsável por removê-lo da presidência, em 29 de setembro de 1991, antes mesmo de completar o primeiro ano de mandato, mostrando mais uma vez a constante disjunção entre as forças armadas e o poder executivo no Haiti e a atuação, em grande medida, como uma força paraestatal das mesmas, conforme defende o cientista social Eliseu Chaves Jr.:

Convém reiterar que a violência extremada é elemento concreto e muito presente na vida social e na gestão da coisa pública. O problema aqui não se refere ao monopólio da violência pelo Estado, já que esse controle é, consensualmente, essencial para a própria manutenção do Estado como elemento marcante da sua fundação. Mas reside no uso exacerbado da violência e da apropriação de setores populares induzidos a agirem como poder paraestatal, mas com vínculos privados ao então governo. (CHAVES, 2008, p. 38).

Após o golpe militar que o tirou da presidência, Aristide buscou asilo político nos Estados Unidos. No exílio, o presidente deposto conseguiu o apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU), que impuseram sanções econômicas ao país com a finalidade de forçar seu retorno à presidência. Em outubro de 1994, 21 mil soldados das tropas de uma força multinacional autorizada pela ONU entraram em território haitiano com o objetivo formal de restaurar a ordem constitucional e garantir a devolução do mandato de Aristide.

No mesmo ano, em um polêmico decreto presidencial, influenciado pela sua desconfiança nas lideranças militares, Aristide extinguiu as Forças Armadas Haitianas, acusando-as como as principais responsáveis pela instabilidade política do país. Tal decisão, que visava proporcionar um ambiente político mais estável, na realidade, teve um efeito contrário ao esperado, uma vez que muitos militares, principalmente aqueles de patente mais baixa, se viram desempregados repentinamente. Armados e frustrados, muitos deles acabariam se envolvendo em atividades ilícitas e também nas sucessivas tentativas de golpe de Estado ao presidente Aristide, dentre as quais a de 17 de dezembro de 2001, que acabou frustrada por uma

intensa mobilização popular (SPRAGUE, 2012, p. 138).

Ao mesmo tempo, o então presidente criou a Polícia Nacional do Haiti, popularmente chamada de PNH, que se tornaria uma organização conhecida pela sua violência, despreparo e temida pela população, conforme mostra o relatório *Haiti: Voices of the Actors – A Research Project on the UN Mission*.

When Minustah arrived in 2004, the HNP had serious problems: without enough manpower to guarantee security, police officers were badly equipped, had scarce resources and were poorly trained, in addition to being politicized. It is also widely known that the last police promotions under Aristide's government were made up of "chimères" or Aristide militias. It has been estimated that close to 25% of the force is corrupt, in addition to being responsible for human rights violations (GAUTHIER, BONIN, p. 7, 2008).

Na visão do General-de-Divisão do Exército Brasileiro, Augusto Heleno Ribeiro Pereira, primeiro comandante das tropas da Força de Paz da Minustah, função que esteve a cargo por um ano e três meses, essas ações por parte de Aristide tiveram consequências negativas para a situação instável que já se encontrava o país à época:

Uma decisão ilegal, mal conduzida, que deixou os ex-militares de baixa patente desempregados, desamparados e, incompreensivelmente, armados. Presas fáceis para atividades ilícitas. Criou-se, então, a Polícia Nacional do Haiti (PNH). Sua formação foi objeto de outra missão da ONU, liderada pelo Canadá. Até hoje, essa polícia, única força legal do país, tornou-se mais um problema do que uma solução. (PEREIRA, 2007, p. 4).

Vale destacar que tais medidas, tomadas em 1995, viriam compor, quase uma década depois, o cenário de causas que justificaram pelos menos três fatores fundamentais e estruturantes do mandato determinado à Minustah e sua consequente presença em território haitiano: a) promoção do desarmamento da população; b) desarticulação dos grupos armados e das gangues e; c) a reestruturação e treinamento da Polícia Nacional Haiti.

Após a conclusão de seu mandato, o partido de Aristide elegeu para a presidência, em 1995, seu sucessor e aliado, o agrônomo René Préval, do atual partido Lespwa⁴¹, e sua influência garantiu uma ampla margem de vantagem – 88% dos votos daquele pleito (CHAVES, 2008, p. 65). É interessante notar que Préval se tornaria o segundo presidente eleito democraticamente a governar ininterruptamente todo

41 Em tradução livre para o português – “A Esperança”.

o mandato para o qual foi eleito. O primeiro foi o General Nissage Saget, que governou o país de 1869 a 1874⁴².

4. Aumento da instabilidade e a chegada da Minustah

Em 2000, nos últimos meses de governo de René Preval, um processo eleitoral complicado levou Aristide mais uma vez à presidência do Haiti. As alegações de organizações políticas de oposição de fraude eleitoral por parte do partido *Fanmi Lavalas* durante as eleições para deputados e senadores motivaram um movimento de boicote para ao pleito eleitoral para presidência, que, um ano depois, elegeu Aristide. Segundo dados oficiais, o candidato do *Fanmi Lavalas* obteve a ampla margem de 91,81% dos votos válidos⁴³, ou seja, mais de 2,6 milhões de eleitores. O candidato segundo colocado, Arnold Dumas, obteve pouco mais de 56 mil votos, o que correspondeu a apenas 2% do colégio eleitoral daquele pleito. Entretanto, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a União Europeia não reconheceram a vitória de Aristide.

Ao contrário do que se poderia acreditar, a “vitória avassaladora” de Aristide nas urnas, mais uma vez, não se converteu em estabilidade e, muito menos, em legitimidade política para o seu mandato. Devido ao impasse político criado pela falta de legitimidade do governo, eclodiram, em 2004, conflitos armados em várias cidades do país, provocando, no dia 29 de fevereiro, a queda de Aristide e seu exílio na República Centro-Africana e, posteriormente, na África do Sul.

No mesmo dia da deposição de Aristide, poucas horas depois, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a resolução de número 1529 (2004)⁴⁴, que instituiu, a pedido do recém nomeado presidente interino do Haiti, Boniface Alexandre, a Força Interina

42 Fonte: <<http://www.haiti-reference.com/histoire/notables/presidents.php>>, acesso em 19 de Janeiro de 2014.

43 Fonte: <<http://edition.cnn.com/WORLD/election.watch/americas/haiti1.html>>. Acesso em 02 de setembro de 2013.

44 Disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs/2004/sc8015.doc.htm>>, acesso em 21 de janeiro de 2014.

Multinacional⁴⁵ (MIF) para o Haiti. A criação deste componente militar baseou-se no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, intitulado “Ação Relativa a Ameaças à Paz, Ruptura da Paz e Atos de Agressão”. Entre outras medidas, o capítulo legitima o uso da força “para a manutenção e restabelecimento da paz e segurança internacional”.

Em seu Artigo 42, deixa claro o poder do Conselho de Segurança em destinar tropas para agirem em situações de violência e instabilidade social:

No caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no Artigo 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos Membros das Nações Unidas.

Com a Força Multinacional Interina, as Organizações das Nações Unidas enviaram mais de 3,7 mil militares dos Estados Unidos, Canadá, França e Chile para o Haiti. Segundo a resolução que criou este componente militar, o objetivo da MIF era de:

- (a) To contribute to a secure and stable environment in the Haitian capital and elsewhere in the country, as appropriate and as circumstances permit, in order to support Haitian President Alexandre’s request for international assistance to support the constitutional political process under way in Haiti;
- (b) To facilitate the provision of humanitarian assistance and the access of international humanitarian workers to the Haitian people in need;
- (c) To facilitate the provision of international assistance to the Haitian police and the Haitian Coast Guard in order to establish and maintain public safety and law and order and to promote and protect human rights;
- (d) To support establishment of conditions for international and regional organizations, including the United Nations and the Organization of American States, to assist the Haitian people;
- (e) To coordinate, as needed, with the OAS Special Mission and with the United Nations Special Adviser for Haiti, to prevent further deterioration of the humanitarian situation⁴⁶.

Em seus três meses de existência, a Força Interina Multinacional preparou o terreno para a entrada de uma missão das Nações Unidas mais duradoura e estruturada. Assim, no dia 30 de abril de 2004, o Conselho de Segurança das Nações Unidas instituiu a criação da

45 Multinational Interim Force (MIF).

46 Disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs/2004/sc8015.doc.htm>>, acesso em 13 de fevereiro de 2014.

Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, mais conhecida como Minustah. Segundo a resolução, a Missão tem objetivos distribuídos em três grandes eixos: i) Segurança e Ambiente Estável; ii) Processo Político; e iii) Direitos Humanos (consultar o texto da resolução nos anexos).

A Minustah tem, em sua estrutura de funcionamento, dois componentes fundamentais: o primeiro, componente civil, que está a cargo do Secretariado Geral das Nações Unidas, e que desenvolve atividades programáticas e de cooperação com o Haiti, como aquelas nas áreas de direitos humanos, justiça, prevenção do HIV/aids e desarmamento. O segundo componente é o militar – ou seja, as forças de paz – de que o comando está sob a responsabilidade do Brasil desde 2004. Ambas as áreas da Minustah possuem a supervisão do Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas que, atualmente, está a cargo da diplomata de Trinidad e Tobago, Sandra Honoré.

Na ilustração na próxima página, denominada *Organização da Minustah*, é possível visualizar a estrutura organizacional da Minustah (fonte da ilustração: PEREIRA, 2007, p. 9).

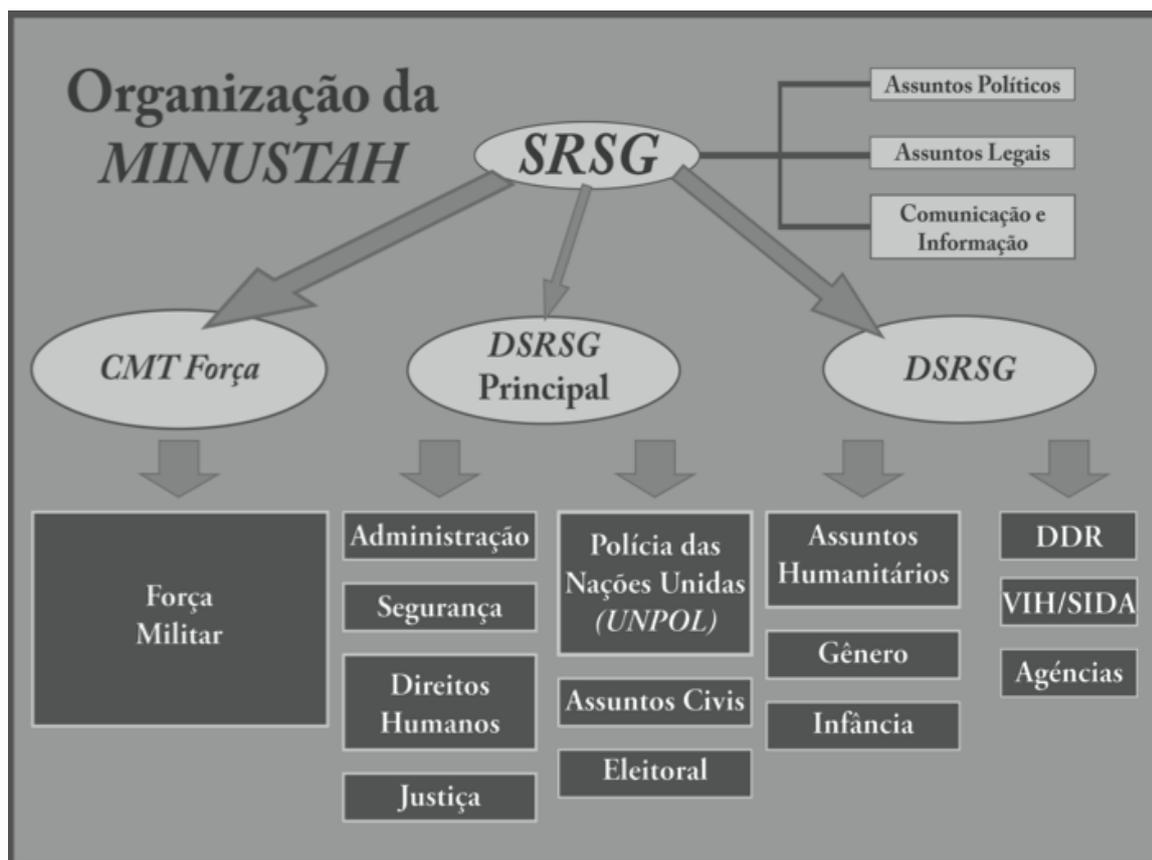
Segundos dados oficiais da Missão, atualizados em 30 de novembro de 2013⁴⁷, a Minustah conta em seu quadro de profissionais militares com 8.422, sendo 5.986 soldados de 20 diferentes nacionalidades⁴⁸ e 2.436 policiais de 43 nacionalidades⁴⁹, 2.522 policiais da Polícia das Nações Unidas (UNPOL), 391 funcionários civis internacionais, 1.252 funcionários civis locais e 173 Voluntários das Nações Unidas (UNV – United Nations Volunteers).

47 Fonte: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/facts.shtml>>, acesso em 21 de setembro de 2014.

48 Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Equador, El Salvador, França, Guatemala, Honduras, Indonésia, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Filipinas, Coreia do Sul, Sri Lanka, Estados Unidos e Uruguai.

49 Argentina, Bangladesh, Benin, Brasil, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Canadá, República Centro Africana, Chade, Chile, Colômbia, Costa do Marfim, Croácia, Egito, El Salvador, França, Granada, Guiné, Índia, Indonésia, Jordânia, Quirguistão, Lituânia, Mali, Nepal, Níger, Nigéria, Noruega, Paquistão, Filipinas, Romênia, Federação Russa, Ruanda, Senegal, Espanha, Sri Lanka, Tailândia, Tunísia, Turquia, Estados Unidos, Uruguai e Iêmen.

Organização da Minustah



Nesse contexto, o Brasil foi designado pelo Conselho de Segurança para liderar o componente militar da Missão que envolve ainda efetivos militares de outros 19 países. Assim, no dia 25 de junho de 2004, foi transferido o comando da Força Interina Multinacional, para a Minustah, que à época tinha à frente o general brasileiro, Augusto Heleno Ribeiro Pereira.

Assim, a Minustah entrou em território haitiano tendo em suas prioridades os seguintes pontos, definidos pelo estado-maior comandado pelo general Heleno e tendo como base as prerrogativas destacadas na Resolução 1542 (2004) (PEREIRA, p. 6, 2007):

- Prover segurança nas principais cidades e suas cercanias;
- Proteger instalações vitais;
- Prover segurança ao longo das principais rodovias;
- Dissuadir e impedir o engajamento de grupos armados em atos violentos e/ou criminosos;
- Proteger o acesso à infraestrutura humanitária;

- Realizar ações de desarmamento em coordenação com a UNPOL e com a PNH;
- Apoiar a PNH e a UNPOL na proteção de manifestações pacíficas e no controle de distúrbios civis;
- Monitorar os principais pontos de passagem na fronteira;
- Proteger as instalações humanitárias do governo e da ONU;
- Garantir a segurança e a liberdade de movimento do pessoal da ONU e seus afiliados;
- Proteger, na máxima extensão possível, civis sob iminente ameaça de violência; e
- Monitorar o ambiente de segurança, atuando preventivamente para impedir a escalada de ameaças.

Segundo o general Heleno, para dar conta dos objetivos acima, a Minustah se engajou em operações como patrulhamentos diurnos, noturnos, a pé, motorizados e mecanizados; escolta e segurança de comboios de ajuda humanitária; proteção de autoridades, incluindo a segurança pessoal do Primeiro-Ministro e a guarda do Palácio Presidencial; segurança de instalações consideradas sensíveis pelo governo do Haiti ou pela Minustah, incluindo o porto, o Conselho Eleitoral Provisório (CEP), a sede da missão e o Palácio Presidencial; segurança de grandes eventos, como o jogo de futebol Brasil X Haiti; pontos de bloqueio e pontos de controle; controle, acompanhamento e proteção de manifestações populares; ajuda humanitária; operações militares, em área urbana, contra gangues armadas, entre outras (PEREIRA, p. 8, 2007).

5. A contradição do discurso da solidariedade

Fazendo uso de um discurso de solidariedade com o povo haitiano e de uma tradição de não intervencionismo baseado em uma política externa de “*soft power*”⁵⁰ (NYE; KEOHANE, 1998), o governo

⁵⁰ De acordo com NYE e KEOHANE: “Soft power, on the other hand, is the ability to get desired outcomes because others want what you want. It is the ability to achieve goals through attraction rather than coercion. It

brasileiro entrou em contradição com a posição disposta nos princípios fundamentais da Constituição de 1988, que prevê, em seu Art. 4º. Os princípios das relações internacionais que devem pautar a política externa brasileira, quais sejam:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Nesse sentido, o que se expressa na retórica oficial é um discurso que ressalta a construção de uma situação mundial de paz sustentável, com justiça social, baseada no desenvolvimento social e econômico dos países e no respeito aos direitos humanos. Este discurso aproxima o Brasil dos países emergentes e em desenvolvimento, dando ênfase ao multilateralismo para as decisões no foro internacional, sobretudo no contexto das Nações Unidas (CARVALHO; ROSA, p. 488, 2011).

Dessa forma, o direcionamento da política externa brasileira volta-se solidariamente aos países mais necessitados, ao tempo em que fortalece as relações com os países vizinhos, africanos e árabes. À medida que se contrapõe às políticas adotadas pelos Estados Unidos, sobretudo, a partir da sua política unilateral e agenda de segurança internacional contra o terrorismo (BRASIL, 2010a), o Brasil aproxima-se da América do Sul e demais países emergentes.

No campo dos conflitos internacionais, o país que consagra em sua Constituição o direito de não intervenção (BRASIL, 1988) tem apostado no processo mediático como o melhor caminho para resolver as contendas. Entretanto, em observância à solidariedade aos demais Estados, o país tem-

works by convincing others to follow or getting them to agree to norms and institutions that produce the desired behavior. Soft power can rest on the appeal of one's ideas or culture or the ability to set the agenda through standards and institutions that shape the preferences of others. It depends largely on the persuasiveness of the free information that an actor seeks to transmit. If a state can make its power legitimate in the eyes of others and establish international institutions that encourage others to define their interests in compatible ways, it may not need to expend as many costly traditional economic or military resources". (NYE; KEOHANE, 1998).

se valido do princípio da não indiferença ao considerar que não pode declinar de prestar assistência aos países necessitados. (CARVALHO; ROSA, 2011, p. 488-489).

A vontade brasileira em assumir um papel de maior protagonismo nas decisões internacionais, sobretudo, a busca por uma posição permanente no Conselho de Segurança da ONU, levou o País a adotar, na prática, uma postura pragmática, porém contraditória ao discurso da não-interferência em assuntos internos de outros países. Assim, com relação à crise haitiana, o Brasil que, em 2004, ocupava um dos assentos rotativos no Conselho de Segurança, votou a favor da criação da Força Interina Internacional e, posteriormente, aceitou a coordenação do componente militar da Minustah (CARVALHO; ROSA, p. 496, 2011).

A presença militar brasileira chegou ao Haiti baseada em um discurso de solidariedade do governo brasileiro, materializado em discursos oficiais do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os quais constantemente atribuíram às forças armadas brasileiras um caráter cordial, cooperativo e amigável. Ou seja, traços comportamentais, comumente, autorreferenciados à população brasileira.

Em seu discurso por ocasião da cerimônia de formatura das tropas brasileiras, realizada em Porto Príncipe, em 25 de fevereiro de 2010, pouco menos de dois meses e meio após o terremoto, o ex-presidente Lula da Silva reforçou a ação solidária do exército no país caribenho e coloca o Brasil como um amigo da nação haitiana e, por consequência, dos haitianos.

A Minustah vinha dando um exemplo extraordinário de como é possível garantir segurança sem esquecer as aspirações ao bem-estar e à dignidade deste povo. As tropas brasileiras são universalmente reconhecidas por sua capacidade de estabelecer laços de confiança e solidariedade seja onde estiverem. Seu êxito em levar paz e tranquilidade aos bairros pobres de Porto Príncipe é reconhecido, admirado e copiado. Com o terremoto, o país sofreu um grave retrocesso. Grande parte da infraestrutura física foi destruída ou seriamente danificada. Um povo que vivia em condições materiais precárias agora enfrenta o desafio da sobrevivência. Confiamos na determinação do povo haitiano em retomar a caminhada da reconstrução da maior estabilidade política, da participação democrática. é o que nos garantem as incontáveis demonstrações de heroísmo e de solidariedade nos dias e semanas que se seguiram ao terremoto. Compartimos a dor e o sofrimento daqueles que perderam familiares e bens. Vamos ajudar a reconstruir vidas, moradias e infraestrutura. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2010, p. 83).

O presidente teceu uma relação de aproximação entre o Brasil e o Haiti com base nos traços da cultura negra dos dois países e colocou o País na posição de interpretar os interesses da população da nação caribenha, tal como no discurso de embarque das tropas brasileiras ao Haiti, em 2004:

O Haiti é o terceiro país com a maior população negra nas Américas. O Brasil compartilha dessa herança africana e não poderia ficar indiferente diante dos problemas que o povo haitiano está enfrentando (...).

Ao nos manifestarmos diante de uma crise como a que está acontecendo no Haiti, estamos exercendo nossa responsabilidade no cenário internacional. No caso do Haiti, consideramos que foram preenchidas as condições para uma operação da ONU. Como membro do Conselho de Segurança, o Brasil buscou refletir as preocupações de nossa região e interpretar os interesses do povo haitiano e da comunidade internacional. (*IDEM*)

Nesse discurso, o então presidente buscou construir uma relação de irmandade entre o Brasil e o Haiti como país, sendo o primeiro desempenhando um papel de irmão mais velho com grandes responsabilidades e deveres perante o outro.

Por esta razão, decidimos também aceitar o comando da operação de paz estabelecida pelo Conselho de Segurança que terá, entre outras tarefas, a responsabilidade de proteger civis sob ameaça, de apoiar instituições que defendam os direitos humanos, de promover a reconciliação nacional do Haiti. (...) Nosso compromisso com a paz e o desenvolvimento de um país irmão também foi bem traduzido pelo Congresso Nacional, que reconheceu a importância desse momento ao aprovar o envio de tropas brasileiras para o Haiti.

Saúdo a pronta decisão de vários países latino-americanos, sobretudo da América do Sul, de participarem dessa missão. A situação de crise no Haiti vai exigir um compromisso de longo prazo por parte da comunidade internacional em apoio à sua reconstrução econômica e institucional. Nosso objetivo é que os haitianos encontrem, no mais breve prazo, um ambiente propício à consolidação de sua democracia⁵¹. (*Ibidem*)

Do ponto de vista dos discursos em reuniões de alto nível, a retórica do governo brasileiro segue a mesma direção dada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Assim, o Haiti é retratado como um país que merece profundo respeito não só do Brasil, mas de toda a comunidade internacional, mas que, por outro lado, necessita da assistência internacional para a proteção e promoção dos direitos humanos de seu cidadãos.

51 Discurso do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva na cerimônia de embarque das tropas militares para a missão de paz no Haiti (2004). Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/embaixador-celso-luiz-nunes-amorim/494723400879-discurso-do-ministro-celso-amorim-por-ocasio-da>>. Acesso em 04.08.2011.

Tal posicionamento se fez presente no discurso do então Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, proferido durante uma Sessão Especial que tratou sobre a situação do Haiti do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Durante o evento, ocorrido em Genebra, Suíça, em 27 de janeiro de 2010, Amorim garante apoio ao país e argumenta que:

Conforme preceituado na Declaração de Viena, a "promoção e a proteção dos direitos humanos são questões prioritárias para a comunidade internacional". Este Conselho tem o mandato legal e a obrigação moral de promover os direitos humanos por intermédio do diálogo e da cooperação e de responder prontamente às urgências de direitos humanos. Não há circunstâncias em que tais diretrizes sejam mais aplicáveis do que no Haiti.

Os fatídicos eventos de 12 de janeiro trouxeram novos e dramáticos desafios para a promoção de todos os direitos humanos no Haiti. Neste momento de urgência, a comunidade internacional concentra-se em fornecer assistência imediata ao povo haitiano. No entanto, os desafios de recuperação e de reconstrução, não apenas de edificações, mas também de instituições, encontram-se à nossa frente.

A realização desta sessão, em estreita coordenação com o Haiti e com o amplo apoio dos membros e dos observadores do Conselho de Direitos Humanos, demonstra nossa vontade coletiva de ajudar o Haiti neste difícil momento de perda e dor.

A sessão de hoje também é um indicativo de que o Conselho de Direitos Humanos pode desenvolver uma cultura diversa. As Sessões Especiais deliberam, na maior parte das vezes, sobre violações graves aos direitos humanos e a necessidade correspondente de proteger as vítimas. Isso é uma obrigação da comunidade internacional com a qual estamos todos de acordo. Hoje, porém, estamos aqui não apenas para proteger, mas também para promover os direitos humanos.

A promoção de todos os direitos humanos – econômicos, políticos, civis, culturais e o direito ao desenvolvimento – deve ser igualmente integrada aos esforços de ajuda e de reconstrução do Haiti. Ofereço-lhes o seguinte exemplo: com a ajuda das agências das Nações Unidas, o Brasil tem ajudado o Haiti a estabelecer um centro especial para proteção de mulheres contra a violência. O centro encontra-se agora sob os destroços do Fort National.

Em uma demonstração real da indivisibilidade dos direitos humanos, eu lhes asseguro de que o Haiti terá nosso apoio para a satisfação das necessidades básicas e imediatas de auxílio, para a reconstrução da infraestrutura econômica e social, para a reforma de sua constituição e para a recuperação de seu patrimônio cultural. Como se ressaltou em recente artigo de jornal, os murais da Catedral da Santíssima Trindade em Porto-Príncipe, que representam as histórias da Bíblia com figuras negras, devem ser restaurados.

O Conselho pode fornecer assistência em áreas como acesso a alimentos, direito à saúde, habitações adequadas, proteção de menores, entre outras, com base no conhecimento acumulado e na experiência de detentores de mandatos bem como com a Equipe Conjunta de Proteção⁵².

52 <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/embaixador-celso-luiz-nunes-amorim/494723400879-discurso-do-ministro-celso-amorim-por-ocasio-da>>. Acesso em 04.08.2011>.



Tap-tap com imagem de Kaká

Não é possível precisar o impacto desse discurso solidário na sociedade haitiana. Durante minha estada no país⁵³, pude observar sentimentos contraditórios de admiração ao Brasil e desconfiança em relação à atuação e presença da Minustah. A admiração referida é comum se ver expressa nos *tap-tap* (caminhonetes utilizadas como transportes públicos) enfeitados com bandeiras do Brasil e desenhos de jogadores de futebol brasileiros, como mostra a foto ao lado⁵⁴ (intitulada *Tap-tap com imagem de Kaká*),

que traz o jogador Kaká, à época na Seleção Brasileira e do clube italiano Milan.

Mas ainda assim, apesar da manifestação expressa nos símbolos futebolísticos, a Minustah era vista por vários setores da sociedade haitiana com desconfiança. Este sentimento tem decorrência direta do inexpressivo impacto positivo que as missões e intervenções da Organização das Nações Unidas anteriores tiveram na vida dos haitianos e também na promoção da estabilidade política e social do país.

Uma reportagem publicada, no dia 4 de julho de 2004, pelo jornal *Le Matin*, um dos periódicos mais importantes do país, intitulada *Commentaires divers sur l'entrée en scène de la Minustah après la mission de la Force Multinationale*⁵⁵, retratou os sentimentos contraditórios relacionados à nova missão que se instalava no país. Em primeiro lugar, relata a preocupação da Minustah ser somente mais uma intervenção militar que trará pouco benefício ao país:

La nouvelle opération civilo-militaire de l'ONU dans le pays n'est pas trop bien vue par certains habitants de Port-au-Prince. Ils qualifient la présence des casques bleus en Haïti d'occupation en douceur. Pour ces citoyens, les expériences faites avec la MICIVIH et la MINUHA dans le passé témoignent grandement de l'inutilité de ces missions dans le pays. (LE MATIN, 2004).

53 Período que foi de 15 de março a 11 de maio e de 10 de agosto a 9 de setembro de 2010.

54 Foto tirada pelo autor desta dissertação na capital Porto Príncipe, no dia 24 de março de 2010.

55 Disponível em:

<<http://www.metropolehaiti.com/metropole/archive.php?action=full&keyword=Minustah&sid=0&critere=1&id=8505&p=1>>, acesso em 22 de janeiro de 2014.

Por outro lado, mostra a esperança de que a Missão contribua para a promoção de um ambiente estável, mais seguro, e para o aprimoramento do processo democrático no Haiti:

En revanche, d'autres citoyens affirment que l'existence des forces de l'ONU est un bon signe pour l'avancement de la démocratie dans le pays. Ils déclarent que la présence des bérets bleus en Haïti va contribuer à diminuer l'insécurité et permettre au pays d'être plus stable. (IDEM.)

É interessante notar a expectativa de que a Minustah seja diferente das demais missões e intervenções que estiveram no país, possível resultado da escolha do Brasil, um país latino-americano, e do discurso solidário adotado pelas autoridades brasileiras:

Bon nombre de port-au-princiens espèrent que la Minustah se comporte différemment des autres missions de l'ONU. Ils souhaitent que cette nouvelle opération militaire de l'ONU avec 6.700 hommes remette vraiment le pays sur les rails de la stabilité. (IBIDEM).

De fato, a Minustah foge dos padrões das missões de paz da ONU e, sobretudo, das missões que atuaram em solo haitiano, ao ter em seu contingente um número considerável de países latino-americanos em seu componente militar e, principalmente, em ter um país em desenvolvimento em sua liderança. Atualmente, 19 países (dez destes latino-americanos) possuem efetivos militares nas forças de paz da Minustah. Além do Brasil, compõem a Missão a Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Coreia do Sul, El Salvador, Equador, Estados Unidos, França, Filipinas, Guatemala, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Sri Lanka e Uruguai.

Do ponto de vista da história haitiana, as intervenções internacionais no país eram lideradas pelos Estados Unidos, país vizinho e, indiscutivelmente, maior potência econômica e militar do mundo, que, além de figurar entre as grandes forças econômicas e bélicas, possuiu um papel controverso na história e no processo de construção da nação haitiana ao compartilhar o passado colonial, nos tempos em que o Haiti ainda era o mais importante território ultramar da metrópole francesa.

Dessa forma, a participação latino-americana e, principalmente, a liderança brasileira do componente militar da Minustah, agrega elementos à Missão diferentes daqueles que intervieram anteriormente no Haiti. Em primeiro lugar, está o simbolismo que representa a

liderança do Brasil em uma missão em um país considerado como um quintal dos Estados Unidos, considerando as constantes intervenções promovidas por este último desde 1915.

Muito além da relativa proximidade geográfica entre Brasil e Haiti, acrescenta-se a isso um passado colonial comum, as desigualdades sociais e a pobreza, características comuns aos países da região da América Latina. Elementos como estes, somados a traços culturais, contribuíram, pelo menos em um primeiro momento, para que se construísse um processo de identificação e vínculo mútuo entre as tropas latino-americanas e a população haitiana.

Para o ex-primeiro ministro do Haiti, Rosny Smarth, tal identificação dos soldados latino-americanos aconteceu com as parcelas mais pobres dos haitianos:

Os latino-americanos se emocionaram com o pobre povo haitiano. Não podiam acreditar nessa miséria abjeta a poucos quilômetros dos Estados Unidos e pareciam não aceitar as grandes desigualdades entre o povo e a elite econômica que vivia como “príncipe” em cima das altas colinas frescas de Petion-Ville e Kenskoff. As diferenças soavam como inaceitáveis! Inclusive o mundo intelectual haitiano, com personalidades que falam corretamente, em geral, mais de dois idiomas, e pode dialogar ou discutir com as elites de qualquer país desenvolvido, parecia-lhes demasiadamente sofisticado em um país com mais da metade da população analfabeta. No campo afetivo, os latino-americanos simpatizavam com as comunidades das favelas miseráveis, o povo totalmente despossuído de Porto Príncipe e das grandes cidades como Cabo Haitiano, Jacmel, Cayes, Gonaïves etc. Ao contrário, apesar de terem contato diário com os elementos da burguesia, com dirigentes políticos e com intelectuais, todas essas categorias lhes pareciam muito egocêntricas e com pouca sensibilidade popular. No plano puramente político, os latino-americanos não procuravam entender por que havia tantos partidos ou por que havia tantos intelectuais ou gente de classe média com pretensões políticas tão altas como a de se chegar à Presidência da República. Os latino-americanos não se deram conta que, em vários aspectos, o Haiti era a representação extrema de muitas deformações de seus próprios sistemas sociais e políticos e que, por exemplo, o subcontinente latino-americano está classificado como o mais desigual e injusto do mundo e que, portanto, as grandes diferenças sociais e as distâncias entre a elite e as massas não são exclusividade do Haiti. (SMARTH, 2010, p. 191).

Contudo, a Minustah está longe de ser uma unanimidade. Há setores da sociedade haitiana (em especial, os intelectuais e os estudantes) que consideram a liderança brasileira uma estratégia para legitimar uma intervenção manipulada pelos Estados Unidos. O sociólogo Elizeu de Oliveira Chaves Júnior analisa a entrevista de um líder trabalhista haitiano, Yannick Etienne, publicada no jornal *Folha de São Paulo*, pouco após a instituição da Minustah, em que ele defende que a Missão e o protagonismo brasileiro em solo haitiano coadunam

com interesses estadunidenses:

Em entrevista dada à Folha de São Paulo em agosto de 2004, o líder diz que “Os EUA estão usando a ONU para fazer o trabalho sujo de forma a tentar parecer que a ocupação é algo aceitável. Na mesma entrevista, Etienne menciona que o uso de tropas norte-americanas e francesas não seriam aceitas e que, a liderança do Brasil seria a única forma encontrada para viabilizar uma interferência externa sob o manto da ONU. O argumento é exacerbado, mas traz uma preocupação com o papel das intervenções internacionais. As características e as representações simbólicas da presença brasileira transparecem em um comportamento mais ameno o que aparentemente poderia agregar qualidade à situação haitiana e à ação das Nações Unidas. Para o Brasil, assumir uma responsabilidade como essa se justifica nas pretensões e no modelo da política externa brasileira baseada no fortalecimento de uma identidade entre a América Latina e o Caribe e na construção de uma agenda comum de desenvolvimento a partir do hemisfério sul. (CHAVES, 2008, p. 70).

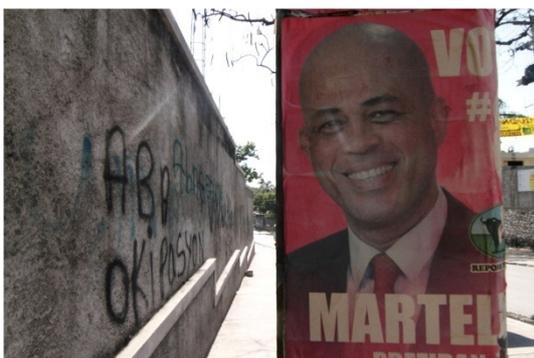
Apesar da fala extremada, ela expõe algumas fragilidades da liderança brasileira na Minustah. Em primeiro lugar, é bastante questionável, ou pelo menos não é unânime, a existência de uma atitude exclusivamente solidária, que estaria representada pela liderança por parte do comando militar e das tropas brasileiras e que tanto se ressalta nas falas oficiais das autoridades, como demonstrado anteriormente. Muitas vezes, o comportamento violento por parte da Minustah não se expressa, necessariamente, pela ação, e sim, pela omissão e conivência, sobretudo, com as ações truculentas da Polícia Nacional Haitiana, conforme explica James Cavallaro, em relatório divulgado oito meses após a instituição da Missão.

Na área de direitos humanos, a Minustah tem sido igualmente leniente. Numerosas alegações de sérios abusos de direitos humanos cometidos pela Polícia Nacional Haitiana (PNH) permanecem sem investigação. Estas violações espalham um espectro sangrento que vai de prisões arbitrárias e detenções, a “desaparições” e execuções sumárias, de assassinatos de centenas de pacientes hospitalizados e o subsequente descarte de seus corpos em valas comuns e cemitérios clandestinos. De fato, como detalhado neste relatório, a Minustah efetivamente deu cobertura para que a PNH levasse adiante uma campanha de terror nas favelas de Porto Príncipe. Ainda mais perturbadoras do que a cumplicidade da Minustah em abusos cometidos pela PNH são as alegações críveis de abusos de direitos humanos cometidos diretamente pela Minustah, como documenta este relatório. A Minustah, no entanto, tem virtualmente ignorado estas alegações, assim como as tem relegado à obscuridade, e portanto garantindo que tais abusos sigam sem correção. Em resumo, ao invés de seguir a prescrição específica de seu mandato de colocar um fim à impunidade no Haiti, as falhas da Minustah asseguram sua continuidade. (CAVALLARO, 2005, p. 1).

Outro relato interessante, que se soma à análise de Cavallaro, é uma perspectiva do dia a dia da ação militar, feita pelo ex-soldado de infantaria, Tailon Ruppenthal. Ele fez parte do primeiro contingente de

tropas brasileiras que desembarcou no Haiti, local em que prestou serviços militares junto ao Exército Brasileiro por seis meses. Apesar de apresentar um relato mais pessoal e, até mesmo, mais emotivo – próprios de seu local de fala –, Ruppenthal mostra como atitudes, frequentemente, omissas em relação à atuação da Polícia Nacional Haitiana e das tropas se converteram em graves violações de direitos humanos de cidadãos haitianos.

Também atendíamos a chamados que denunciavam o esconderijo de milicianos. Nesses, como em muitas outras buscas, íamos acompanhados de membros da Polícia Nacional do Haiti, a PNH, detestada por quase toda a população. Vai ver que é por isso também que aos poucos os haitianos começaram a nos detestar: vivíamos andando com os policias que, em outras situações, aprontavam todo o tipo de barbaridade. Conheço gente que chegou a testemunhar integrantes da PNH encapuzados, esperando para atingir alguém. E, quando faziam isso, atiravam na cabeça ou no peito para matar mesmo. (...) Um pouco depois soubemos (...) que a PNH tinha uma ligação muito forte com algumas milícias. (...) Assim que recebíamos uma denúncia, partíamos com os policiais (...), mas eles já tinham avisado os milicianos dos nossos planos. (...) Portanto, ambas as milícias e a PNH, enquanto não combatiam entre si, estavam do mesmo lado e atacavam a população partidária de Aristide. (...) Mas cheguei a ver muito cara gritando de medo: bastava um miliciano se ferir e ficar para trás (o que não é muito comum), enquanto o bando desapareceria, que, assim que chegávamos, o cara começava a berrar de temor, implorando para não ser transportado até o hospital pela polícia haitiana. (...) O sujeito tem certeza de que vai ser assassinado pela polícia, já que é um inimigo, e com requintes de crueldade – coisa que talvez já tenha feito com um policial –, e por isso chora desesperadamente (RUPPENTHAL, 2007, pp. 73-75).



Aba okypasion: presença constante nos muros de Porto Príncipe

O descontentamento com a missão visível é pelas ruas de Porto Príncipe. Ao se andar pela capital haitiana, é comum ver muros com dizeres na língua local kreyòl “aba okypasion” (veja foto ao lado⁵⁶), que significa “abaixo a ocupação”, referindo-se à presença militar da Minustah no país. Da mesma forma, é frequente a realização de manifestações populares contra a presença internacional,

como os enfrentamentos de populares⁵⁷ às tropas nepalesas, que, após investigação, foram responsabilizadas pela epidemia de cólera que acometeu o país em 2010, retratadas tanto pela imprensa

56 Retirado de <<http://www.apublica.org/2011/09/haiti-aba-minustah/>>.

57 Percepções particulares do autor deste projeto, que esteve em missão no Haiti após o terremoto de 12 de janeiro de 2010.

internacional, quanto por veículos haitianos, como o *site Metropole Haiti*⁵⁸.

Um fato interessante de se notar é a indiferença e a possível falta de expectativa da população em relação à atuação da Minustah nos esforços humanitários de resposta ao terremoto de janeiro de 2010 relatadas pelo professor do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Campinas, Omar Ribeiro Thomaz (THOMAZ, 2010). O pesquisador, que se encontrava fazendo uma pesquisa de campo em Porto Príncipe no dia do terremoto, teceu, em breve relato pessoal e etnográfico, sobre como os haitianos reagiram e se organizaram nos dias após a catástrofe. Tal análise evidenciou, ao contrário do que foi veiculado na imprensa brasileira à época, a ineficiência da Minustah em atender e auxiliar a população afetada.

A pergunta “ki kote Minustah?” era minha. Os haitianos sabiam que as tropas das Nações Unidas não estavam ali para ajudar e que só apareceriam mais tarde para recolher os louros de uma ação que não fora a deles, como de fato ocorreu. As câmeras da mídia internacional acompanharam a ação isolada, intermitente, insuficiente e por vezes promotora, ela mesma, da violência. A mídia brasileira seguiu os brasileiros, a espanhola, os espanhóis, a americana, a americana, e daí por diante. O fato de cada um só conseguir olhar para si mesmo e se referir a si mesmo na mídia internacional impediu de se enxergar a ordem e o civismo que, no geral, acompanhou a atuação dos haitianos. (THOMAZ, p. 36, 2010).

A relação do povo haitiano com a Minustah e a liderança brasileira do componente militar é complexa e cheia de nuances. Em conversas informais com haitianos sem qualquer rigor metodológico, percebi que existe certa resignação sobre a importância da presença de tropas de manutenção de paz para a estabilidade do país, sobretudo no atual contexto pós-catástrofe. A impressão é a de que, pela descrença nas autoridades políticas e no Estado haitiano, a Minustah acaba se tornando algo próximo do que a expressão um “mal necessário” define.

Assim, veem-se sentimentos conflitantes, porém coexistentes, de admiração e insatisfação em relação à presença brasileira e/ou ao Brasil de modo geral, que serão mais profundamente exploradas no capítulo seguinte.

58 <www.metroplehaiti.com>.

Capítulo 4 – Em busca do visto prometido

Este capítulo tem como objetivo fazer uma análise do material de pesquisa e das informações coletadas durante a pesquisa de campo, que foi realizada na capital do estado de Rondônia, Porto Velho, de 23 a 26 de outubro de 2012. Nessa oportunidade, foi feito um trabalho de observação e entrevistas com o intuito de se iniciar uma exploração acadêmica sobre as possíveis motivações que fazem haitianos a migrar para o Brasil.

Soma-se a esta pesquisa o esforço de se trazer dados e outras informações relevantes que, juntamente com a análise das subjetividades dos/as entrevistados/as durante pesquisa de campo, que busca entender o perfil desses migrantes haitianos, bem como suas respectivas escolhas migratórias.

1. A Pesquisa de Campo

Porto Velho, cidade de cerca de 442 mil habitantes, foi escolhida como a localidade da pesquisa de campo em razão do alto fluxo de migrantes internos, internacionais e, sobretudo, ao grande número de haitianos que começou a chegar à cidade em março de 2011. Desde então, mais de 1.700 se estabeleceram na cidade, segundo dados da Secretaria Estadual de Assistência Social de Rondônia⁵⁹.

O município, capital e o mais populoso do estado de Rondônia, se situa à margem direita do Rio Madeira, um dos mais importantes afluentes do Rio Amazonas. Porto Velho surgiu em 1907, durante a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, durante o ciclo da borracha, e tornou-se município em 1914.

Em boa medida, pode-se afirmar que um importante fator de atração que torna Porto Velho uma opção migratória é a presença, nos

59 Ver <<http://www.rondonoticias.com.br/ler.php?id=119494>>, acesso em 4 de julho de 2013.

arredores da cidade, dos canteiros de obras de duas grandes construções do Pacote de Aceleração do Crescimento (PAC): a Usina Hidrelétrica de Jirau, a 120 quilômetros da cidade, e a Usina Hidroelétrica de Santo Antônio, localizada no próprio município de Porto Velho, ambas construídas no Rio Madeira. Empreitadas dessa amplitude são fatores que favorecem a movimentação de pessoas tanto nacional, quanto internacionalmente, como explica o antropólogo Gustavo Lins Ribeiro:

Todo projeto tem suas próprias necessidades de mão de obra. São definidas numa variedade de maneiras relacionadas às múltiplas atividades que têm de ser empreendidas na construção de uma estrutura complexa como uma gigantesca usina hidrelétrica. As necessidades diferenciadas de mão de obra de um projeto não podem ser inteiramente satisfeitas nem pela população local, nem pela regional. Tem-se de trazer pessoas para o território da construção de diferentes pontos dentro do território nacional ou do exterior, para ocuparem diferentes posições na estrutura do mercado de trabalho. (RIBEIRO, 1991, p. 139).

O impacto dessas grandes construções é bastante substancial na economia da região. Para se ter uma ideia, o Produto Interno Bruto (PIB) de Porto Velho cresceu 30,2% no ano de 2009, tornando a cidade a capital brasileira que mais cresceu no período analisado⁶⁰.

A escolha de Porto Velho se deu a partir de uma conversa com a diretora do Instituto Migrações Direitos Humanos (IMDH), ligada à ordem das Scalabrianas da Igreja Católica, Irmã Rosita, localizado, na cidade-satélite do Varjão, no Distrito Federal. Por indicação do IMDH, foi contatada a coordenadora da Pastoral do Migrante, Irmã Maria Ozânia da Silva, em Porto Velho, que vem trabalhando diretamente com os haitianos que chegam à cidade. Por intermédio da Pastoral, foram contatados dois pesquisadores da Universidade Federal de Rondônia (Unir) que, apoiam a organização nas atividades de auxílio aos migrantes haitianos, o que inclui a coordenação de um curso de português oferecido gratuitamente para os mesmos. Além disso, Marília Pimentel, professora doutora do Departamento de Letras, e Geraldo Continguiaba, mestrando do curso de História e Estudos Culturais, desenvolvem pesquisas acadêmicas sobre a questão dos haitianos em na Região Amazônica.

Dessa forma, é fundamental esclarecer que o grupo de haitianos

60 Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fonte: <<http://www.seplan.ro.gov.br/noticias.asp?id=2850&tipo=Noticia>>, acesso em 10 de abril de 2013.

com que teve contato pode se diferenciar ou possuir características específicas em relação aos demais haitianos em Porto Velho, uma vez que têm recebido o apoio da Pastoral do Migrante. Este suporte, conforme pude observar em campo, está ligado desde a assistência para a obtenção do visto de permanência, apoio jurídico relacionado a litígios de ordem trabalhista, orientações em geral, como, por exemplo, o processo de solicitação de reunião familiar para aqueles que querem trazer esposa e filhos, entre outras ações.

A equipe da Pastoral do Migrante consiste, basicamente, da irmã Maria Ozânia Silva, que coordena a organização, porém, Marília e Geraldo são bastante presentes. A Pastoral, desde a chegada dos primeiros imigrantes a Porto Velho, já atendeu mais de 500 haitianos⁶¹. A sede localiza-se em uma casa de uma região residencial de Porto Velho. Lá também é a moradia da Irmã e algumas outras freiras. Pelo que foi observado, a organização é, de fato, uma referência para diversos haitianos. Principalmente, às noites e nos fins de semana, há haitianos em busca de informações e assistência para assuntos diversos.

A decisão de se fazer entrevistas foi motivada pelo fato de que o que se buscou investigar durante a pesquisa de campo foram as percepções e impressões dos/das entrevistados/as: dados de caráter subjetivo e impreciso. Tal como afirma Demo (1997), “desafio do método é, no fundo, o mesmo: busca-se tratar com precisão uma realidade imprecisa” (DEMO, 1997, p. 52-53). Este raciocínio é corroborado pelo cientista social Antonio Carlos Gil:

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais. Psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnósticos e orientação. Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes. (GIL, 1995, p. 113).

Tendo a entrevista como metodologia de coleta de dados empíricos, foi utilizada a técnica de entrevista “despadronizada ou não-estruturada”, o que implicou em algumas perguntas-chave, mas com

61 Informação dada pela irmã Ozânia durante entrevista ao pesquisador realizada, em 28/10/2012, na sede da Pastoral do Migrante, Porto Velho (RO).

abertura para a construção de um diálogo mais espontâneo entre o pesquisador e o/a interlocutor/a. Desta forma, foi possível obter qualidade e variedade de dados que puderem ilustrar de forma mais rica as intenções e percepções do grupo entrevistado, como explicam Lakatos & Marconi (1994):

O entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal. Modalidade Entrevista Focalizada: Há um roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar e o entrevistador tem liberdade de fazer as perguntas que quiser: sonda razões e motivos, dá esclarecimentos, não obedecendo, a rigor, a uma estrutura formal. (LAKATOS & MARCONI, 1994, p. 197).

Assim, a investigação do sentido tornou-se um diálogo intersubjetivo, nos termos propostos por Roberto Cardoso de Oliveira (1998) e Geertz (1998). Os dados, de caráter subjetivo, organizam o universo de estudos da Ciência Social e a ideia utilizada nesta pesquisa foi seguir a orientação de Geertz quando coloca que a construção do conhecimento deve se concentrar no “significado que instituições, ações, imagens, elocuições, eventos, costumes têm para os seus proprietários” (1998, p. 37). Assim, o esforço metodológico empreendido consistiu-se na busca do sentido para os donos da ação, nos termos de Weber (1994) e Geertz (1998). Em Porto Velho, buscou-se o esforço interpretativo de construir um diálogo intersubjetivo com os imigrantes haitianos recém chegados ao Brasil e suas interpretações para esta mudança de vida.

O desafio de se aplicar o método da entrevista não-padronizada é, como explica o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, extrair os dados pretendidos diante dos “idiomas culturais” diferentes e do “confronto” entre duas visões de mundos distintas em que ocorre a entrevista e, assim, conseguir construir um “encontro etnográfico” (OLIVEIRA, 2000, p. 23-24).

Essa relação dialógica (...) guarda pelo menos uma grande superioridade sobre os procedimentos tradicionais de entrevistas. Faz com que horizonte semânticos em confronto – o do pesquisador e o do nativo – abram-se um ao outro, de maneira a transformar tal *confronto* em um verdadeiro “encontro etnográfico”. Cria um espaço semântico partilhado por ambos interlocutores, graças ao qual pode ocorrer aquela “fusão de horizontes” – como os hermenêutas chamariam esse espaços –, desde que o pesquisador tenha a habilidade de ouvir o nativo e por ele ser igualmente ouvido, encetando formalmente um diálogo entre “iguais”, sem receio de estar, assim, contaminando o discurso do nativo com elementos de seu próprio discurso.

(OLIVEIRA, 2000, p. 24).

Desta forma, buscou-se o exercício da intersubjetividade que, de acordo com Cardoso de Oliveira (1988), trata-se de uma “investigação que revitaliza o pesquisador e pesquisado enquanto individualidades explicitamente reconhecidas (...)” (OLIVEIRA, 1988, p. 101). Neste sentido, meu exercício da intersubjetividade esteve em sintonia com a antropologia interpretativa de Clifford Geertz (1973). Tendo este autor como referencial teórico fundamental, busquei entender, por meio dos/das imigrantes haitianos/as em Porto Velho, os símbolos e significados do processo migratório que eles atribuem às suas trajetórias. De acordo com Geertz (1973):

To look at the symbolic dimension of social action – art, religion, ideology, science, law, morality, common sense – is not to turn away from the existential dilemmas of life for some empyrean realm of de-emotionalized forms; it is to plunge into the midst of them. The essential vocation of interpretative anthropology is not answer our deepest questions, but to make available to us answers that other, guarding other sheep in other valleys, have given, and thus to include them in the consultable record of what man has said. (GEERTZ, 1973, p. 30).

2. O perfil dos haitianos no Brasil

Segundo uma análise feita pelo Conselho Nacional de Imigração⁶², de janeiro de 2010 a maio de 2013, o Ministério do Trabalho e Emprego emitiu 5.398 Carteiras de Trabalho e Previdência Social para imigrantes haitianos. Deste total, 5.176 trâmites foram feitos pelas Superintendências dos estados do Acre e do Amazonas. Também no mesmo período, o CNIg emitiu quase 3.000 vistos humanitários a haitianos. Apenas 285 vistos foram dados pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe. O restante chegou ao Brasil, em sua maioria, pelas fronteiras da Região Norte do País. Vale ressaltar que estes imigrantes recebem a carteira de trabalho antes da conclusão do processo de tramitação do visto. Uma vez dada a entrada com o formulário de pedido de refúgio e a entrega da documentação

⁶² Fonte: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/arquivos-de-audio-e-video/paulo-sergio-de-almeida>>.

necessária junto à Polícia Federal, o migrante haitiano já pode solicitar documentos como o Cadastro de Pessoas Física (CPF) e a Carteira de Trabalho de Previdência Social (CTPS).

O CNIg, a partir da análise destes 5.398 casos que já receberam a carteira de trabalho, sendo 83% de homens e 17% de mulheres, elaborou dados com os quais é possível delimitar um perfil básico do migrante haitiano no Brasil.

2.1. Tipo de Ocupação

O perfil ocupacional dos haitianos está relacionado a empregos de baixa especialização. Boa parte destes imigrantes está a ser contratada para trabalhar no ramo da construção e em setores de serviço que requerem pouca capacitação.

Tabela 1 – Perfil das Ocupações haitianas no Brasil

Profissão	Número
Servente de Obras	418
Pedreiro	143
Coletor de lixo domiciliar	76
Alimentador de Linha de Produção	75
Ajudante de Motorista	67
Almoxarife	42
Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas	39
Carpinteiro	29
Trabalhador da Manutenção de Edificações	24

Profissão	Número
Armazenista	22
Auxiliar Geral de Conservação de Vias Permanentes (exceto trilhos)	22
Operador de linha de montagem (aparelhos eletrônicos)	21
Carregador (armazém)	21
Auxiliar de serviços de alimentação	20
Faxineiro	19
Lavador de Veículos	19
Outros	363
Total	1420

Fonte: CNIg⁶³

2.2. Nível de Escolaridade

Apenas 3,8% dos imigrantes analisados possuíam curso superior e 70,3% não concluíram o ensino médio, sendo que 31,7% não terminaram o correspondente ao Ensino Fundamental no Brasil.

63 *Idem*

Tabela 2 – Nível de Escolaridade dos Haitianos no Brasil

Escolaridade	Número	Percentual
Primeiro Grau Incompleto	1713	31,7%
Segundo Grau Incompleto	1541	28,5%
Segundo Grau Completo	1086	20,1%
Primeiro Grau Completo	549	10,1%
Ensino Superior Incompleto	229	4,2%
Superior Completo	208	3,8%
Outros	72	1,3%
Total	5398	100%

Fonte: CNIg⁶⁴

2.3. Faixa etária

Como usual nos processos migratórios cuja finalidade é abastecer o país receptor de força de trabalho não qualificada, o grupo etário predominante dos imigrantes haitianos em análise é composto por jovens adultos entre 21 a 30 anos, somando 49% do total, seguido por pessoas entre 31 e 40 anos, com 38%. Tal padrão etário mantêm-se quando se considera um recorte de gênero.

64 *Ibidem*

Tabela 3 – Faixa Etária dos haitianos no Brasil

Idade	Número	Percentual
Até 20 anos	108	2%
21 a 30 anos	2651	49%
31 a 40 anos	2056	38%
41 a 50 anos	512	9%
51 a 60 anos	71	1%
Total	5398	100%

Fonte: CNIg⁶⁵

2.3.1. Faixa etária com recorte de gênero

Tabela 4 – Faixa etária com recorte de gênero

Idade	Feminino	Percentual	Masculino	Percentual
Até 20 anos	31	3%	77	2%
21 a 30 anos	457	49%	2194	49%
31 a 40 anos	358	39%	1698	38%
41 a 50 anos	73	8%	439	10%
51 a 60 anos	9	1%	62	1%
Total	928	100%	4470	100%

Fonte: CNIg⁶⁶

Tendo em vista os dados acima dispostos é possível traçar o perfil básico do imigrante haitiano como homem, entre 21 e 40 anos de idade, educação básica incompleta e que desenvolve atividades de

⁶⁵ *Ibidem.*

⁶⁶ *Ibidem.*

baixa qualificação e nível de especialização. Isto sinaliza que o foco desta imigração é abastecer um lugar no mercado de trabalho que implica o uso exclusivo da força física. Tal fato acarreta em uma ideia de seleção da migração, que envolve a exclusão do feminino, das crianças e dos idosos, cuja finalidade é tratar o migrante como um objeto da relação de produção, desvinculado de sua terra natal, idioma, família e laços afetivos (RIBEIRO, 1991, p. 131):

Estes trabalhadores fazem parte, caracteristicamente, de um sistema migratório de trabalho, isto é, a reprodução social de suas famílias ocorre em áreas diferentes daquela onde eles trabalham.

3. Entrevistas e Análises

Durante a pesquisa de campo, pude entrevistar formalmente sete haitianos e conversar com muitos outros. A amostra de entrevistados desta pesquisa refere-se a um grupo de haitianos que, embora não permita tratar de formar generalizante a situação de tal contingente migratório, exemplifica e contextualiza o fenômeno.

Em Porto Velho, foi possível testemunhar situações importantes para o entendimento da situação dos imigrantes haitianos, como o processo de obtenção de visto junto à Polícia Federal em Porto Velho, processos de cunho trabalhista, bem como o esforço de adaptação materializado nas aulas de língua portuguesa oferecidas, especialmente, para este grupo. O perfil destes personagens é coerente com o perfil estabelecido a partir dos dados da análise feita pelo CNIg, acima apresentado.

Neste processo de investigação, foi possível aferir diversos aspectos que se relacionam com a escolha do Brasil enquanto destino do processo diaspórico haitiano. Para além das motivações consideradas mais fundamentais (e até mesmo de censo comum) neste processo, como a situação de pobreza e instabilidade econômica e política que o Haiti, historicamente, se encontra, busquei compreender causas mais específicas que iniciem um diálogo acadêmico que discuta o Brasil como escolha migratória de haitianos.

4. Os personagens

Os movimentos populacionais migratórios são deslocamentos de pessoas. Cada uma delas carrega uma história de vida, motivações e aspirações diferentes, mas frequentemente com um objetivo comum: buscar melhores condições de vida, seja material, seja no campo das realizações pessoais. Isso, como não poderia deixar de ser, se manifestou claramente no relato de todos/as os/as interlocutores/as. Foram relatos que expressaram resiliência e resignação, mas também esperança em um futuro no Brasil e o desejo de uma existência mais digna. Este desejo se estendia também aos familiares que viviam no Haiti. Junto a isso, foram coletadas, a partir destas entrevistas, informações fundamentais para a construção desta pesquisa.

A seleção dos/as interlocutores/as buscou respeitar a representatividade de gênero. Entretanto, o acesso às mulheres haitianas representou um desafio durante a pesquisa de campo por conta de fatores relacionados à iniquidade de gênero, como o caráter privado da vida das mulheres haitianas, que se reproduzia em Porto Velho, o que implicava em menos exposição à vida pública, ao menor domínio do português, dificultando a integração destas mulheres com a sociedade local.

O nível de escolaridade de meus/minhas interlocutores/as foi variado. Foram entrevistadas pessoas com baixa escolaridade, que trabalharam em zonas rurais em suas cidades de origem no Haiti, bem como pessoas com curso superior concluído. Entretanto, quando se considera a empregabilidade e a atividade profissional destes imigrantes exercida em Porto Velho, vemos que, em sua maioria, desempenham funções que requerem baixa qualificação. No geral, os homens trabalham como operários na construção civil nas obras de expansão imobiliária que vive atualmente a cidade, nas duas grandes obras do Rio Madeira: as usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau e no serviço de limpeza urbana de Porto Velho. Já as mulheres, como empregadas domésticas ou serviços de limpeza, em sua maioria.

Outro fator importante, comum a muitos/as dos/das meus/minhas interlocutores/as, foi, à medida que a situação econômica e,

consequentemente, empregatícia melhorava, a unificação familiar se fez um processo presente. Assim, o imigrante já estabelecido no Brasil, em geral, dá início aos procedimentos legais e burocráticos para a vinda de seus familiares – cônjuges, filhos, irmãos, pais – para viver no Brasil. Segundo o Estatuto do Migrante,

A reunião familiar é uma modalidade de permanência que visa à aproximação da família, mantendo a unidade de seus membros. Assim, um estrangeiro registrado como permanente, ou um brasileiro, assume a qualidade de chamante de um ente familiar que se enquadre na condição de dependente legal (chamado), conforme previsto na Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração. A permanência com base em reunião familiar só será concedida ao estrangeiro que se encontrar com estada regular no País.⁶⁷

Segundo a Resolução Normativa 36 de 1999 do CNIg, são elegíveis para requerer a situação de dependente legal de estrangeiros que vivem no Brasil:

Art. 2º - Para o efeito do disposto nesta Resolução, consideram-se dependentes legais:

I - filhos solteiros, menores de 21 anos, ou maiores que comprovadamente sejam incapazes de prover o próprio sustento;

II - ascendentes desde que demonstrada a necessidade efetiva de amparo pelo chamante;

III - irmão, neto ou bisneto se órfão, solteiro e menor de 21 anos, ou de qualquer idade quando comprovada a necessidade de prover o próprio sustento;

IV - cônjuge de cidadão brasileiro; e

V - cônjuge de estrangeiro residente temporário ou permanente no Brasil.

Este quadro de reunião familiar indica um segundo fluxo migratório para o Brasil, que é o de reunião familiar. Inclusive, durante minha pesquisa de campo na cidade de Porto Velho, pude presenciar muitos haitianos coletando informações, junto à Pastoral do Migrante, sobre como seria o processo e as etapas necessárias a se cumprir para que seus familiares viessem viver no Brasil.

A seguir, relatarei breves histórias de vida dos/das interlocutores/as haitianos/as que foram entrevistados formalmente durante a pesquisa de campo ocorrida em Porto Velho.

67 Fonte: *site* do Ministério da Justiça. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={A1BC41DE-C501-4FD4-8651-4891730652C3}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7BE5BAC014-C69B-4CC7-8B65-390480BD7ADC%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>>. Acesso em 09 de março de 2013.

4.1. Leila⁶⁸



Leila (foto ao lado⁶⁹), 23 anos, é enfermeira recém formada no Haiti. Veio para o Brasil por causa de seu irmão mais velho, 25 anos, que chegou há quase dois anos. Ele estudava Ciências Contábeis e, atualmente, trabalha e mora no canteiro de obras de uma grande construtora da Usina

Hidrelétrica, na qual trabalha como operário. Segundo ela, ele decidiu migrar para o Brasil depois do terremoto de Janeiro de 2010, quando a universidade em que estudava foi completamente destruída. Ele se encontrava no local e foi um dos poucos sobreviventes.

Sua família é da cidade de Hinche (veja localização no mapa a seguir⁷⁰), cidade com cerca de 50 mil habitantes, capital do Departamento do Centro. Sua mãe, 42 anos, tem um pequeno mercado e seu pai, 48, é marceneiro. Leila tem outros dois irmãos que vivem no Haiti, um de 19 anos que cursa Engenharia e o mais novo, de 10 anos. Segundo ela, todos seus familiares querem vir para o Brasil, mas os custos da viagem são muito altos.

A interlocutora, que tem o objetivo de fazer uma pós-graduação

no Brasil sobre saúde neo-

Localização de Hinche



natal, trabalhou como enfermeira durante a epidemia de cólera, em 2010, e atualmente vive a cansativa jornada dupla. Durante o dia, trabalha como empregada doméstica e, das 18h à meia-noite, como garçõete em uma lanchonete. Ela explica o motivo da intensa rotina:

68 O nome foi trocado para preservar a identidade da interlocutora.

69 Foto tirada pelo autor.

70 Fonte: Google Maps.

Fico muito cansada, mas preciso de dinheiro para ajudar minha família e ajudar a pagar a escola e faculdade dos irmãos⁷¹.

Leila, como boa parte dos haitianos em Porto Velho, divide o aluguel de R\$ 1.000,00 com compatriotas que conheceu já na cidade. Em sua casa de três quartos vive com uma colega, também doméstica, e um casal com dois bebês, o mais novo nascido no Brasil e o mais velho durante a viagem para o Brasil, no Equador.

Ao contrário de todos os outros entrevistados, Leila entrou no Brasil pelo aeroporto de Belo Horizonte com um visto de turista. Ela é a única entrevistada que vive em situação irregular no País, uma vez que seu visto já havia vencido. Para regularizar sua situação, precisará pagar uma multa de R\$ 800,00 à Polícia Federal.

4.2. Fred⁷²



Fred (foto ao lado⁷³), 26 anos, é de Gonaïves (veja localização no mapa a seguir⁷⁴), município com cerca de 300 mil habitantes, capital do departamento de Artibonite. Foi na cidade que, em 1º de janeiro de 1804, o líder revolucionário Jean Jacques Dessalines declarou a então colônia de *Saint Domingue* independente da França,

tornando Gonaïves também conhecida como a Cidade da Independência.

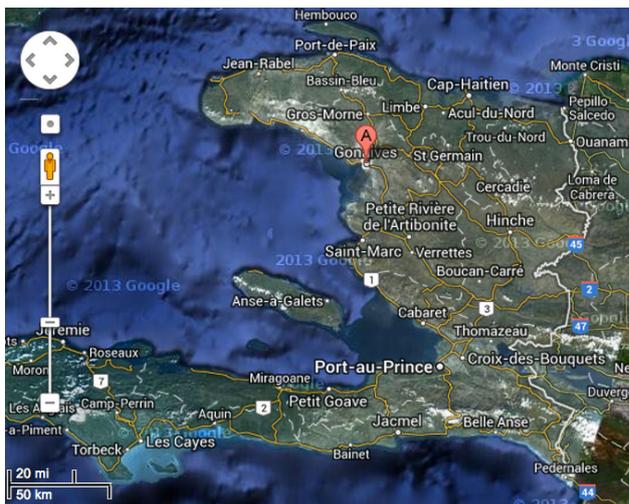
71 Entrevista concedida ao pesquisador, em 26/10/2012, no campus da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho (RO).

72 O nome foi trocado para preservar a identidade do interlocutor.

73 Foto tirada pelo autor.

74 Fonte: Google Maps.

Localização de Gonaives



Segundo relata, ele foi um dos primeiros haitianos a chegar a Porto Velho. Saiu do Haiti no dia 28 de novembro de 2010 e depois de passar por quatro diferentes países, chegou ao Brasil no dia 6 de dezembro do mesmo ano. Hoje trabalha como pintor de paredes para uma empresa de construção civil local. Para Fred, morar no Brasil era um sonho que vinha desde sua infância:

Era meu sonho vir para o Brasil. Eu já sonhei quando era pequenininho que vinha para o Brasil, viver aqui um tempo. Pensava em vir aqui, quando eu tinha uns 14 e 15 anos para jogar bola.⁷⁵

Fred trabalhava no Ministério da Educação do Haiti e era estudante de Ciências Sociais em Porto Príncipe, mas, faltando dois anos para a conclusão de seu curso, o terremoto de janeiro de 2010 mudou completamente seus planos. Além de ter destruído seu local de trabalho e sua faculdade, tragicamente matou seu pai, que, além da dor da perda, mudou toda a dinâmica da família, aumentando sua responsabilidade para o sustento de todos.

Faltavam dois anos para terminar tudo. Eu fiz um pouquinho de Ciências Sociais lá. Trabalhava no Ministério da Educação. Agora não tem como eu terminar. Agora eu só ajudo a pagar a escola do meu irmão. Ele está no colégio. É melhor pagar uma faculdade do que um colégio. Um colégio é até 3 mil dólares americanos.⁷⁶

Ele, que já domina o idioma português, está criando a Associação dos Haitianos no Brasil, para apoiar os compatriotas em Porto Velho. A ideia é que a associação seja uma referência, sobretudo para novos imigrantes que chegam à cidade, mas também ajudar seus conterrâneos no próprio Haiti.

⁷⁵ Entrevista concedida ao pesquisador, em 28/10/2012, na sede da Pastoral do Migrante, Porto Velho (RO).
⁷⁶ *Idem*

Nós, haitianos que estamos aqui em Porto Velho, aqui em Manaus, temos muita dificuldade para fazer um passaporte. Associação é para ajudar os haitianos que chegam aqui em Porto Velho. Eles não tem nenhum lugar para dormir. (...) A gente pode procurar umas pessoas que tenham um quarto livre para ele ficar dois ou três dias. Aí a gente ajuda a resolver as coisas do papel (documentação) dele para ele poder trabalhar e pagar o próprio *apê*. A gente tem que fazer um projeto para ajudar lá no Haiti também. Lá precisa de muita ajuda. Lá não tem casa mais. É horrível.⁷⁷

Fred já planeja ajudar alguns familiares a virem para o Brasil em razão falta de oportunidades de emprego que vive o país caribenho.

Eu quero ajudar meu primo e minha prima para vir aqui trabalhar. Para uma pessoa trabalhar lá é muito complicado. Se o patrão não gosta de você, ele manda embora. Lá é muito difícil para pegar trabalho.⁷⁸

4.3. Stephany⁷⁹



Stephany (veja foto ao lado⁸⁰), 27 anos, é casada e mãe de uma menina de 3 anos de idade. O marido integra o corpo de soldados da temida Polícia Nacional Haitiana, e a criança ficou em sua cidade natal, Porto Príncipe.

Ela chegou em abril de 2011 em Brasileia, onde, como a grande maioria dos haitianos que têm migrado para o Brasil, passou mais de três meses esperando o visto. O percurso para chegar até o Brasil durou duas semanas e foi acompanhado por um cunhado. Eles passaram pela República Dominicana, Panamá, Equador, Peru e Bolívia.

Stephany não conhecia muito mais do que o nome de alguns jogadores de futebol e algumas paisagens do Brasil antes de migrar.

⁷⁷ *Ibidem*

⁷⁸ *Ibidem*

⁷⁹ O nome foi trocado para preservar a identidade da interlocutora.

⁸⁰ Foto tirada pelo autor.

Eu vim para o Brasil porque, lá na minha casa, eu vi que o Brasil era muito lindo. Eu gosto de jogar bola também. Eu assistia todos os dias jogos de bola. Aqui é muito lindo, muito tranquilo, seguro⁸¹.

No Haiti, ela não trabalhava, mas estava cursando o equivalente ao ensino médio brasileiro. Em Porto Velho, trabalha na área de limpeza de uma empresa do ramo da construção civil, a mesma que Fred trabalha. Além de mandar dinheiro todos os meses para o marido e a filha, ainda ajuda os pais e sete irmãos (quatro homens e três mulheres). A responsabilidade em ajudar os familiares no Haiti e o trabalho de baixa qualificação exercido no Brasil tem sido, para ela, uma preocupação.

Para mim, o Brasil é bom. Nós, haitianos, viemos para cá, a gente fica, trabalha, come, nós temos muita segurança, a gente dorme tranquilo. A gente quer sair, pode, a gente quer entrar, pode. O País é bom com a gente. O problema que vejo para todos os haitianos, e para mim mesma, é que o salário é muito baixo. Se a gente fica aqui, a gente precisa ajudar a nossa família e, aqui, pagar aluguel, luz, água, comer. O salário é muito baixo.⁸²

Apesar de gostar do Brasil, Stephany ainda não tem certeza se permanecerá vivendo aqui. Tudo vai depender se ela conseguirá concluir com sucesso o processo de reunião familiar.

Eu decidi vir para cá porque o Haiti está em uma crise econômica. Seu eu conseguir trazer minha filha, minha mãe e meu marido, eu vou ficar aqui. Se eu não conseguir, eu vou só passar um tempo.⁸³

4.4. Lumenes⁸⁴

Com apenas 22 anos, Lumenes, é o mais novo dos interlocutores entrevistados. Da mesma forma que muitos dos haitianos que estão migrando para o Brasil, sua vida foi drasticamente afetada pelo terremoto de janeiro de 2010. Ele era estudante de Ciências Econômicas em uma das universidades destruídas pelo terremoto de janeiro de 2010. Segundo ele, por sorte, havia saído mais cedo para

81 Entrevista concedida ao pesquisador, em 28/10/2012, na sede da Pastoral do Migrante, Porto Velho (RO).

82 *Idem*

83 *Ibidem*

84 O nome foi trocado para preservar a identidade do interlocutor.

estudar em casa. Entretanto, perdeu muitos amigos e colegas na catástrofe.

O sonho de concluir um curso superior foi interrompido naqueles 35 segundos em que a terra tremeu em Porto Príncipe. Entretanto, Lumenes continua firme atrás desse objetivo. Em primeiro lugar, em maio de 2011, foi para República Dominicana tentar continuar a seu curso. Entretanto, o alto custo das mensalidades levou-o a tentar a sorte em Quito, no Equador, onde vive uma amiga de sua mãe.

No país andino, apesar da burocracia, a possibilidade de ingressar em uma universidade poderia tornar-se real. Entretanto, depois de sete meses sem a documentação que o permitisse trabalhar, apesar da ajuda financeira que recebia de sua mãe, seu objetivo de fazer seu curso superior foi mais uma vez adiado. Assim, o Brasil entra como uma opção migratória:

Minha mãe ligou para mim falando que o Brasil está aceitando haitiano entrar. Eu tenho família lá nos Estados Unidos. Meu tio que falou para minha mãe que eu posso entrar no Brasil. Minha mãe falou: "vá pra lá pro Brasil, porque não tem como te ajudar. Eu não posso mandar dinheiro para você, porque tudo está quebrado lá (no Haiti). É melhor você conseguir um país que possa te ajudar a trabalhar e a conseguir dinheiro, né?." Eu falei: "Está bom eu vou". Eu comprei um bilhete para o Peru. O avião no Equador é muito caro, né?. Eu vou de ônibus para o Peru e, do Peru, para o Brasil. Aí eu peguei um ônibus que foi para a Brasileia. Eu entrei lá e fiquei dois meses. Eu tinha o dinheiro que eu estava dando o curso de francês. Com esse dinheiro e aluguei um hotel. Eu paguei 150 Reais por mês. Eu passei dois meses lá esperando meu CPF.⁸⁵

Em Porto Velho desempenha dupla jornada de trabalho: durante o dia trabalha no estoque de uma grande distribuidora de alimentos e, à noite, como mensageiro de um hotel. Aqui no Brasil ele segue com o objetivo de cursar uma faculdade. Devido à vivência com diferentes idiomas ao longo de seu trajeto até o Brasil, Lumenes agora pretende cursar Letras. Entretanto, ele sabe que há um longo caminho a percorrer:

Mas agora eu estou pensando em continuar meus estudos, né?. Eu tenho que trabalhar mais para poder fazer dinheiro, para poder economizar um pouco, para poder preparar meu futuro, né? Agora eu queria fazer minha faculdade e trabalhar. Isso é o que eu quero para a minha vida.⁸⁶

Sua família segue na cidade de Gonaïves, no Haiti, e não pretende migrar para o Brasil. Sua mãe é dona de um pequeno mercado, seu pai

⁸⁵ Entrevista concedida ao pesquisador, em 29/10/2012, no Hotel Porto Madero, Porto Velho (RO).

⁸⁶ *Idem*

trabalha como motorista, mas no momento está desempregado. Além disso, ele tem duas irmãs mais velhas casadas. Uma é economista e trabalha para o banco Western Union, outra é manicure. Uma terceira irmã, de 12 anos, cursa a educação primária. Ele é o único dos interlocutores que nunca contou com qualquer tipo de assistência da Pastoral do Migrante.

4.5. Gregory e Jean⁸⁷



Gregory, 31 anos, (à direita na foto⁸⁸ ao lado) e Jean, 33 anos, (à esquerda da foto) não são migrantes de primeira viagem. Ambos moraram e trabalharam na República Dominicana, de onde guardam duras lembranças sobre o preconceito contra os haitianos. Falando o português ainda com certa dificuldade, misturando com o espanhol aprendido naquele país, Gregory relata um pouco das dificuldades vividas em Santo Domingo:

Eu passei três anos lá em Santo Domingo. Não gostei, porque os dominicanos não tratam a gente como o brasileiro. Eles tratam mal. Sempre quando veem um haitiano eles falam: 'Maldito haitiano'. Se eu *trabajar* com uno e se tem *bueno* coração, ele paga eu. Se não paga, eu não posso falar 'hei, eu quero meu dinheiro'. Se ele tem uma pistola ou qualquer coisa ele pode matar eu. E depois a polícia não vai falar nada.⁸⁹

Em Gonaïves, cidade natal de ambos, não possuíam emprego fixo. Com o ensino médio incompleto, às vezes trabalhavam na área de construção civil, outras vezes, com a agricultura, ou até mesmo conduzindo táxi. Tudo dependia da disponibilidade de trabalho.

Para Gregory, a vida antes do terremoto de janeiro de 2012, quando morava na capital Porto Príncipe, era menos complicada, pois contava com o apoio do pai para continuar a estudar. Além de casado e pai de dois filhos, um de 2 anos e outros de 4, é o filho homem mais

87 Os nome foram trocados para preservar as identidades dos interlocutores.

88 Foto tirada pelo autor.

89 Entrevista concedida ao pesquisador, em 27/10/2012, na sede da Pastoral do Migrante, Porto Velho (RO), grifos do autor.

de velho de uma família de 7 irmãos, o que, segundo ele, aumentou muito suas responsabilidades desde a morte do pai.

Antes nós morava em Porto Príncipe. Depois que passou o terremoto, nós vamos em Gonaïve. E então, quando meu pai morre, eu primeiro homem, porque tem uma mulher que é primeiro, por isso eu fui *trabajar* para ajudar *mi* mãe e, pro outro que é *mais pequeno*, para ganhar dinheiro para a escola, para comer, para tudo. Sou eu que vai ajudar *mi* mãe, porque *mi* mãe tem sete filhos. E sou o homem mais velho. Ela tem quatro homens e sete mulheres. Depois eu tenho mulher lá. Tem um filho que tem quatro anos e outro que tem dois. Eu tenho outro com uma mulher que casei antes.⁹⁰

Jean, como o amigo e companheiro de viagem, também é casado e tem um casal de filhos, um de 2 anos e outra de 5 anos de idade. A ideia de vir para o Brasil veio de Jean, que, à época, tinha um primo vivendo em Porto Velho há mais de cinco anos.

Quando estou em *mi* país, tem um primo *mio* que estava aqui antes. *Mi* primo ligava com muitos haitianos em *mi* país. E os haitianos também falava comigo. *Mira*, lá em Brasil tem um primo *mio* que disse Brasil tem muita coisa, muito trabalho. Digo bom: se eu tenho *dinero* para comprar passagem, eu vou lá em Brasil. E cada semana, *mi* primo liga lá em meu país para eu saber como está aqui. Se podia vir aqui, se não podia vir aqui (...) Quando eu tenho *dinero* e vou chegar em Brasil. Então, eu trabalho em *mi* país, junta-me *dinero*. Eu lá fazer passaporte em Porto Príncipe. Depois, imigração de meu país põe carimbo dentro de meu passaporte. Depois comprar a passagem de avião. Isto custa muito *dinero* lá, 1.100,00 Dólares Americanos até Lima.⁹¹

A jornada de Gregory e Jean foi mais longa do que a dos demais entrevistados. Depois de juntar o dinheiro para comprar as passagens aéreas de Porto Príncipe até Lima, não tinham mais economias o suficiente para chegar ao objetivo final: Porto Velho. Por isso, ficaram seis meses na cidade peruana de Iñapari trabalhando na construção civil para juntar dinheiro para a etapa final da viagem e, também, para enviar recursos aos familiares no Haiti.

Depois da temporada no Peru, chegaram, finalmente, a Brasileia no dia 5 de novembro de 2010, onde deram início ao processo de obtenção do visto para entrar no Brasil. Depois de quase dois meses de espera e oito meses de viagem, chegaram, no dia 5 de janeiro de 2011, ao destino final, Porto Velho.

Ambos afirmam que estão gostando de viver no Brasil e dizem que não pretendem voltar a viver no Haiti. E já pensam em trazer as

90 *Idem* (grifos do autor).

91 Entrevista concedida ao pesquisador, em 27/10/2012, na sede da Pastoral do Migrante, Porto Velho (RO), grifos do autor.

esposas e filhos. Inclusive, já se informaram com a Pastoral do Migrante sobre como funciona tal processo. Jean afirma que os haitianos são bem tratados aqui no Brasil:

Esse país eu gosto, porque no primeiro dia que eu cheguei aqui no Brasil eu vou em (Polícia) Federal fazendo documento. Depois, quando eu tenho 6 meses e um ano já recebi residente. Esse país eu gosto. De todo, todo país *dans le mundo*, Brasil *primer* país que trata haitiano bem. Porque os brasileiros bem trata os estrangeiros e os haitianos. Muito boa, muito boa, passando de boa! E por isso, eu gosto Brasil, eu vou ficar em Brasil.⁹²

Os dois trabalham como operários em uma empresa do ramo da construção civil de Porto Velho.

5. O visto

Durante todas as conversas formais ou informais com os haitianos que migraram para Porto Velho, a questão do visto de residência no Brasil apareceu como o principal fator motivacional da escolha migratória. Todos os entrevistados expressaram de forma muito objetiva que foi a possibilidade de se trabalhar de forma legalizada que os trouxeram para terras brasileiras. É exatamente isso que explica o operário Gregory:

Para mim, eu decidi vir ao Brasil, primeiramente, não é todo país que já está aberto. (...) Quando chegamos aqui no Brasil, nós fomos bem tratados e bem recebidos. E além disso, é o primeiro país que nos recebe dessa maneira. (...) Depois disso tudo, é o primeiro país que nos dá todos os documentos. A gente ganha o visto, ganha a residência... É como se nós fôssemos igual aos brasileiros, a mesma gente.⁹³

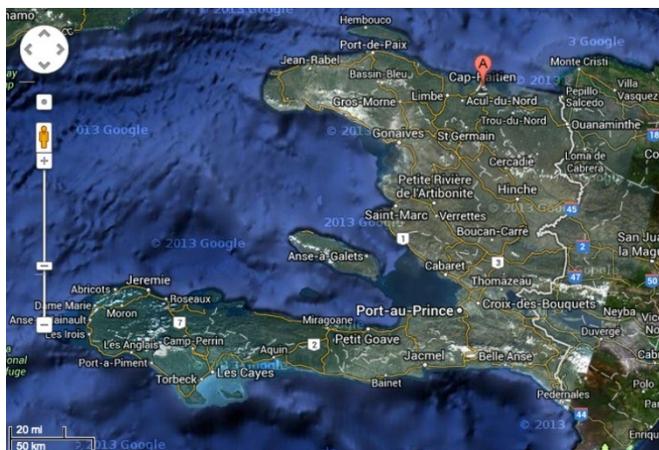
Esta opinião também é compartilhada por Jean, amigo e companheiro de viagem de Gregory, conforme relatado anteriormente.

⁹² *Ibidem* (grifos do autor).

⁹³ *Ibidem*

Outro relato extremamente marcante foi o do alfaiate Augustin⁹⁴. Embora conseguido a partir de uma conversa informal em seu pequeno quarto que divide com a namorada também haitiana, a conversa forneceu informações relevantes sobre a rejeição sofrida pelos migrantes haitianos no Caribe. Em 27 anos de profissão, Augustin

Localização de Cabo Haitiano



morou em diversos países, dentre eles, República Dominicana, Guadalupe e Bahamas. Deste último, traz duras lembranças em razão da grande discriminação e repressão sofrida pelos haitianos que, segundo ele, são frequentemente denominados pelas forças policiais como *haitian dogs*, ou seja, *cachorros haitianos*.

Ele falou também que os migrantes haitianos nas Bahamas não conseguem fixar residência e, tampouco, dormir noites seguidas na mesma localidade, por conta do risco de serem capturados, presos e deportados pela polícia de imigração. Apesar da insistência de seu pai, que mora nas Bahamas há 30 anos de forma ilegal, deixou o país caribenho e voltou para Cabo Haitiano (veja o mapa nesta página)⁹⁵. Lá ficou sabendo da possibilidade de ter o visto e trabalhar legalizado no Brasil e veio tentar a sorte no País. Em Porto Velho, está trabalhando em uma confecção de roupas, onde coordena toda a produção e uma equipe de 15 pessoas.

94 O nome foi trocado para preservar a identidade do interlocutor.

95 Fonte Google Maps.

6. O Caminho

O caminho dos haitianos



PAÍS	CIDADE	
1	Haiti	Porto Príncipe
2	Rep. Dominicana	Santo Domingo
3	Panamá	Cidade do Panamá
4	Equador	Quito
5	Peru	Tumbes Piura Lima Cuzco Puerto Maldonado Iñapari
6	Brasil	Brasília (AC)

ÔNIBUS
AVIÃO
AVIÃO
ÔNIBUS

ÔNIBUS

Em primeiro lugar, é interessante destacar o longo e, muitas das vezes, errático caminho percorrido pelos migrantes haitianos para chegar ao Brasil. Este caminho, não raros casos, chega a passar por cinco ou seis países diferentes, incluindo breves conexões aéreas e até mesmo meses de estadia. Isto indica que a integração humana na América Latina ainda é muito incipiente. Se saírem da capital haitiana, Porto Príncipe, em geral, os haitianos passam pela República Dominicana, Panamá (neste país é, normalmente, uma breve escala devido à rota aérea), Equador, Colômbia, Peru, Bolívia (veja a ilustração ao lado⁹⁶, intitulada O caminho dos haitianos). Entretanto, tais rotas migratórias foram motivadas pela política equatoriana de ampla isenção de vistos para entrada no país e a não necessidade de visto a cidadãos haitianos para acesso ao Peru.

Assim, os caminhos percorridos pelos haitianos que vêm ao Brasil seguem a lógica de, entrar legalmente na América do Sul e, posteriormente, seguir por terra para a cidade de Tabatinga, no estado do Amazonas – região da tríplice fronteira entre o Brasil, Colômbia e Peru, rota comumente utilizada pelos migrantes que vão para a cidade de Manaus – caminho feito por via fluvial, no Rio Solimões, com pouco ou nenhum controle por parte da Polícia Federal.

A outra opção de entrada pela fronteira amazônica, e a mais utilizada pelos migrantes haitianos em Porto Velho, é seguir rumo à cidade de Cobija, na Amazônia boliviana, às margens do Rio Acre, que delimita a fronteira com o município de Brasileia, no estado do Acre. Tanto Brasileia quanto Tabatinga tornaram-se pontos de entrada por conta da presença de postos da Polícia Federal, onde entram com o pedido de visto de permanência.

96 Fonte <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2013/09/triplica-em-2013-numero-de-haitianos-ilegais-que-entram-pelo-acre.html>>. Acesso em 23 de janeiro de 2014.

A viagem até o Brasil, de acordo com os/as interlocutores/as, foi feita a partir de pouco planejamento, como transparece no relato de Fred, que, inclusive, acabou indo para Quito pensando que o Equador era um país fronteiro ao Brasil:

Eu cheguei em 6 de dezembro em Brasileia. Eu deixei o Haiti dia 28 de novembro de 2010. Eu saí do Haiti, passei pela República Dominicana, peguei um voo para a Colômbia. De Colômbia eu fui para Quito. Depois eu fui para o Peru. Eu não sabia onde eu ia. Eu só queria o Brasil. Eu achava que estava bem pertinho. Eu estava na Colômbia, fronteira vizinha. Eu fui lá para o Equador e não era vizinho do Brasil.⁹⁷

A jornada de Stephany também foi igualmente longa, passando também por cinco países até chegar a Brasileia, depois de duas semanas de viagem.

Eu fui para a República Dominicana, depois Panamá, depois Equador, depois Peru, Bolívia, e depois aqui. Eu passei dois dias no Equador. Peru passei três dias. Do Haiti para o Brasil eu levei duas semanas.⁹⁸

Com exceção de Leila, Jean e Gregory, que já possuíam referências familiares na cidade, os/as interlocutores/as não tinham como objetivo específico chegar a Porto Velho. A intenção era, simplesmente, chegar ao Brasil, já na fronteira com o Estado do Acre e, quem sabe, ir para um grande centro urbano como Rio de Janeiro e São Paulo.

Porto Velho tornou-se uma opção migratória durante o período de espera em Brasileia, consequência da conjunção de alguns fatores, dentre eles: relatos sobre outros haitianos que foram para Porto Velho e se estabeleceram na cidade, a existência das duas grandes obras do Rio Madeira (como já foi citado anteriormente), a proximidade com a cidade de Brasileia e ações do poder público da cidade fronteira para desestimular a permanência destes migrantes na região. Essas atitudes se expressam nas falas do prefeito de Brasileia, Everaldo Gomes, veiculadas na imprensa:

Estamos fazendo como manda (sic) as normativas dos direitos humanos, seja na saúde ou de outra forma. Não podemos é acomodá-los por muito tempo.

97 Entrevista concedida ao pesquisador, em 27/10/2012, na sede da Pastoral do Migrante, Porto Velho (RO).

98 Entrevista concedida ao pesquisador, em 28/10/2012, na sede da Pastoral do Migrante, Porto Velho (RO).

Temos nossa população para atender e neste momento estamos com dificuldades.⁹⁹

Esta opinião também é compartilhada pelo presidente da Assembleia Legislativa de Brasileia, Elson Santiago:

O município de Brasileia e sua população estão sendo prejudicadas (sic), devido estar tendo (sic) que manter os haitianos.¹⁰⁰

Tal fenômeno expresso na entrada de haitianos pelas fronteiras da Amazônia Brasileira já começa a se modificar, uma vez que a crescente chegada de haitianos ao País leva ao fortalecimento das redes entre aqueles que vivem aqui e, possíveis, novos migrantes haitianos. Isso já se torna evidente a partir dos relatos de praticamente todos/as os/as interlocutores/as que pretendem trazer familiares e pessoas próximas para viver no Brasil, em caráter de reunião familiar.

Nenhum/a dos/as interlocutores/as relatou que houve qualquer tipo de intervenção ou ajuda dos ditos “coiotes”, como foi noticiado na imprensa brasileira¹⁰¹. Entretanto, tal negativa pode ser tomada apenas como um indicativo da ação de meus/minhas interlocutores/as, mas não como uma resposta definitiva, uma vez que a atividade dos coiotes é ilegal e não é publicizada por aqueles que praticam e/ou contratam tais práticas. Portanto, qualquer relação entre os/as interlocutores/as e tais atravessadores pode ter sido deliberadamente negada e ou negligenciada nas respostas dos entrevistados.

7. A Minustah

Um ponto importante de se destacar foi que, ao iniciar a presente pesquisa, no processo de formulação de possíveis hipóteses dos fatores que motivariam a migração de haitianos para o Brasil, imaginou-se que a presença das tropas brasileiras no contexto da

99 Depoimento veiculado no *site* “Notícias da Fronteira”, em reportagem intitulada “Prefeito recebe parlamentares para solucionar os problemas causados com a imigração dos haitianos”. Acesso em 4 de junho de 2013. Disponível em: <<http://noticiasdafronteira.com.br/2013/04/10/prefeito-recebe-parlamentares-para-solucionar-os-problemas-causados-com-a-imigracao-dos-haitianos/>>.

100 *Idem*

101 Veja notícia <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-04-16/brasil-pede-ajuda-para-combater-coiotes-e-surto-de-imigrantes-do-acre.html>>, acesso em 23 de janeiro de 2104.

Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) seria uma influência direta. Entretanto, tal hipótese não foi confirmada durante as falas dos/as interlocutores/as haitianos/as para esta pesquisa.

No geral, os/as interlocutores/as não demonstraram grande interesse diante do debate da intervenção internacional no Haiti. Pelo contrário, transpareceram pouco conhecimento acerca de tal situação. Entretanto, é necessário considerar a possibilidade de que a verbalização da problemática da presença estrangeira, sobretudo a brasileira no Haiti, pode, na percepção dos/das interlocutores/as, gerar algum tipo de descontentamento por parte dos brasileiros de seus respectivos ciclos de relação. Portanto, podem ter preferido omitir suas opiniões.

As respostas dadas às questões relacionadas à Minustah foram curtas e não continham uma coerência de informação como a dada por Leila:

A tropas Brasileiras não faziam nada. Minha cidade é tranquila. Não tem cidade mais bonita que Hinche. Só Jacmel.

Bem como àquela dada por Fred:

Eu acho bom, muito bom. Porque lá nós precisamos. Porque nós não temos soldados. Tem só a Polícia Nacional que resolve tudo.

Vale ressaltar que, apesar da Minustah possuir tropas em todas as regiões do país, o efetivo militar brasileiro concentra-se na região metropolitana da capital Porto Príncipe, assim, nem todos os/as interlocutores/as tiveram alguma convivência cotidiana, por menor que seja, com estas tropas.

Conclusão - Uma política migratória reativa

As próximas páginas têm o objetivo de apresentar as conclusões desta dissertação de mestrado e faz uma análise crítica do posicionamento do governo brasileiro em relação às estratégias de recepção e integração dos haitianos no País.

1. Fragilidades da política migratória

A intensificação do fluxo de imigrantes haitianos para o Brasil teve como evento crítico o terremoto de 12 de janeiro de 2010. O agravamento das condições de vida e de subsistência no país caribenho, sobretudo na região metropolitana da capital Porto Príncipe, foram fatores determinantes para o estabelecimento da rota migratória que tem como destino final as fronteiras do Norte do Brasil, como a de Brasileia e Tabatinga. A influência do desastre natural em tal processo ficou expresso nos resultados da pesquisa de campo, como se pôde perceber nas falas dos interlocutores e interlocutoras entrevistados.

O terremoto – e a conseqüente crise humanitária gerada – também foi um evento crítico para que o governo brasileiro, principalmente o Comitê Nacional para os Refugiados e o Conselho Nacional de Imigração, definisse a linha de atuação em relação à chegada de tal fluxo migratório. Foi a grave situação social gerada pela catástrofe que determinou, por exemplo, a edição da Resolução Normativa 97 (conforme explica o parágrafo único do artigo 1º), que criou o visto permanente de caráter humanitário para atender à demanda gerada, especificamente, pelo fluxo migratório de haitianos para o Brasil.

Há de se reconhecer que a chegada inesperada dos imigrantes haitianos às fronteiras terrestres brasileiras acabou se configurando como um desafio tanto humanitário como político para as autoridades

migratórias Quanto às prefeituras dos municípios de Brasileia, Epitaciolândia e Tabatinga, e para os governos dos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e, da mesma forma, quanto ao governo federal. Tal desafio teve um caráter humanitário em razão da grave situação social e econômica vivida pela população haitiana, conforme já mencionado nos capítulos anteriores, e, também, em consequência das condições em que se encontravam os imigrantes que aguardavam os vistos nas cidades fronteiriças.

O desafio político se expressa na complicada situação que a chegada inesperada de tal contingente migratório colocou o governo brasileiro por conta da liderança do país no âmbito da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah). A pergunta era como responder tal demanda migratória sem contradizer o discurso oficial do governo brasileiro de solidariedade ao povo haitiano, mas sem estimular o crescimento do fluxo de imigrantes.

A chegada dos haitianos expôs a fragilidade da política migratória brasileira. O que se viu, a partir do momento em que os haitianos chegaram às fronteiras do Norte do País, foi os órgãos que implementam a política migratória brasileira, como o Conare, o CNIg e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), agindo de forma reativa, com o objetivo de dar uma resposta à questão emergencial na fronteira. Apesar da decisão de beneficiar os haitianos com o visto humanitário permanente – o que permitiu a residência e o trabalho legal destes no Brasil –, pode-se dizer que ação foi pontual e não integrada às outras políticas públicas.

A pura e simples concessão do visto não é o suficiente para integrar os haitianos à sociedade brasileira. Apesar de estarem ou terem a possibilidade de estar ocupando posições formais no mercado de trabalho, pode-se aferir que, caso fossem elegíveis para usufruir auxílios concedidos àqueles com *status* de refugiados, o processo de adaptação e integração seria mais fácil a tal contingente de migrantes.

Tampouco, pelos fatores relacionados às diferenças culturais e, até mesmo, a preconceitos de cunho racial, os haitianos, inicialmente, não detêm oportunidades equânimes em relação aos brasileiros. Assim, vivem a atualização da cidadania regulada, nos termos de Wanderley Guilherme dos Santos (1979), (vigente no Brasil até

1990¹⁰²) condicionada ao mercado de trabalho, em que, a situação laboral é uma das poucas expressões dessa cidadania e de alguma integração concreta com a sociedade brasileira. Nesse caso, caberia ao poder público, uma vez que foi decidida a permanência do contingente de migrantes haitianos, criar e estabelecer ações e políticas integradas para promover a integração desse grupo ao contexto nacional.

A questão da migração haitiana para o Brasil mostra também um vazio jurídico, inclusive quando nos referimos aos instrumentos internacionais, para enquadrar processos de migração forçada diferentes daqueles que se enquadram como refúgio. Tanto a normativa nacional quanto as convenções e acordos firmados no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), reconhecem a figura do refugiado a pessoa que teme "ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas", conforme expressa o item "c", do parágrafo 1 do primeiro artigo da Convenção de 1951, relativa aos Estatuto do Refugiado das Nações Unidas.

Dessa forma, as normativas não reconhecem o *status* de refugiado a outras categorias de migrantes forçados, como aqueles decorrentes de causas econômicas e pobreza e/ou por causas ambientais, fatores tais responsáveis por influenciar nas escolhas migratórias, inclusive de interlocutores/as entrevistados/as para esta pesquisa.

2. A escolha migratória

Quanto à escolha migratória dos haitianos em vir para o Brasil, como hipótese, foi considerada a influência da presença brasileira no país caribenho na liderança do componente militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah). Entretanto, tal motivação não apareceu nas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo.

102 A partir desta data, com a publicação da Lei nº 8.080/90, os brasileiros puderam ter acesso aos serviços de saúde sem a obrigatoriedade de apresentar a carteira de trabalho.

O que apareceu como o principal motivador da escolha migratória do grupo entrevistado foi a possibilidade de se conseguir o visto permanente de caráter humanitário e viver no Brasil de forma legalizada. Tal fato aponta um claro indício da formação de redes e do fluxo de informação entre haitianos no Brasil e aqueles residentes na terra natal. Os/as interlocutores/as, inclusive, ressaltaram nas entrevistas que o Brasil é um dos únicos países do mundo que recebe legalmente imigrantes haitianos.

Outro fator importante que influenciou as escolhas migratórias de parte dos interlocutores/as foi a existência de uma visão idealizada do Brasil. Tal fator, apesar de ser expresso de forma bastante subjetiva, se evidencia, sobretudo, nas falas de Fred e Stephany e em manifestações de admiração aos ícones brasileiros como as pinturas de jogadores de futebol nas latarias *Tap-tap* de Porto Príncipe.

3. O fluxo migratório continua

Outro ponto importante de se destacar é que, praticamente, todas as entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo em Porto Velho indicaram o início de um novo processo migratório: o da reunião familiar. Todos os entrevistados manifestaram a intenção de trazer familiares, como filhos, esposas, mães e irmãos, para se estabelecerem no Brasil. Com isso, não é muito arriscado aferir que tal intenção indica uma possível continuidade do fluxo migratório de haitianos para o Brasil.

Todos os/as interlocutores/as condicionaram tal intenção à melhoria das condições econômicas aqui no Brasil. Pude observar, durante a convivência na Pastoral do Migrante, em Porto Velho, que já havia muitos haitianos dando início ao processo de reunião familiar, que deve ser iniciado na representação consular do Brasil no Haiti, localizada na cidade de Porto Príncipe.

Comparado com países como os Estados Unidos, Canadá e República Dominicana o contingente de mais de 15 mil haitianos no Brasil é ainda residual dentro do contexto total da diáspora, que chega a cerca de 2,5 milhões. O que temos agora é um processo migratório

em curso, o que inclui a formação de redes de cooperação que passam a facilitar novos processos migratórios de haitianos. Ainda é cedo para prever qual será a abrangência e a intensidade do fluxo migratório de haitianos para o Brasil. Entretanto, a partir do que se encontrou nesta pesquisa, não é arriscado dizer que o País que, há poucos anos, não figurava entre as opções migratórias da diáspora haitiana, de fato, é uma nova rota que se abriu.

Bibliografia

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 1991 (1983).
- ARISTIDE, Jean Bertrand. *Todo homem é um homem*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1995.
- BANCO MUNDIAL. *Migration and remittances. Data*. Washington: 2010.
Disponível em:
<<http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTDECPR OSPECTS/0,,contentMDK:22759429~pagePK:64165401~piPK:64165026~theSitePK:476883,00.html>>, acesso em 11/01/2013.
- CÂMARA, Irene Pessôa de Lima. *Em nome da democracia: a OEA e a crise haitiana – 1991-1994*. Brasília: Ed. Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre Gusmão, Centro de Estudos Estratégicos, 1998.
- CARVALHO, Amanda e ROSA, Renata de Melo. *O Brasil e a não-indiferença à crise haitiana: solidariedade ou retórica do discurso*. Brasília: Univ. Rel. Int., v. 9, n. 1, p. 487-509, jan./jun, 2011.
- CARVALHO, Amanda. *A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti: um olhar a partir dos relatos de um ex-soldado e de um repórter brasileiro*. Univ. Rel. Int., v. 8, p. 245-258, jan./jun. 2010.
- CASIMIR, Jean. *Haiti – Acuérdate de 1804*. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 2007.
- CASIMIR, Jean. *Haiti e suas elites – o interminável diálogo de surdos*. Revista Universitas Relações Internacionais, volume 10, número 2, páginas 1-22, Brasília: julho a dezembro de 2012.
- CASIMIR, Jean. *La Cultura Oprimida*. Cidade do México: Editorial Nueva Imagen, 1981.
- CAVALLARO, James L.. *Relatório Mantendo a Paz no Haiti?: uma avaliação da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti usando o seu mandato como parâmetro de sucesso*. In: Harvard Law Students advocates for Human Rights, Boston: 2005.
- CHAVES JR., Elizeu de Oliveira. *Fragilidade do Estado e o fenômeno do refúgio no caso do Haiti* (dissertação de mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília: 2005.
- CHAVES JR., Elizeu de Oliveira. *Um olhar sobre o Haiti: refúgio e migração como parte da história*. 1ª ed. Brasília: LGE Editora, 2008.
- CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 1529 (2004). Nova Iorque: 2004. Disponível em:

<<http://www.un.org/News/Press/docs/2004/sc8015.doc.htm>>, acesso em 21/01/2014.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 1542 (2004). Nova Iorque: 2004. Disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs/2004/sc8015.doc.htm>>, acesso em 21/01/2014.

DEMO, Pedro. *Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. Disponível em: <http://statesandsecurity.org/_pdfs/enjeuxintle.pdf>, acesso em 02.04.2013.

DUBOIS, Laurent. *Avengers of the new world: the history of the Haitian revolution*. Cambridge: Ed. Harvard University Press. 2005.

DUBOIS, Laurent. *Haiti: The aftershocks of history*. 1ª ed. Nova Iorque: Editora Metropolitan Books, 2012.

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. 1ª reimpressão atualizada. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

FERRO, Mônica e RIBEIRO, Manuel de Almeida. *A Organização das Nações Unidas: As organizações internacionais, a Organização das Nações Unidas, os poderes das organizações internacionais, a avaliação da eficácia do sistema*. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2004.

GAUTHIER, Amélie; BONIN, Pierre. *Haiti: voices of the actors – a research project on the UN Mission*. Madrid: Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior, 2008. Disponível em: <http://www.fride.org/descarga/WP52_Haiti_Voces_ENG_feb08.pdf>.

GAUTHIER, Amélie; Madalena, MOITA. *Vulnerability and causes of fragility in Haiti*. Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior Madrid: 2010. Disponível em: <http://www.fride.org/download/IP_Haiti_final_ENG_Mar10.pdf>.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

GEERTZ, Clifford. *The interpretation of cultures*. Nova Iorque: Basic Books, 1973.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GOVERNO BRASILEIRO. Estatuto de Estrangeiro: 1980.

GROS, Jean-Germain. *The Political Economy and Sociology of Decay and Renewal*. In: Latin American Research Review, Vol. 35, nº 3. Latin American Studies Association, 2000.

HALL, Stuart (Org. SOVIK, Liv). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

- JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Overture e a Revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo Editorial (1938).
- KEOHANE, Robert O. e NYE, Joseph S. *Power and Interdependence in the Information Age*. Tampa (FL), Estados Unidos: ed. Council on Foreigner Affairs, 1998. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/54395/robert-o-keohane-and-joseph-s-nye-jr/power-and-interdependence-in-the-information-age>>, acesso em 21 de fevereiro de 2014.
- LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina. *Fundamentos da metodologia científica*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- MARINUCCI, Roberto. *Brasileiros e brasileiras no exterior: apresentação de dados recentes do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2008. Disponível em: <http://www.csem.org.br/2008/roberto_marinucci_brasileiros_e_brasileiras_no_exterior_segundo_dados_do_mre_junho2008.pdf>.
- MIGRATION PROFILE INSTITUTE, *Remittance policy: Haiti*. Washington: 2011. Disponível em: <<http://www.migrationinformation.org/datahub/remittances/Haiti.pdf>>, acesso em 10/01/2014.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Resenha da política exterior do Brasil*. Número 106. Brasília: 1º semestre de 2010.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, *Base Estatística CNIg*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, Setembro de 2013. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A419E9E3401426BEFDF562697/6%20-%20Autoriza%C3%A7%C3%B5es%20concedidas%20pelo%20Conselho%20Nacional%20de%20Imigra%C3%A7%C3%A3o.pdf>>, acesso em 13 de janeiro de 2014.
- NURSE, Keith. *Diáspora, migration and development in the Caribbean*. Focal Policy Paper. Ottawa, Canada: Canadian Foundation for the Americas, 2004.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *O trabalho do antropólogo*. 2ª ed. São Paulo: 2000.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Sobre o pensamento antropológico*. Brasília: Tempo Brasileiro, 1988.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados*. Julho, 1951. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/>>, acesso em 07.01.2014.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Carta das Nações Unidas*. Junho, 1945. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19841.htm>, acesso em 07.01.2014.

- PATARRA, Neide. *Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas*. In: São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 3, p. 23-33. São Paulo: jul./set. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a02.pdf>>, acesso em 02.04.2014.
- PEREIRA, Augusto Heleno Ribeiro. *Componente militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti*. Military Review, janeiro – fevereiro, 2007.
- PRICE-MARS, Jean. *Así habló el tío*. Santo Domingo, República Dominicana: Ed. Manatí, 2000.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *Empresas transnacionais: um grande projeto por dentro*. São Paulo: Ed. Marco Zero/Anpocs, 1991.
- ROSA, Renata de Melo. *Raça e colonialismo: o lugar da França na crise política haitiana*. In: Mneme – Revista Virtual de Humanidade, nº 10, v. 4, abr./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.seol.com.br/mneme>>, acesso em 04.11.2013.
- ROSA, Renata de Melo. *Relatório final de pesquisa de pós-doutorado intitulado Diplomacia responsável: a intervenção do Brasil no Haiti*. Brasília, 2007.
- RUPPENTHAL, Tailon. *Um soldado brasileiro no Haiti*. 1ª ed. São Paulo: Editora Globo, 2007.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1979.
- SCARAMAL, Eliesse. *Haiti: Fenomenologia de uma barbárie*. 1ª ed. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006.
- SCHILLER, Nina e FOURON, Georges Eugene. *Georges woke up laughing: long-distance nationalism & the search for home*. 1ª ed. Durham/London: Duke University Press, 2001.
- SCHMIDT, Hans. *The United States occupation of Haiti, 1915-1934*. New Jersey: Rutgers University Press, 1995.
- SILIE, Rubén. *La nueva inmigración haitiana*. Santo Domingo, República Dominicana: Flacso, 2003. Disponível em: <http://www.yorku.ca/erlac/migration/Ruben_Silie.PDF>, acesso em 02.04.2014.
- SIMÕES, Antonio José. *Brasil e Haiti: parceria em busca de um futuro melhor*. In: III Seminário Brasil-Noruega sobre paz e Reconciliação. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- SMARTH, Rosny. *Crise, movimento popular, intervenção estrangeira e a presença da América Latina e do Brasil no Haiti*. In: Univ. Rel. Int., v. 8, n. 1, p. 177-188. Brasília: jan./jun. 2010.

SMARTH, Rosny. *Intervenções estrangeiras e a presença da América Latina e do Brasil no Haiti*. In: Univ. Rel. Int., v. 8, n. 1, p. 189-200. Brasília: jan./jun. 2010.

SPRAGUE, Jeb. *Paramilitarism and the assault on democracy in Haiti*. Monthly Review Press: Nova Iorque, 2012.

VERENHITACH, Gabriela Daou. *A influência da liderança brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti*. Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM): 2009. Disponível em: <http://www.educiens.org.br/download/artigo_gabriela27jan09.pdf>, acesso em 03 de abril de 2014.

WOODWARD, Susan. *The paradox of state failure: states matter; take them seriously*. Nova Iorque: The Graduate Center, City University of New York. Disponível em: <http://statesandsecurity.org/_pdfs/enjeuxintle.pdf>.

Anexos

1.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 97, DE 12 DE JANEIRO DE 2012

Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

Art. 2º O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

Parágrafo único. Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País.

Art. 3º Antes do término do prazo previsto no caput do art. 1º desta Resolução

Normativa, o nacional do Haiti deverá comprovar sua situação laboral para fins da convalidação da permanência no Brasil e expedição de nova Cédula de Identidade de Estrangeiro, conforme legislação em vigor.

Art. 4º Esta Resolução Normativa vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado.

Art. 5º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

Presidente do Conselho Nacional de Imigração

2.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 102, DE 26 DE ABRIL DE 2013.

Altera o art. 2º da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º. O caput do art. 2º da Resolução Normativa nº. 97, de 12 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores."

Art. 2º. Fica revogado o parágrafo único do art. 2º da Resolução Normativa nº. 97, de 2012.

Art. 3º. Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

Presidente do Conselho Nacional de Imigração

3.

Resolution 1542 (2004)

Adopted by the Security Council at its 4961st meeting, on 30 April 2004

The Security Council,

Recalling resolution 1529 (2004) of 29 February 2004,

Welcoming the report of the Secretary-General on 16 April 2004 (S/2004/300) and supporting its recommendations,

Affirming its strong commitment to the sovereignty, independence, territorial integrity and unity of Haiti,

Deploring all violations of human rights, particularly against the civilian population, and urging the Transitional Government of Haiti ("Transitional Government") to take all necessary measures to put an end to impunity and to ensure that the continued promotion and protection of human rights and the establishment of a State based on the rule of law and an independent judiciary are among its highest priorities,

Reaffirming also its resolutions 1325 (2000) on women, peace and security, 1379 (2001), 1460 (2003) and 1539 (2004) on children in armed conflicts, as well as resolutions 1265 (1999) and 1296 (2000) on the protection of civilians in armed conflicts,

Welcoming and encouraging efforts by the United Nations to sensitize peacekeeping personnel in the prevention and control of HIV/AIDS and other communicable diseases in all its peacekeeping operations,

Commending the rapid and professional deployment of the Multinational Interim Force (MIF) and the stabilization efforts it has undertaken,

Taking note of the Political Agreement reached by some key parties on 4 April 2004 and urging all parties to work without delay towards a broad political consensus on the nature and duration of the political transition,

Reiterating its call upon the international community to continue to assist and support the economic, social and institutional development of Haiti over the long term, and welcoming the intention of the Organization of American States (OAS), the Caribbean Community (CARICOM), and of the international donor community, as well as international financial institutions, to participate in those efforts,

Noting the existence of challenges to the political, social and economic stability of Haiti and determining that the situation in Haiti continues to constitute a threat to international peace and security in the region,

1. Decides to establish the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), the stabilization force called for in resolution 1529 (2004), for an initial period of six months, with the intention to renew for further periods; and requests that authority be transferred from the MIF to MINUSTAH on 1 June 2004;

2. Authorizes remaining elements of the MIF to continue carrying out its mandate under UNSCR 1529 (2004) within the means available for a transition period not exceeding 30 days from 1 June 2004, as required and requested by MINUSTAH;

3. Requests the Secretary-General to appoint a Special Representative in Haiti who will have overall authority on the ground for the coordination and conduct of all the activities of the United Nations agencies, funds and programmes in Haiti;

4. Decides that MINUSTAH will consist of a civilian and a military component in accordance with the Secretary-General's report on Haiti (S/2004/300): a civilian component will include a maximum of 1,622 Civilian Police, including advisers and formed units and a military component to include up to 6,700 troops of all ranks; and requests further that the military component report directly to the Special Representative through the force commander;

5. Supports the establishment of a Core Group chaired by the Special Representative and comprising also his/her Deputies, the Force Commander, representatives of OAS and CARICOM, other regional and subregional organizations, international financial institutions and other major stakeholders, in order to facilitate the implementation of MINUSTAH's mandate, promote interaction with the Haitian authorities as partners, and to enhance the effectiveness of the international community's response in Haiti, as outlined in the Secretary-General's report (S/2004/300);

6. Requests that in carrying out its mandate, MINUSTAH cooperate and coordinate with the OAS and CARICOM;

7. Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations with regard to Section I below, decides that MINUSTAH shall have the following mandate:

I. Secure and Stable Environment:

(a) in support of the Transitional Government, to ensure a secure and stable environment within which the constitutional and political process in Haiti can take place;

(b) to assist the Transitional Government in monitoring, restructuring and reforming the Haitian National Police, consistent with democratic policing standards, including through the vetting and certification of its personnel, advising on its reorganization and training, including gender training, as well as monitoring/mentoring members of the Haitian National Police;

(c) to assist the Transitional Government, particularly the Haitian National Police, with comprehensive and sustainable Disarmament, Demobilization and Reintegration (DDR) programmes for all armed groups, including women and children associated with such groups, as well as weapons control and public security measures;

(d) to assist with the restoration and maintenance of the rule of law, public safety and public order in Haiti through the provision inter alia of operational support to the Haitian National Police and the Haitian Coast Guard, as well as with their institutional strengthening, including the re-establishment of the corrections system;

(e) to protect United Nations personnel, facilities, installations and equipment and to ensure the security and freedom of movement of its personnel, taking into account the primary responsibility of the Transitional Government in that regard;

(f) to protect civilians under imminent threat of physical violence, within its capabilities and areas of deployment, without prejudice to the responsibilities of the Transitional Government and of police authorities;

II. Political Process:

(a) to support the constitutional and political process under way in Haiti, including through good offices, and foster principles and democratic governance and institutional development;

(b) to assist the Transitional Government in its efforts to bring about a process of national dialogue and reconciliation;

(c) to assist the Transitional Government in its efforts to organize, monitor, and carry out free and fair municipal, parliamentary and presidential elections at the earliest possible date, in particular through

the provision of technical, logistical, and administrative assistance and continued security, with appropriate support to an electoral process with voter participation that is representative of the national demographics, including women;

(d) to assist the Transitional Government in extending State authority throughout Haiti and support good governance at local levels;

III. Human Rights:

(a) to support the Transitional Government as well as Haitian human rights institutions and groups in their efforts to promote and protect human rights, particularly of women and children, in order to ensure individual accountability for human rights abuses and redress for victims;

(b) to monitor and report on the human rights situation, in cooperation with the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, including on the situation of returned refugees and displaced persons;

8. Decides that MINUSTAH in collaboration with other partners shall provide advice and assistance within its capacity to the Transitional Government:

(a) in the investigation of human rights violations and violations of international humanitarian law, in collaboration with the Office of the High Commissioner for Human Rights, to put an end to impunity

(b) in the development of a strategy for reform and institutional strengthening of the judiciary;

9. Decides further that MINUSTAH shall coordinate and cooperate with the Transitional Government as well as with their international partners, in order to facilitate the provision and coordination of humanitarian assistance, and access of humanitarian workers to Haitian people in need, with a particular focus on the most vulnerable segments of society, particularly women and children;

10. Authorizes the Secretary-General to take all necessary steps to facilitate and support the early deployment of MINUSTAH in advance of the United Nations assumption of responsibilities from the Multinational Interim Force;

11. Requests the Haitian authorities to conclude a status-of-force agreement with the Secretary-General within 30 days of adoption of this resolution, and notes that pending the conclusion of such an agreement

the model status-of-force agreement dated 9 October 1990 (A/45/594) shall apply provisionally;

12. Demands strict respect for the persons and premises of the United Nations and associated personnel, the OAS, CARICOM and other international and humanitarian organizations, and diplomatic missions in Haiti, and that no acts of intimidation or violence be directed against personnel engaged in humanitarian, development or peacekeeping work; demands further that all parties in Haiti provide safe and unimpeded access to humanitarian agencies to allow them to carry out their work;

13. Emphasizes the need for Member States, United Nations organs, bodies and agencies and other international organizations, in particular OAS and CARICOM, other regional and subregional organizations, international financial institutions and non-governmental organizations to continue to contribute to the promotion of the social and economic development of Haiti, in particular for the long-term, in order to achieve and sustain stability and combat poverty;

14. Urges all the above-mentioned stakeholders, in particular the United Nations organs, bodies, and agencies to assist the Transitional Government of Haiti in the design of a long-term development strategy to this effect;

15. Calls on the Member States to provide substantial international aid to meet the humanitarian needs in Haiti and to permit the reconstruction of the country, utilizing relevant coordination mechanisms, and further calls upon States, in particular those in the region, to provide appropriate support for the actions undertaken by the United Nations organs, bodies and agencies;

16. Requests the Secretary-General to provide an interim report to the Council on the implementation of this mandate, and to provide an additional report prior to the expiration of the mandate, containing recommendations to the Council on whether to extend, restructure or reshape the mission to ensure the mission and its mandate remain relevant to changes in Haiti's political, security and economic development situation;

17. Decides to remain seized of the matter.